

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE MESTRADO EM PSICOLOGIA

THIAGO DE BRITO RIBEIRO

**VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E MASCULINIDADES: QUESTÕES
DE GÊNERO**

CAMPO GRANDE-MS

2024

THIAGO DE BRITO RIBEIRO

**VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E MASCULINIDADES: QUESTÕES
DE GÊNERO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS como requisito à obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Processos psicológicos e suas dimensões socioculturais.

Orientador: Prof. Dr. Jeferson Camargo Taborda

CAMPO GRANDE-MS

2024

FOLHA DE APROVAÇÃO
THIAGO DE BRITO RIBEIRO

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E MASCULINIDADES: QUESTÕES DE GÊNERO

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS como requisito à obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Processos psicológicos e suas dimensões socioculturais. Orientador: Prof. Dr. Jeferson Camargo Taborda.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Jeferson Camargo Taborda

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
(Orientador)

Prof. Dr. Cledione Jacinto de Freitas

Universidade Federal do Acre
(Membro titular da Banca)

Prof. Dr. Miguel Rodrigues de Souza Neto

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
(Membro titular da Banca)

Dedico este trabalho à minha mãe, Elizete de Brito Satelis, o meu maior exemplo de respeito, carinho e amor.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Jeferson Camargo Taborda, pelo acolhimento e respeito, assim como pelos momentos de aprendizado e oportunidade de desenvolvimento intelectual e acadêmico.

Aos professores que compuseram a minha Banca, a saber, Dr. Alberto Mesaque Martins e Dr. Miguel Rodrigues Sousa Neto. Obrigado pelas orientações, carinho, atenção e respeito ao meu trabalho.

Gratidão à professora Dra. Vicentina dos Santos Vasques Xavier por ter aceitado ser a membra suplente de minha Banca de Defesa de dissertação. Obrigado pela parceria, pelos conselhos e diálogos tão ricos sobre a defesa dos direitos das mulheres.

Agradeço ao Programa Recomeçar – Grupo Reflexivo de Homens Autores de Violência contra as Mulheres/SEMU/PMCG; grupo do qual faço parte e que me incutiu muitos questionamentos para a minha pesquisa.

Especial agradecimento à minha equipe de trabalho do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS Centro e à Secretaria Municipal de Assistência Social – SAS/PMCG, pelo apoio, paciência e compreensão durante o meu percurso no mestrado.

Agradeço aos meus amigos e amigas, pelo apoio e contribuições para esta pesquisa: Jéssica Ribeiro, Paula Calado, Everson Bataioli, Jennifer Zanella, Brenda Lima, Beatryz Andrade, Mary Celina Ferreira, Vanessa Vieira, Helloany Alencar, Daniela Medrado, Luiza Dalpiaz, Ana Maria Lopes e Ariane Meneghetti.

RESUMO

Este trabalho versa sobre as correlações possíveis entre as categorias gênero, violência de gênero contra as mulheres e masculinidades. Possui como ponto de partida o fenômeno psicossocial da violência de gênero contra as mulheres, suas determinações histórico-culturais e as relações de gênero. A base epistemológica que fundamenta este estudo consiste na denominada Crítica Feminista, que é um tipo de epistemologia feminista crítica que leva em consideração as determinações do sistema ideológico patriarcal que traz como uma de suas consequências, as relações desiguais de poder e oportunidades entre os gêneros: a violência de gênero contra as mulheres pode ser uma dessas consequências. Esta pesquisa obteve como produto três artigos científicos, a saber: a) revisão narrativa de literatura sobre o patriarcado e a categoria de gênero; b) revisão narrativa de literatura sobre a violência de gênero contra as mulheres, masculinidades e grupos reflexivos de homens autores de violência doméstica e familiar; c) pesquisa bibliográfica, consistindo em uma revisão sistemática e integrativa de literatura para responder ao questionamento “o que os periódicos de Psicologia têm publicado acerca das interrelações entre gênero, violência de gênero contra as mulheres e masculinidades?”. Os artigos de revisão narrativa de literatura trouxeram publicações que versaram sobre as conceituações de gênero, patriarcado, masculinidades, violência de gênero contra as mulheres e grupos reflexivos, mostrando como a temática pode ser relacionada às práticas de combate às violências. Em relação ao terceiro artigo, foram realizadas revisão sistemática e integrativa de literatura com os seguintes critérios de inclusão: (1) artigos publicados nos periódicos escolhidos para a pesquisa documental; (2) publicações entre 2016 a 2022; (3) artigos completos; (4) artigos com palavras-chave e temática relacionadas aos descritores “gênero”, “violência de gênero” e “masculinidades”. Para a organização e análise dos dados foi utilizado o método da Análise de Conteúdo de L. Bardin. Após a separação dos artigos encontrados em Categorias Temáticas, identificou-se que as publicações discorreram sobre a temática aqui estudada sob diversas vertentes, não havendo uma unanimidade em relação ao uso dos termos “violência de gênero”, “violência contra a mulher”, “violência doméstica e familiar contra as mulheres”, o que dificulta o entendimento global do fenômeno da violência contra as mulheres. A maioria dos artigos apresenta uma discussão de gênero sobre a violência contra a mulher e as masculinidades. Também na maioria das publicações, as masculinidades foram representadas em suas perspectivas hegemônicas, de acordo com postulações de Raewyn Connell. No que tange ao objetivo geral deste trabalho e a partir das contribuições dos achados nos dois primeiros artigos, observou-se, no terceiro artigo que poucas foram as publicações encontradas nos periódicos de Psicologia selecionados, o que demonstra que é preciso que essa área do conhecimento realize mais estudos e pesquisas, a fim de operacionalizar, além da criação e planejamento de políticas públicas, ações interventivas que objetivem ao enfrentamento da violência de gênero contra as mulheres, assim como propostas para repensar as performances de masculinidades que acabam por produzir discursos e práticas violentas na sociedade.

Palavras-Chave: Gênero. Masculinidades. Violência de Gênero contra as mulheres. Psicologia.

ABSTRACT

This work deals with the possible correlations between the categories of gender, gender-based violence against women and masculinity. Its starting point is the psychosocial phenomenon of gender-based violence against women, its historical-cultural determinations and gender relations. The epistemological basis underlying this study consists of the so-called Feminist Criticism, which is a type of critical feminist epistemology that takes into account the determinations of the patriarchal ideological system that brings as one of its consequences, unequal relations of power and opportunities between genders: gender-based violence against women can be one of these consequences. This research resulted in three scientific articles, namely: a) narrative review of literature on patriarchy and the category of gender; b) narrative review of literature on gender-based violence against women, masculinities and reflective groups of men who commit domestic and family violence; c) bibliographical research, consisting of a systematic and integrative literature review to answer the question "what have Psychology journals published about the interrelationships between gender, gender-based violence against women and masculinity?". The narrative literature review articles brought publications that dealt with the concepts of gender, patriarchy, masculinities, gender-based violence against women and reflective groups, showing how the theme can be related to practices to combat violence. Regarding the third article, a systematic and integrative literature review was carried out with the following inclusion criteria: (1) articles published in the journals chosen for documentary research; (2) publications between 2016 and 2022; (3) complete articles; (4) articles with keywords and themes related to the descriptors "gender", "gender violence" and "masculinities". To organize and analyze the data, L. Bardin's Content Analysis method was used. After separating the articles found into Thematic Categories, it was identified that the publications discussed the topic studied here from different angles, with no unanimity regarding the use of the terms "gender violence", "violence against women", "domestic and family violence against women", which makes it difficult to understand the phenomenon of violence against women globally. Most articles present a gender discussion about violence against women and masculinities. Also in most publications, masculinities were represented in their hegemonic perspectives, in accordance with Raewyn Connell's postulations. Regarding the general objective of this work and based on the contributions of the findings in the first two articles, it was observed in the third article that few publications were found in the selected Psychology journals, which demonstrates that it is necessary for this area of knowledge to carry out more studies and research, in order to operationalize, in addition to the creation and planning of public policies, interventional actions that aim to combat gender-based violence against women, as well as proposals to rethink the performances of masculinities that end up producing discourses and practices violent in society.

Keys Words: Gender. Masculities. Gender Violence against Women. Psychology.

LISTA DE SIGLAS

ABRAPSO – Associação Brasileira de Psicologia Social

APP – Academia Paulista de Psicologia

CF - Constituição Federal

CFP – Conselho Federal de Psicologia

DAIP – *Domestic Abuse Intervention Project*

DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MS – Mato Grosso do Sul

NAFAVD – Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica

OSC – Organização da Sociedade Civil

PEPSIC – Periódicos Eletrônicos em Psicologia

PPVCDI – Programa de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Intrafamiliar

SEMU – Subsecretaria de Políticas para as Mulheres de Campo Grande/MS

SPAGESP – Sociedade Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo

TJ – Tribunal de Justiça

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

ULAPSI – Unión Latinoamericana de Entendidades de Psicología

UNIPAC – Centro Universitário Presidente Antônio Carlos

VPI – Violência por Parceiro Íntimo

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1. Periódicos e Qualis.....	59
Quadro 2. Ano, nº de artigos e Revistas.....	60
Gráfico 1. Publicações por região do Brasil.....	62
Gráfico 2. Autoria das publicações em %.....	63
Gráfico 3. Periódicos de Psicologia.....	64

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Construção da dissertação.....	17
2 Artigo 1 Considerações sobre os conceitos de patriarcado e gênero....	29
3 Artigo 2 Gênero, Masculinidades e Violência de gênero	55
4 Artigo 3 Reflexões sobre estudos de gênero de masculinidades e grupos reflexivos.....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	117

1 INTRODUÇÃO

O desejo em realizar esta pesquisa está relacionado a minha experiência com o trabalho de atendimento a homens autores de violência contra as mulheres, assistidos em grupos reflexivos coordenados por equipe multidisciplinar em um serviço da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres - SEMU do município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Como homem, branco, lgbt+, classe média, além de reconhecer meus privilégios sob essas condições, sou sensibilizado e atuante em relação ao enfrentamento de quaisquer tipos de desigualdades, principalmente as de gênero. Atuando em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, acabo por me deparar com casos diários de múltiplas violências contra as mulheres, que suscitam intervenções urgentes. Para tanto, faz-se necessário ter um olhar para os vários marcadores sociais que atravessam e constituem essas relações desiguais de poder entre os gêneros.

Menciona-se que, além de atender diretamente aos homens citados, a equipe multidisciplinar da qual sou membro como facilitador realiza grupos operativos de organização e estudos de forma semanal. Esses encontros iniciaram-se no ano de 2021, sendo contínuos ao longo dos semestres e sendo pausados no mês de janeiro para recesso.

No grupo mencionado – que é multiprofissional (assistentes sociais, psicólogos/as, pedagogos/as, linguistas, advogados/as, dentre outras formações) -, os encontros são realizados principalmente para a realização de leituras compartilhadas sobre os principais aspectos que envolvem essa temática, com ênfase nos estudos feministas de gênero.

Levando em consideração que a violência contra as mulheres é um dos problemas sociais, culturais e históricos que causam impactos negativos, principalmente em quem sofre, importante se faz realizar pesquisas e ações no sentido da compreensão e problematização desse fenômeno. De acordo com a 10ª Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, realizada pelo Instituto DataSenado e pelo Observatório da Mulher contra a Violência, 03 em cada 10 mulheres brasileiras já foram vítimas de violência doméstica e familiar (Agência Senado, 2023).

Nesse aspecto, a Psicologia, se pensada sob uma perspectiva de gênero, pode trazer contribuições significativas para realizar reflexões críticas sobre as estruturas sociais e culturais que fortalecem o machismo e violência em nossa sociedade.

Outra inquietação que tive para iniciar a presente pesquisa, diz respeito à minha experiência na graduação e pós-graduação de Psicologia e nas minhas dificuldades em vislumbrar se as questões de gênero vinham ou não sendo trabalhadas pelo meio acadêmico de formação de novos e novas profissionais de Psicologia.

A violência contra a mulher pode ter várias definições dentre elas a violência de gênero, a qual podemos incluir a violência por parceiro íntimo (VPI), institucional, a violência doméstica e familiar contra a mulher. De acordo com Saffioti (2004), este último tipo de violência faz parte do reflexo do sistema patriarcal em relação à violência de gênero, sendo que esta ideologia acaba por impingir às mulheres o lugar de submissão e subalternidade em relação aos homens.

É importante reconhecer, analisar e buscar alternativas de intervenções em relação aos âmbitos públicos e privados relacionados à violência de gênero. Nesse âmbito, é importante entender o conceito de VPI que, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2010) e Brasil (2011), caracteriza-se por qualquer comportamento estabelecido no seio de um relacionamento íntimo que resulte em dano físico, psicológico ou sexual, tais como atos de agressão física, coerção e abuso sexual, violência psicológica e comportamentos controladores cometidos por parceiros atuais ou anteriores; constituindo como um problema de saúde pública e social que viola os direitos humanos.

Cita-se que, tratando de violência doméstica e familiar, o domicílio constitui-se num dos ambientes mais violentos para as mulheres, com diversas formas de silenciamento. Esse tipo de violência ocorre sempre vinculado a uma relação afetiva e de intimidade, cuja ruptura necessita, na maioria dos casos, de uma intervenção externa, uma vez que para a mulher, pode haver uma grande dificuldade em se reconhecer integrada em um ciclo de violência em relação aos seus pares intrafamiliares.

Neste trabalho, utilizou-se como base epistemológica a denominada Crítica Feminista. Essa perspectiva teórica leva em consideração a categoria

gênero em suas dimensões relacionais, interseccionais e decoloniais, bem como se pauta na compreensão a respeito das relações desiguais de poder e controle entre os gêneros devido a múltiplos fatores, tais como a ideologia do patriarcado. Essa abordagem teórica realiza críticas consistentes a todas as formas de reducionismos e visões naturalizantes, deterministas, neutras e objetivistas em relação aos fenômenos psicossociais (Bandeira, 2008).

Algumas obras importantes foram consideradas inspiradoras para este trabalho de mestrado, a saber, o texto *Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades* de Benedito Medrado e Jorge Lyra (Medrado; Lyra, 2008); o artigo *Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva* de Maria Cecília de Souza Minayo e Edinilsa Ramos de Souza (Minayo; Souza, 1998); o texto *Gênero, patriarcado, violência* de Heleieth Iara Bongiovani Saffioti (Saffioti, 2004); a produção *Gênero: uma categoria útil para análise histórica* de Joan Wallach Scott (Scott, 1995), dentre outras.

Ao referir-se ao tema da violência de gênero contra a mulher e as masculinidades envolvidas nesse processo, foram realizadas reflexões sobre as relações de poder, dominação e atividade/passividade envolvendo as questões de gênero.

Tendo como enfoque a garantia dos direitos fundamentais e à dignidade humana das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e, em consonância aos objetivos central e específicos deste trabalho, lança-se o questionamento para esta pesquisa de mestrado: o que a Psicologia, a partir de seus principais periódicos, tem pesquisado e publicado a respeito das relações entre gênero, violência de gênero contra as mulheres e masculinidades? A fim de pensarmos os atravessamentos, intervenções e reflexões possíveis entre o campo da Psicologia e a sociedade.

Assim, a presente pesquisa justifica-se pela importância em pensarmos intervenções, estudos e políticas públicas, que visem ao enfrentamento da violência de gênero contra as mulheres, assim como analisar e repensar os modelos de masculinidades difundidos em nossa sociedade que acabam por perpetuar esse tipo de violência.

Com isso, menciona-se como foram distribuídos os três produtos desta pesquisa:

No artigo 1 foram realizadas conceituações e discussões sobre o gênero enquanto categoria de análise, bem como a respeito do sistema ideológico patriarcal e suas consequências para as relações sociais de poder e controle entre homens e mulheres.

No artigo 2 foi realizada uma pesquisa teórica a partir de uma revisão sistemática e integrativa de literatura, a fim de analisar o que periódicos de Psicologia têm publicado sobre as relações entre gênero, violência de gênero contra as mulheres e masculinidades, sendo que os dados encontrados foram organizados e analisados de acordo com o método da Análise de Conteúdo de Bardin (2011). Menciona-se que foram utilizadas as concepções dos estudos feministas pós-estruturalistas, que realizam aproximações significativas com a Crítica Feminista.

Já no artigo 3 foram expostas algumas reflexões no que tange aos estudos de gênero sobre masculinidades a fim de compreender como se relacionam com performatividades relacionadas à violência de gênero contra as mulheres; bem como dados sobre a criação e implementação de grupos reflexivos para homens autores de violências contra as mulheres.

Por fim, espera-se que os resultados desta pesquisa reflitam a importância em se estudar as questões relativas à violência contra as mulheres, às questões de gênero sobre masculinidades, assim como sobre as contribuições da Psicologia no sentido de se pensar práticas que visem à transformação social, o combate a esse fenômeno social e abertura à conscientização por parte dos homens a respeito de suas práticas violentas contra as mulheres, a fim de se pensar em resoluções alternativas frente aos conflitos, assim como pensar novas formas de se performar as masculinidades em nossa sociedade.

1.1 Construção da dissertação

Diante à questão das desigualdades de poder entre os gêneros, o que pode resultar em violência contra as mulheres, observa-se o alarmante aumento de estimativas no Brasil em relação a esse tipo de violência. Com isso, cita-se a importância dos estudos de gênero, sob pontos de vista críticos, interseccionais

e decoloniais, para a compreensão dessa questão social, que possui a influência dos diversos marcadores sociais.

Assim, considerando que, para se pensar em intervenções e demais formas de combate à violência de gênero contra as mulheres, é preciso estudar também sobre as masculinidades, e como elas se relacionam com a problemática mencionada aqui.

Para tanto, visando entender melhor essas relações, foram levantados alguns objetivos de pesquisa. Desta forma, o objetivo geral deste trabalho foi o de analisar quais são as interrelações entre gênero, violência de gênero contra as mulheres e masculinidades.

Os objetivos específicos se constituíram em dissertar sobre conceituações acerca da violência de gênero contra as mulheres; investigar a respeito dos estudos de gênero sobre masculinidades; analisar o que tem sido publicado em periódicos de Psicologia a respeito das relações entre gênero, masculinidades e violência de gênero contra as mulheres.

A base epistemológica utilizada foi a Crítica Feminista, que será utilizada como aporte teórico e conceitual ao longo das discussões trazidas nesta dissertação. Nesse âmbito, foram realizadas reflexões a partir de uma perspectiva crítica dos fenômenos e vivências psicossociais relacionados à violência e, mais em específico, sobre a violência de gênero contra as mulheres, sendo que esses aspectos são compreendidos a partir das relações entre os gêneros.

Algumas são as características teórico-práticas que estão contidas no que denomina-se de Crítica Feminista, a saber: o caráter crítico em relação a quaisquer ideias e posicionamentos essencialistas e universalizantes; o pensamento decolonial para desconstruir todo um histórico de contextos de opressão/submissão *versus* dominação de um grupo social sobre o outro; os estudos interseccionais, que trazem à tona os marcadores sociais que atravessam as questões de gênero, contribuindo para refletir as relações desiguais entre os gêneros (hooks, 2018; Costa, 2021; Stolcke, 2006; Bandeira, 2008).

Visando contemplar as especificidades da Crítica Feminista, seus conceitos e interseções com os estudos decoloniais e interseccionais, importante se faz assinalar aqui algumas referências deste campo. Em decorrência dos

movimentos sociais e de mulheres por direitos igualitários entre homens e mulheres, diversas autoras foram precursoras para os princípios e conceitos feministas como conhecemos hoje, contribuindo, portanto, para a demarcação de movimentos sociais.

Sob essa questão, Aguilar Barriga (2020) relembra que a luta feminista pela igualdade de direitos remonta aos primórdios do Renascimento, momento que marcou a semente dos questionamentos dos deveres imutáveis, da posição de subordinação e invisibilidade atribuídas às mulheres pela cultura.

Destaca-se que a corrente feminista no Brasil e na América Latina passou por uma atualização significativa devido ao encontro entre os diversos âmbitos dos movimentos feministas, do ativismo nos meios digitais e nos movimentos sociais e políticos (Facchini; França, 2011; Alvarez, 2014; Martinez, 2019; Natanshon; Rovetto, 2019).

No que se refere a um olhar crítico do feminismo como movimento social, político, acadêmico e ideológico, Conceição e Aras (2014) citam que o pensamento feminista introduziu a subjetividade como uma forma válida de conhecimento, o que contrasta profundamente com o ideal de conhecimento objetivo originado das Ciências Naturais e aplicado às Ciências Humanas. Ao ingressar em um mundo dominado por homens, a mulher percebeu que não tinha o controle sobre a linguagem, o corpo e a própria subjetividade; com isso, passou a lutar visando à construção e reconstrução de novos significados e performances na interpretação das próprias relações sociais.

Como menciona Sardenberg (2004), os estudos feministas críticos vêm numa lógica da subversão do que está posto e determinado social e culturalmente no que se refere às relações desiguais de poder entre homens e mulheres; são estudos “profundamente desestabilizadores; eles vêm desestabilizar, questionar e implodir não só as Ciências Sociais, mas as Ciências como um todo” (p. 7). Sob essa ótica, a autora conclui que o gênero “abriu caminhos para a desconstrução e para a desnaturalização do masculino e feminino” (p. 7).

Os estudos feministas de gênero devem ser capazes de gerar reflexões e práticas emancipatórias em relação a qualquer tipo de subordinação entre os sujeitos. A esse respeito, Haraway (1995) observa que “o feminismo tem a ver

com uma visão crítica, consequente com um posicionamento crítico num espaço social não homogêneo e marcado pelo gênero” (p. 31).

Assim, a Crítica Feminista se posiciona dentro dos estudos feministas, contemplando uma gama de correntes teóricas que objetivam explicar os porquês das mulheres que ainda vivem em condições de subordinação em relação aos homens; para tanto, é necessário reconhecer as interrelações entre os determinantes sociais e culturais para a manutenção e perpetuação desses padrões de vivências. Ainda sobre essa perspectiva, Bandeira (2008) disserta que a crítica feminista:

Explicita, incorpora e assume a tomada de consciência individual e coletiva, a qual é seguida por uma *revolta* contra o entendimento presente nas relações de sexo/gênero e a posição subordinada que as mulheres ocupam em uma dada sociedade, em um dado momento de sua história assim como na produção do conhecimento. Trata-se de uma luta para mudar/transformar essas relações e essa situação (p. 210, *itálico do autor*).

De acordo com Silva (2009) e Duarte (2003), o processo de construção da crítica feminista pode ser dividido em três momentos que devem ser analisados em suas dinâmicas internas e em sua historicidade. Incorporando os pressupostos da denominada primeira onda do feminismo a partir das ideias iluministas do século XVIII (luta pela igualdade entre os gêneros; direito ao processo de alfabetização de mulheres; direito ao voto – movimento das sufragistas), a primeira fase corresponderia à década dos anos de 1960, período no qual buscou-se identificar a representação feminina em obras de autores masculinos.

A segunda fase diz respeito aos próprios escritos de autoras e os seus posicionamentos políticos e ideológicos; já o terceiro momento, no início dos anos 1980, enfatizando “as questões referentes ao gênero, bem como as relações de poder e repressão” (Duarte, 2003, p. 23).

Importante mencionar que entre os anos de 1960 a 1980, tem-se a chamada segunda onda do feminismo, caracterizada pelas reivindicações aos direitos ao corpo feminino, pelo controle da fecundidade através dos métodos anticonceptivos, desenvolvendo outras políticas públicas como sexualidade, violência contra a mulher, direitos reprodutivos, programas de combate ao câncer de mama, dentre outras práticas (Silva, 2008).

Insta mencionar que os estudos da crítica feminista continuaram a se desenvolver ao longo da década de 1990, terceira onda feminista, que, de acordo com Miranda (2015), trouxe demandas importantes de grupos do movimento negro, movimentos homossexuais, lesbianismo, transexuais, dentre outros; bem como pautas como prevenção, punição e erradicação da violência contra as mulheres. Importante considerar as expressões do movimento feminista a partir da década de 2010, considerada como quarta onda do feminismo, tendo como características principais, o ativismo virtual ou *ciberativismo*, assim como o desenvolvimento dos estudos do campo da interseccionalidade (Castro, 2020).

Consequentemente, a crítica feminista realiza discordâncias significativas aos pressupostos da ciência moderna que objetiva conceitos como a neutralidade, universalismo, objetividade da ciência, assim como o caráter androcêntrico e masculinista de quem faz ciência nesses moldes, que acaba por barrar o acesso de mulheres ao campo científico e que, historicamente, cria esse domínio como reservado aos homens (Bandeira, 2008; Harding, 1996; ROUCH, 2003; Olivares-Aising & Mayorga Rojel, 2023). Sobre essa discussão, Sardenberg (2004) enfatiza que:

As feministas sempre criticaram as pretensões dos grandes esquemas teóricos, as teorias gerais, argumentando que as supostas afirmativas universais sempre se mostraram parciais ou triviais. As feministas sempre questionaram essas teorias, porque o que se produziu, até então, se produziu na perspectiva masculina ou a partir de um viés androcêntrico. E mais, questionaram se, na verdade, era possível um pensamento neutro no que se refere a gênero (p. 7).

Em relação ao caráter androcêntrico¹ no campo científico e nas interações sociais, Anderson (2015) expressa que tal fenômeno acontece quando a realidade do mundo é expressa a partir de comportamentos, interesses, emoções ou valores da perspectiva unicamente dos homens; o ser humano seria representado, assim, de forma universal, pela figura neutra e positiva do homem.

Com toda a produção científica e de experiências sociais sendo realizadas pela perspectiva androcêntrica, a crítica feminista compreende que a figura das mulheres acabou por se tornar fora do centro das atenções, como o outro

¹ De acordo com Sardà (1991), o termo androcentrismo é conceituado a partir do “homem como medida das coisas. Enfoque de um estudo, análise ou investigação a partir da perspectiva unicamente masculina, e utilização posterior dos resultados válidos para a generalização dos indivíduos” (p. 23).

indesejado e que precisa ser subordinado. Sobre essa posição ontológica, Haraway (1995) reverbera que as mulheres são:

[...] outros corporificados, a quem não se permite não ter um corpo, um ponto de vista finito e, portanto, um viés desqualificador e poluidor em qualquer discussão relevante, fora de nossos pequenos círculos, nos quais uma revista de circulação de 'massa' pode alcançar alguns milhares de leitores, em sua maioria com ódio da ciência (p. 7).

Nesse âmbito, a autora posiciona as mulheres no sentido em que não é possível elas existirem sem ter um corpo, o qual é constantemente desqualificado pelos homens.

Sobre às críticas ao universalismo das relações sociais pautadas nas experiências e dominação dos homens, bem como na compreensão do ser humano histórico e social como O Homem da história, O Homem das relações sociais, etc., os estudos feministas críticos entendem que “a existência de um sujeito universal já não é mais plausível, e isso vale tanto para o eu masculino como para a tardia individualidade feminina” (Bandeira, 2008, p. 208; Haraway, 1995).

A esse respeito, Fricker e Grimshaw (2010) explanam que a universalidade que Descartes postulou para os padrões científicos modernos, não passaria de uma “parcialidade dissimulada” (p. 597), direcionada apenas aos homens brancos, europeus, heteronormativos, dentre outras características que compõem a figura do suposto homem universal. Propõe-se, com isso, questionar o ideal cartesiano no qual se fundamenta a noção moderna de ciência, uma vez que, nessa perspectiva, “não se leva em consideração o papel que a política e a história desempenham nessa busca etérea da verdade” (Conceição; Aras, 2014, p. 13).

No tocante às contribuições brasileiras e latino-americanas, a crítica feminista lança mão do pensamento decolonial e interseccional para se pensar nas questões sociais oriundas das desigualdades entre os gêneros. Sobre a crítica feminista no Brasil, Hollanda e Araújo (1993) postulam que, dentre as duas grandes abordagens da teoria – a francesa, com focos nas questões relacionadas à sexualidade e discursos, desejo e linguagem; e a anglo-americana, que é mais voltada para as vivências e experiências políticas e

sociais de emancipação -, a vertente brasileira está mais relacionada à segunda opção:

É inegável que o pensamento crítico feminista no Brasil, em fase de expansão e formação de um *cópus* teórico próprio, pelo menos na área das letras, já mostra quantitativa e qualitativamente sinais de seu potencial crítico e político. É inegável também [...] que a atual voga dos estudos feministas não é apenas mais uma moda acadêmica, mas é um entre os muitos resultados da longa trajetória das mulheres, com idas e vindas, estratégias e lutas, em busca não só de seus direitos civis, mas também de seu inalienável direito de interpretação (p. 34).

Já foi mencionado o caráter decolonial da crítica feminista e com isso, faz-se necessário realizar alguns apontamentos sobre essa perspectiva que orienta os pensamentos e práticas dos estudos de gênero sob o viés crítico.-Conforme Moreira e Vieira (2023), “o processo da decolonização é desmontar o que foi propagado pela colonização dos povos minoritários neste país, faz-se necessário abrir espaço para uma releitura dos povos aqui colonizados” (p. 254). Assim, as autoras acrescentam que é preciso que os estudos feministas abarquem as condições concretas de vivências e experiências das relações que envolvem homens e mulheres.

Operacionalizar um projeto decolonial diz respeito à realização de um fazer epistêmico e político que confronte as consequências de toda história de submissão de mulheres e outros povos considerados minorias, sob os mandos dos colonizadores acima referendados (Mignolo, 2017). Com isso, a abordagem decolonial pode ser considerada uma forma de conhecimento que “origina uma perspectiva crítica do conhecimento hegemônico nas relações de poder envolvidas” (Grosfoguel, 2008, p. 119).

Uma vez que o mundo marcado pela colonialidade é circunscrito pelo signo da violência que o divide em dois polos: o colonizador de um lado com a dominância do dominado e excluído, do outro lado (Fanon, 1968), sendo que em relação ao segundo grupo, podemos mencionar as mulheres, mas não qualquer delas; seriam as mulheres não brancas, às margens dos privilégios que as primeiras poderiam ter nessa sociedade demarcada pela opressão do colonizador sobre o colonizado (Lugones, 2008; Mignolo, 2020).

Tendo em vista que, de um ponto de vista crítico e decolonial, é preciso reconhecer os movimentos de dominação entre os gêneros, e levando-se em

consideração as diferenças internas entre os próprios grupos minoritários que recebem mais ou menos o peso dessa dominação: por exemplo, uma mulher branca de classe média não terá os mesmos percalços em nossa sociedade de cunho patriarcal e machista do que uma mulher preta também de classe média; para tanto, o conceito de interseccionalidade nos auxilia a pensar essas questões e trazer novos elementos para as nossas análises de gênero.

Segundo Costa, Silva e Mendes (2022), o termo “interseccionalidade” surge por volta dos anos de 1989, a partir de estudos e pesquisas de Kimberlé Crenshaw. No entanto, ainda de acordo com os autores e autoras, a “interseccionalidade tem sua origem bem antes disso, sua aparição já acontecia nos movimentos sociais das mulheres negras. Embora seja um estudo recente, há uma linha crescente nas academias sobre os estudos interseccionais” (p. 469). Essa área é uma linha de pensamento considerada significativa para entendermos os marcadores que atravessam e se interrelacionam direta ou indiretamente às relações de gênero, tais como a classe, a raça, a religião, a etnia, orientação sexual, posição política e/ou ideológica, dentre outros (Collins & Bilge, 2021; Akotirene, 2019; Smith, 1999).

Importante mencionar que essa abordagem surge a partir da sensibilidade dos movimentos feministas negros que percebiam que os seus direitos fundamentais não vinham sendo garantidos por outras correntes como as feministas brancas e movimentos antirracistas. A esse respeito, a autora Akotirene (2019) reflete que “a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar as mulheres negras, já que reproduz o racismo” (p. 14). Collins e Bilge (2021) apontam que a interseccionalidade pode ser considerada uma ferramenta importante de intervenção crítica para auxiliar transformações sociais e institucionais relacionadas às questões de gênero.

Desse modo, as autoras e autores feministas que lidam com os conceitos da interseccionalidade, tais como Collins (2022) trazem que, em relação aos novos contextos sociais que passaram a exigir movimentações sociais e acadêmicas, é preciso “enxergar os problemas causados pelo colonialismo, pelo racismo, pelo sexismo e pelo nacionalismo interconectados conferiu uma nova perspectiva às possibilidades de mudança social” (p. 1); assim, esses

marcadores sociais passaram a ser colocados em questão para se analisar as relações sociais sob uma perspectiva de gênero.

A autora propõe também que só é possível pensar em interseccionalidade a partir de teorias sociais críticas, que lidam com as questões mais abrangentes que integram as experiências e vivências sociais dos indivíduos e coletividades, uma vez que os estudos interseccionais agrupam “ideias oriundas de lugares, tempos e perspectivas distintas, possibilitando que pessoas compartilhem pontos de vista outrora proibidos, ilegais ou simplesmente ocultos” (Collins, 2022, p. 4). Em relação às várias possibilidades de discursos, vivências e experiências, Costa, Silva e Mendes (2022) dissertam que:

Devido aos vários atravessamentos pelos marcadores sociais, passa-se a pensar não mais em “feminismo”, mas sim em “feminismos”. Desde então entra em discussões do ativismo, o feminismo lésbico, o feminismo trans, o feminismo negro, o feminismo indígena, o feminismo caribenho e tantos outros feminismos (p. 470).

Menciona-se aqui também as aproximações possíveis entre a Crítica Feminista e os estudos pós-estruturalistas² feministas, que compartilham das críticas ao androcentrismo das relações humanas, assim como em relação às determinações históricas, sociais, culturais, econômicas e políticas envolvidas no estabelecimento das relações desiguais de poder e controle entre homens e mulheres.

Com isso, alguns pressupostos fundamentais dos estudos pós-estruturalistas foram incorporados ao longo desta dissertação, principalmente em relação às análises dos dados obtidos na pesquisa.

Sobre esse entendimento, Prado Filho e Teti (2013) dissertam sobre as especificidades do método pós-estruturalista de compreensão das vivências e experiências relacionadas ao gênero, enquanto dispositivo de controle e poder no âmbito individual e social, como pode ser entendido pelo excerto:

Tais conjuntos são, conforme sua descrição, compostos por linhas de visibilidade e enunciação, envolvendo regimes de luz e de produção de verdades, além de jogos entre visível x invisível, visível x dizível,

² O pós-estruturalismo pode ser aliado às reflexões e conceituações sobre gênero pelo fato de sempre ter dado ênfase em temáticas marginalizadas. Um exemplo foram os trabalhos de Foucault, um dos principais nomes desta vertente, que abordou questões como a loucura, prisões, delinquência, homossexualidade etc.

correspondendo à dimensão de saber dos dispositivos; eles apresentam também uma dimensão de poder, composta por linhas de força agindo como vetores que os atravessam; são ainda dotados de linhas de objetivação e subjetivação, implicando práticas produtoras de subjetividades e sujeitos, além de apresentarem linhas de ruptura e fratura que se entrecruzam em constante movimento de mutação, renovação e atualização (p. 50).

Assim, considera-se de importância a conceituação sobre a noção de dispositivo a partir dos pressupostos pós-estruturalistas foucaultianos, que auxiliam no entendimento de como se estabelecem e perpetuam-se nas relações desiguais de poder e controle entre os gêneros, bem como no que tange aos contextos de violência perpetrados pelos homens contra as mulheres. A respeito do conceito de dispositivo, Foucault (2000) elucida ser:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (p. 244).

De um ponto de vista do campo das práticas discursivas próprias das concepções pós-estruturalistas, Marcello (2004) compreende que tais práticas irão influenciar e determinar as relações de poder e saber envolvidas nas relações sociais estabelecidas entre os gêneros.

Sobre os processos psicossociais e históricos envolvidos nas relações entre homens e mulheres, Zanello (2018) entende o gênero enquanto dispositivo que cria formas de performances específicas, assim como relações sociais baseadas em desigualdades entre os gêneros, relações essas que acabam por ser fortalecidas pelas práticas discursivas do que é ser homem e mulher em uma determinada sociedade.

1.1.1 Método e instrumentos de pesquisa

O método utilizado foi o qualitativo³, sendo utilizados estudos provenientes de pesquisa bibliográfica a partir de revisões narrativas, sistemática e integrativa de literatura, com o intuito de contemplar os objetivos geral e específicos desta dissertação.

De acordo com Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) e Gil (2007), a pesquisa bibliográfica pode ser considerada uma fonte rica e estável de dados composta por materiais que não receberam ainda um tratamento analítico e sistematizado e que possibilita uma leitura aprofundada de suas fontes a partir de metodologias que contemplem discursos e conteúdos individuais e coletivos.

Uma vantagem importante da pesquisa bibliográfica está em seu custo, pois, em muitos casos, depende mais da disponibilidade de tempo do que exclusivamente da habilidade do pesquisador, o custo da pesquisa acaba sendo consideravelmente reduzido em comparação com outros tipos de pesquisa (Gil, 2007).

De acordo com Ribeiro (2014), as revisões narrativas de literatura são classificadas como uma análise do material bibliográfico que irá fornecer sínteses narrativas e compreensivas das informações que já foram publicadas. Esse método de pesquisa caracteriza-se em um instrumento de ensino, sendo útil devido a construção e sistematização das informações, muito utilizado para a discussão e descrição de diferentes assuntos e em diferentes campos de conhecimento.

Prado Filho e Teti (2013), ao refletirem sobre o método científico a partir de um posicionamento crítico dos padrões científicos de pesquisa, dissertam que não se trata de utilizar-se de uma metodologia como um conjunto de regras e procedimentos preestabelecidos, mas como estratégia flexível de análise crítica. Assim, citam que:

Não se refere a método como proposição de regras, procedimentos ou protocolos de pesquisa, mas, sim, como estratégia de análise crítica e ação política, olhar crítico que acompanha e descreve relações, trajetórias, formações rizomáticas, a composição de dispositivos, apontando linhas de fuga, ruptura e resistência (p. 47).

³ Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa está relacionada a uma abordagem interpretativa do mundo, “o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem” (Augusto *et al.*, 2014, p. 747-748).

A revisão sistemática da literatura é uma modalidade de pesquisa que segue procedimentos específicos e tem o objetivo de analisar e dar coerência a um vasto conjunto de documentos, avaliando especialmente o que é eficaz e ineficaz em um determinado contexto (Galvão; Pluye; Ricarte, 2017).

Já o método da revisão integrativa permite a fusão de dados provenientes de fontes empíricas e teóricas, possibilitando a definição de conceitos, identificação de lacunas nas áreas de estudo, revisão de teorias e análise metodológica de pesquisas sobre um tópico específico (Ercole; Melo; Alcoforado, 2014).

O presente estudo constituiu-se a partir de uma pesquisa documental em três partes, nos quais foram produzidos três artigos científicos, objetivando contemplar os objetivos desta dissertação.

Com isso, realizou-se duas revisões narrativas de literatura (artigos 1 e 3) e uma revisão sistemática e integrativa de literatura (artigo 2).

Para a análise das informações encontradas, cita-se que, nos artigos 1 e 3 foram utilizadas compreensões à luz das concepções dos estudos críticos e pós-estruturalistas feministas. No segundo artigo, utilizou-se a Análise de Conteúdo de Bardin.

No artigo 1 serão apresentadas teorizações sobre o sistema ideológico patriarcal e suas consequências para as relações entre homens e mulheres; assim como conceituações acerca da categoria gênero.

No artigo 2 foi realizada uma pesquisa bibliográfica a partir de uma revisão sistemática e integrativa de literatura, a fim de analisar o que periódicos de Psicologia têm publicado sobre as relações entre gênero, violência de gênero contra as mulheres e masculinidades, sendo que os dados encontrados foram organizados e analisados de acordo com o método da Análise de Conteúdo de Bardin (2011).

Já no artigo 3, serão expostas algumas conceituações e reflexões acerca dos estudos de gênero sobre masculinidades a fim de compreender como se relacionam com performatividades relacionadas à violência de gênero contra as mulheres. Também serão analisadas bibliografias sobre violência de gênero contra as mulheres e a previsão e operacionalização de grupos reflexivos de homens autores de violência.

ARTIGO 1

Considerações sobre os conceitos de patriarcado e gênero

RESUMO

Trata-se de estudo teórico sobre as temáticas do sistema ideológico do patriarcado e do conceito de gênero enquanto categoria científica de análise. Tais ideias foram contempladas à luz da epistemologia crítica dos estudos feministas, com contribuições de teorias marxistas e pós-estruturalistas. Como método de pesquisa, utilizou-se a revisão narrativa de literatura, sendo pesquisados artigos científicos nas bases de dados Scielo e Periódicos CAPES. Os resultados encontrados versaram sobre conceituações a respeito do sistema patriarcal e suas consequências para as vivências e experiências de homens e mulheres, assim como no estabelecimento e perpetuação de relações desiguais de poder e controle entre os sujeitos generificados. Demonstrou-se também a compreensão da categoria gênero enquanto dispositivo analítico e relacional nas determinações das relações sociais entre os sujeitos. Entende-se que a reflexão e problematização de gênero e patriarcado possam trazer fundamentos importantes para se operacionalizar intervenções possíveis no que tange às mudanças de relações assimétricas entre homens e mulheres.

Palavras-Chave: Gênero. Patriarcado. Crítica Feminista.

1 Introdução

Realizar compreensões sobre as relações sociais estabelecidas entre os sujeitos generificados não costuma ser uma tarefa simples. Nesse viés, entende-se que as posições subjetivas e concretas de vida entre homens e mulheres são estabelecidas de forma desigual na maioria das sociedades, o que engendra determinações históricas e sociais que retroalimentam essas perspectivas.

Essas e outras questões são amplamente estudadas pelas vertentes críticas do feminismo, oriundas de um histórico significativo de lutas e reivindicações das mulheres por seus direitos fundamentais, bem como por suas inserções nos diversos âmbitos sociais, visando relações mais igualitárias entre os gêneros.

Dentre as principais características teórico-práticas contempladas na chamada Crítica Feminista, pode-se mencionar: a visão crítica em relação a quaisquer ideologias e posicionamentos essencialistas e universalizantes; a perspectiva decolonial para desconstruir todo um histórico de contextos de opressão/submissão *versus* dominação de um grupo social sobre o outro; os estudos interseccionais relacionados às questões de gênero, contribuindo, com

isso, para a reflexão das relações desiguais entre os gêneros (hooks, 2018; Costa, Silva, Mendes, 2022; Stolcke; 2006; Bandeira, 2008).

A seguir, ao se levar em consideração à perspectiva crítica feminista e seus principais conceitos e críticas, bem como as interrelações com as abordagens decoloniais e interseccionais, serão expostas explicações sobre o sistema ideológico que influencia diretamente na manutenção e perpetuação das desigualdades sociais e violências entre homens e mulheres, a saber, o patriarcado.

Também serão expostas conceituações e explicações sobre o gênero enquanto categoria analítica significativa para se compreender as relações desiguais de poder e controle entre homens e mulheres, assim como as consequências destas para a manutenção e perpetuação do sistema ideológico patriarcal, com seus reflexos diretos e indiretos nas vivências de homens e mulheres.

Quanto às questões epistemológicas dos estudos feministas de gênero, as(os) historiadas(os) desse campo do conhecimento utilizaram-se de abordagens de análise da categoria gênero sob três posições teóricas principais. Scott (2019) sintetiza essas três posições teóricas no excerto abaixo,

A primeira, um esforço inteiramente feminista que tenta explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no seio de uma tradição marxista e procura um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, inspira-se nas várias escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito (p. 56-57).

Importante mencionar que, de acordo com a autora, o conceito de gênero diz respeito a uma categoria de análise científica, mas também possui o seu aspecto da experiência, do vivido desses sujeitos que performam relações desiguais de poder e controle a todo o tempo (Scott, 2019).

Para tanto, foi realizada uma revisão narrativa de literatura⁴ a fim de atingir o objetivo de pesquisa relacionado à compreensão da ideologia do patriarcado e

⁴ Menciona-se que este trabalho não se baseará em posições rígidas no que tange a posições epistemológicas dos estudos de gênero feministas, mas sim, propõe-se a realizar uma pesquisa livre e consistente a respeito dos temas aqui propostos, a partir do uso de bases epistemológicas diversas. Para fundamentar tal posicionamento, cita-se Scott (2019), argumentando que “As preocupações teóricas relativas ao gênero como categoria de análise só aparecem no final do século XX. Elas estão ausentes na maior parte das teorias sociais formuladas desde o século XVII até o começo do século XX. De fato, algumas dessas teorias construíram a sua lógica sob analogias com a posição masculino/feminino, outras reconheceram uma “questão feminina”,

da categoria gênero. Menciona-se que as análises dos conteúdos encontrados foram realizadas sob um ponto de vista crítico do feminismo.

No que tange à utilização de uma revisão narrativa de literatura para compor um estudo teórico, menciona-se que esse método não se baseia em critérios e diretrizes rígidos para a busca de informações. Outra característica relevante de menção diz respeito às interferências subjetivas de quem está realizando a pesquisa, tanto na análise quanto nas considerações finais do estudo. Sobre essa temática, Cordeiro, Oliveira e Rentería (2007) e Mattos (2015) citam que, na maioria das vezes, abordam-se temas mais amplos, muito comuns em fundamentações teóricas de trabalhos de conclusão de cursos, teses e dissertações.

Realizou-se uma revisão narrativa da literatura, selecionando artigos publicados em português entre 2000 e 2024 nas bases de dados Scielo e Periódicos CAPES. Para tanto, foram utilizados os descritores “Gênero” AND “Patriarcado” AND “Crítica Feminista”, foram encontrados cerca de 45 artigos, levando-se em consideração alguns critérios de inclusão: a) artigos que versassem sobre os três descritores pesquisados; b) publicações contidas no período mencionado acima (2000 a 2024); c) artigos completos e de livre acesso para a sua visualização; d) estudos publicados em língua portuguesa.

Como critérios de exclusão foram apontam-se os artigos que não se enquadraram nos critérios de inclusão e as publicações duplicadas. Após a aplicação dos critérios de exclusão, foram analisados livremente 19 artigos científicos. Após a leitura do material encontrado, de forma livre e fluida, a leitura foi expandida para outras bibliografias, contidas nas referências dos artigos encontrados, que possuísem relação direta com a temática pretendida nesta pesquisa.

2 Gênero – uma categoria de análise

Por muitos anos, mencionar a categoria gênero em artigos, capítulos de livros, monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado não possuía

outras ainda preocuparam-se com a formação da identidade sexual subjetiva, mas o gênero, como o meio de falar de sistemas de relações sociais ou entre os sexos, não tinha aparecido” (p. 19).

o caráter de cientificidade esperado pela comunidade científica. Ressalta-se que incorporar gênero como uma categoria de análise científica é algo atual, que tem como pano de fundo toda uma luta dos movimentos sociais feministas, com o objetivo de visibilizar a existência e os direitos das mulheres e de estudar as relações entre os gêneros.

Scott (2019) acrescenta que o gênero enquanto categoria de análise científica nas ciências sociais:

[...] era um termo proposto por aquelas que defendiam que a pesquisa sobre mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas no seio de cada disciplina. As pesquisadoras feministas assinalaram muito cedo que o estudo das mulheres acrescentaria não só novos temas como também iria impor uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico existente (p. 73).

No início dos estudos feministas mais sistematizados, a partir dos anos de 1960, o conceito de gênero era reduzido à categoria mulher, uma vez que aquele movimento social iniciou as suas campanhas em prol dos direitos à cidadania da mulher. Assim, sabe-se que o uso do termo gênero parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas, que ainda entendiam as questões de gênero relacionadas às distinções das pessoas baseadas no sexo biológico.

A esse respeito, Gergen (1993) em seu artigo científico intitulado “A crítica feminista da Ciência e o Desafio da Epistemologia social”, traz as contribuições de algumas autoras e autores e suas críticas às concepções de ciência e saber. As consequências do desenvolvimento dos estudos de gênero, vieram então, na contramão da hegemonia do saber científico positivista e androcêntrico, tendo como características a baixa representação das mulheres nas pesquisas das ciências sociais e em relação à exclusão da voz feminina na Teoria Política (Evans, 1986).

Aponta-se também que uma das primeiras vezes que se discutiu gênero nos círculos do movimento feminista, a partir de um caráter científico, data de 1970, a partir dos estudos da psicanalista Robert Stoller sobre investigações a respeito do então termo usado de transexualismo⁵ e a construção das identidades.

⁵ Vale esclarecer que como termo “transexual” masculino”, Stoller se referia a um sujeito cujo corpo de nascença era biologicamente masculino e cuja identidade sexual era feminina, ou seja, Stoller pautava-se pelos caracteres anatomofisiológicos para a sistematização dos termos

Ao longo dos anos, as pesquisadoras e pesquisadores sobre a temática vêm realizando estudos de uma forma crítica, pois entendem que devemos realizar análises relacionais entre os gêneros e não só focalizando apenas a categoria mulheres. Sobre essa temática, Scott (2019) cita que “nessas circunstâncias, o uso do termo ‘gênero’ visa indicar a erudição e a seriedade de um trabalho porque ‘gênero’ tem uma conotação mais objetiva e neutra do que ‘mulheres’” (p. 54).

A mesma autora entende que, com o uso do gênero enquanto terminologia científica das ciências sociais, há uma aproximação maior da comunidade científica e não só como identificação de movimentos sociais e políticos relacionados ao feminismo (Scott, 2019).

Ainda sobre as formas de compreensão e delimitação do conceito de gênero, Medrado e Lyra (2008) declaram que os estudos feministas, ao longo de seu desenvolvimento epistemológico e histórico, até o momento, são organizados em quatro principais eixos teórico-conceituais, a saber: a) o sistema sexo/gênero; b) a dimensão relacional entre os gêneros; c) as marcações de poder e controle; d) a ruptura da tradição do modelo binário de gênero nas esferas da política, das instituições e das organizações sociais.

A respeito do sistema sexo/gênero, alguns autores realizam reflexões a fim de diferenciar e relacionar esses conceitos. Referência nos estudos de gênero, a antropóloga e feminista Rubin (1986) conceitua o sistema sexo/gênero como “o conjunto de disposições pelas quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e pelas quais se satisfazem essas necessidades humanas transformadas” (p. 37). Busca-se, através dos estudos feministas, “[...] desnaturalizar as prescrições e práticas sociais atribuídas a (e incorporadas e naturalizadas por) homens e mulheres, consideradas marcações masculinas e femininas (Medrado; Lyra, 2008, p. 815, grifo meu); com isso, essa perspectiva de entendimento de gênero tem como objetivo o combate à redução do gênero ao sexo biológico.

Assim, Barbieri (1992), ao invés de trazer uma compreensão reducionista dos fenômenos de gênero ao sexo biológico, lança mão da conceituação de

transexuais masculinos e femininos. Hoje em dia, a tendência é oposta: a primazia é do gênero. Então, o termo “mulher transexual”, por exemplo, indica um sujeito cujo sexo de nascimento é masculino e manifesta o gênero sexual feminino (Cossi, 2018, p. 38).

sistemas de sexo/gênero, dissertando que:

[...] os sistemas de sexo/gênero são os conjuntos de práticas, símbolos, representações, normas e valores sociais que as sociedades elaboram a partir da diferença sexual anátomo-fisiológica e que dão sentido à satisfação dos impulsos sexuais, à reprodução da espécie humana e em geral ao relacionamento entre as pessoas (p. 114).

Sob essa lógica, podemos lançar mão de alguns questionamentos, principalmente o que, social e culturalmente, cabe ao homem e à mulher; se a mulher ainda é reduzida ao seu aparato sexual e biológico voltado à vida reprodutiva e ao cuidado para com os filhos, enquanto ao homem é esperado o sustento do lar a partir do trabalho público. Com isso, o estudo dos sistemas de gênero busca realizar uma oposição do binarismo entre os corpos masculino e o feminino e a propostas de reducionismos entre gênero e sexo; lança mão também de reflexões sobre as relações estabelecidas entre homens e mulheres, disputas de poder e relações desiguais nos papéis sociais estabelecidos ao masculino e ao feminino.

Sobre a dimensão relacional entre os gêneros, coloca-se que o principal objetivo das vertentes que a estudam diz respeito ao rompimento com a dicotomia homem-mulher. De acordo com Medrado e Lyra (2008), “o gênero não pode ser pensado como uma entidade em si, mas como construções interdependentes” (p. 819, grifo meu). Levando-se em consideração que as relações sociais entre os gêneros, toma-se como pressuposto que há uma assimetria de poder nessas relações homem-mulher, mulher-mulher, homem-homem.

Tratando-se do caráter relacional de gênero, Scott (2019) reflete que “segundo essa opinião, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir através de estudo inteiramente separado” (p. 51); com isso, os estudos feministas de gênero vêm entendendo a importância em analisar os aspectos relacionais envolvidos nas questões de gênero. Sobre o assunto, Davis (1976) discorreu que:

Eu acho que deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens quanto das mulheres, e que não deveríamos trabalhar unicamente sobre o sexo oprimido, do mesmo jeito que um historiador das classes não pode fixar seu olhar unicamente sobre os camponeses. Nosso objetivo é entender a importância dos sexos nos grupos de gênero no passado histórico. Nosso objetivo é descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual o seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social e

para mudá-la (p. 20).

Em acréscimo, Sarti (2004) afirma que é preciso que sejam rompidas visões feministas dicotômicas que adotem a questão da dominação do homem sobre a mulher de uma forma descontextualizada com o jogo relacional de poder entre os gêneros, como pode ser observado no excerto:

Pressupondo a dominação, o outro é necessariamente o dominador, portanto o conhecimento sobre a mulher exclui o outro [o homem]. A prática antropológica, ao contrário, volta-se para o reconhecimento do outro, preservando a distância entre eu e o outro, não havendo qualquer oposição predeterminada. O problema é, então, como estabelecer os termos da comunicação possível, tendo em vista que se pretende a relação com o outro (p. 47).

A autora traz uma contribuição no sentido de levarmos em conta os aspectos relacionais das dinâmicas entre os gêneros, citando como a prática antropológica auxilia nesse processo. Quando se pauta o gênero enquanto conceito relacional, é preciso levar em consideração também outros marcadores sociais e culturais, como a raça/etnia, idade, sexualidade, condições socioeconômicas; que é o que elucida os estudos interseccionais de gênero.

A respeito de se propor o estudo de gênero a partir de suas marcações de poder, tomamos como ponto de partida o que trouxe Scott (2019) sobre o tema. De acordo com a autora, devemos analisar o gênero enquanto um campo do conhecimento no qual o poder é articulado. Ou seja, além de propor que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” (p. 68), também pontua que o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder⁶; daí a importância de depreendermos que as relações desiguais de poder entre os gêneros se dão de forma relacional, construídas a partir das interações e das determinações sociais.

Para tanto, ao se comentar sobre as relações de poder entre os gêneros, é fundamental realizar um debate sobre as formas de expressão das

⁶ Michel Foucault contribuiu para o entendimento das marcações de poder nas relações entre os gêneros. Para tanto, sugere-se a leitura das obras *Microfísica do poder* (Foucault, 1988), *Um diálogo sobre el poder y otras conversaciones: alianzas materiales* (Foucault, 1990) e *A ordem do discurso* (Foucault, 1996), que tratam de discussões sobre os mecanismos e os efeitos de poder que atravessam toda a sociedade.

masculinidades e feminilidades em curso na sociedade. De acordo com Almeida (1996) as masculinidades e feminilidades são metáforas do poder, ou seja, elas traduzem as formas como se dão as relações de poder e controle entre os gêneros; e é nessa afirmação que podemos realizar melhores compreensões, inclusive sobre a ideologia do patriarcado e sobre as relações de dominação-subjugação e violência entre homens e mulheres, bem como sobre as relações intrafamiliares que ainda se mantêm sob a lógica patriarcal.

Outro aspecto a ser considerado como eixo de análise relativa às questões de gênero diz respeito à proposta de ruptura da tradição do modelo binário de gênero nas esferas política, das instituições e das organizações sociais. Aqui, apresenta-se uma tendência para os estudos de gênero da atualidade que trazem, em suas análises, uma dimensão relacional de gênero e não-binária, ou seja, além de procurar dirimir quaisquer tipos de reducionismos, também se nega ao entendimento de relações estritas entre homens e mulheres, entre o masculino e o feminino; abre-se, portanto, o leque de análises a partir dos estudos interseccionais de gênero e das conceituações, nessa área, sobre o gênero em uma dimensional relacional.

Então, faz-se saber que é considerado recente encontrarmos nas publicações dos estudos feministas o uso do termo gênero para se referir às relações mais amplas entre homens, mulheres e os outras possibilidades de existência, ou seja, as formas de organização social entre os sexos e gêneros na sociedade. Sobre essa compreensão relacional de gênero, podemos vislumbrar que quando estamos falando da mulher, estamos falando desta em relação aos homens e às outras mulheres e vice e versa; assim, o estudo de um gênero implica no estudo do outro gênero. O termo gênero, ao longo do processo de desenvolvimento da epistemologia feminista, passou a indicar uma rejeição ao determinismo biológico implícito ao que antes correlacionava-se com os termos sexo e diferença sexual. O conceito sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades (Scott, 2019).

Consoante à essa perspectiva, Stolcke (2006) argumenta que “o gênero não trata de mulheres como tais. Refere-se aos conceitos que prevalecem em uma sociedade sobre o que são as mulheres em relação aos homens enquanto seres humanos sexualmente identificados [...]” (p. 16-17). Lopes (2000) fundamenta sobre o que é atribuído socialmente ao homem e à mulher, ao

argumentar que estes não se reduzem ao nascer macho ou fêmea, mas sim que essas performances de gênero estariam diretamente relacionadas às formas como são desempenhados socialmente.

Sob essa ótica, o gênero seria, portanto, a construção social do que é masculino e do que é feminino, uma vez que indica as formas como são socialmente construídos os papéis próprios aos homens e às mulheres, designados pela sociedade, que tem suas estruturas sociais alicerçadas na ideologia do patriarcado.

Nesse sentido, muito além de compreender o gênero enquanto categoria de análise científica, é preciso ressaltar que o termo é considerado como categoria histórica e social; não é possível analisar e compreender as relações de gênero se descolarmos os seus movimentos e determinantes históricos, sociais, políticos, econômicos e culturais. Logo, para que essa prerrogativa seja possível, é preciso que movimentos críticos em relação à inserção dos movimentos sociais de mulheres sejam validados pela sociedade, visando ao combate da invisibilidade das mulheres nos tratados sociológicos (Smith, 1988) e sobre a hegemonia masculina nas representações da histórica (Janssen-Jurreit, 1982).

Corroborando o exposto, Lopes (2000) descreve que “a noção de gênero em seu sentido geral é cultural, construído a partir de relações sócio-históricas, nas quais o sujeito está envolvido” (p. 1). Viezzer (1989) relembra uma diferenciação pontual sobre a diferença entre sexo e gênero, nesse sentido, ao dizer que “[...] sexo é fisiológico, enquanto gênero, no seu sentido amplo, é cultural” (p. 107). A esse respeito, Butler (2003) realiza críticas a essas distinções, compreendendo que os discursos e saberes sobre os sexos também são da ordem de uma construção social e histórica.

Como categoria histórica, Saffioti (2004) cita que o gênero pode ser compreendido em várias instâncias: a) como aparelho semiótico (Lauretis, 1987), com seus múltiplos significados e sentidos; b) como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (Scott, 1988); c) como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (Flax, 1987), que culminam na análise das relações desiguais de poder entre os gêneros; d) como, regulando não apenas

relações homem-mulher, mas também relações homem-homem e relações mulher-mulher (Saffioti, 1992, 1997; Saffioti e Almeida, 1995).

Reforça-se que a questão de gênero, de acordo com Scott (2019), é fundada na perspectiva da diferenciação social e jogos de forças desequilibradas de poder entre homens e mulheres, pautadas, principalmente, em características voltadas ao sexo biológico e a suas funções social e culturalmente construídas.

De acordo com Saffioti (2004) em sua obra “Gênero, patriarcado, violência”, em relação às mulheres, cita que “elas são socializadas para desenvolver comportamentos dóceis, cordatos, apaziguadores” (p. 37); já aos homens, “são estimulados a desenvolver condutas agressivas, perigosas, que revelam força e coragem” (p. 37).

De acordo com Lopes (2009) esta categoria “constrói-se e manifesta-se no contexto da linguagem, da cultura e das representações sociais, sendo envolvida pelas questões da política e das relações de poder” (p. 41). A autora discorre que o conceito de gênero surgiu nos contextos sociais de luta de mulheres:

como forma de superar o determinismo biológico que se impunha na compreensão das relações entre estas e os homens e, principalmente, para suplantando as teorias essencialistas que buscavam explicar as diferenças entre essas duas dimensões dos seres humanos” (Lopes, 2009, p. 4).

O uso da terminologia gênero, portanto, concretiza a ênfase de análises sobre um sistema de relações sociais e de representações sociais que pode incluir o sexo propriamente dito, a sexualidade, as questões identitárias e os determinantes e mediadores interseccionais que atravessam às questões de gênero. No que tange ao não reducionismo das questões de gênero ao binômio sexo-gênero, Scott (2019) cita que com o desenvolvimento dos estudos do sexo e da sexualidade, “o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque ele oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens” (p. 55).

No que é relativo aos diversos fatores envolvidos nas questões de gênero, Saffioti (2004) discorre sobre as influências e intervenções do Estado, bem como das instâncias públicas e privadas que acabam por perpetuar práticas socialmente construídas baseadas no gênero. A esse respeito, a autora

descreve que as próprias políticas públicas e ações interventivas na família ainda são sexuadas. Cita como exemplo os programas de planejamento familiar oferecidos pela atenção básica da saúde e da política da assistência social que são, em sua grande maioria, dirigidos às mulheres. Em contrapartida, aos homens são dirigidos programas e projetos relacionados à qualificação e requalificação da força de trabalho para o mercado de trabalho. Enxergamos então que continua uma lógica binária e sexista sobre os papéis sociais estabelecidos para o homem e para a mulher.

Importante mencionar as contribuições de Zanello (2018) que discorre sobre os dispositivos de gênero, ao refletir como os discursos e tecnologias relacionadas à religião, política e à própria ciência acabam por justificar a dominação e controle de homens sobre mulheres.

Com isso, ao levarmos em consideração às dimensões não-binária, não reducionista, dimensional e de marcações de poder referentes às questões de gênero; assim como tendo em vista aos entendimentos e compreensões que a coletividade possui a respeito das performances do feminino e do masculino em nossa sociedade; importante se faz realizar reflexões críticas a respeito das determinações histórico-sociais envolvendo as questões de gênero no que tange às suas inflexões científicas e conceituações sobre o sistema do patriarcado; assim como às influências nas diversas expressões das desigualdades entre homens e mulheres.

3 A ideologia do patriarcado

É visível que a violência contra a mulher é um fenômeno que perpassa diversas questões, principalmente as de gênero. Nesse sentido, é necessária a compreensão sobre elementos que envolvem o fenômeno psicossocial da violência e suas origens e processos decorrentes do patriarcado.

Assim, expõe-se aqui considerações sobre as raízes dos comportamentos violentos masculinos e sua correlação com a ideologia do patriarcado, sendo este um sistema sociopolítico e cultural que reforça e perpetua o domínio do homem sobre a mulher, inclusive no que tange à violência de gênero (Saffioti, 2004). Realizar conceituações sobre o sistema do patriarcado e as origens do machismo em nossa sociedade contribui para que

possamos operacionalizar alternativas e práticas interventivas frente às desigualdades nas relações de poder entre os gêneros.

Menciono aqui algumas considerações sobre as minhas experiências como facilitador de um grupo reflexivo para homens autores de violência contra as mulheres⁷. Nesse sentido, cito que há uma gama de dificuldades e resistências desses homens em relação aos temas propostos para a reflexão, como tratar sobre as masculinidades, tipos de violência contra as mulheres, marcos legais para o combate e prevenção contra as violências, direitos humanos, saúde do homem, paternagem e paternidade, configurações de família, dentre outras temáticas. No entanto, ressalta-se que, conforme os homens vão participando dos encontros, suas resistências diminuem, contribuindo, assim, para reflexões profícuas sobre os temas trazidos.

Tendo em vista o enquadramento teórico-conceitual envolvido no gênero enquanto categoria de análise, ressalta-se a compreensão e estudo do conceito de patriarcado, a gênese da submissão feminina à figura masculina, bem como nas relações desiguais de poder.

Assim, o conceito de patriarcado, segundo Castro e Lavinas (1992) diz respeito a “um tipo de dominação em que o senhor é a lei e cujo domínio está referido ao espaço das comunidades domésticas ou formas sociais mais simples, tendo sua legitimidade garantida pela tradição” (p. 237).

Pensando as origens do patriarcado em relação direta com a constituição da família moderna burguesa, sob os ditames do sistema capitalista; e considerando a posição privilegiada do pai, chefe de família, em detrimento da figura da mãe, da mulher, que deve estar sob o domínio de seu marido, importante mencionar as contribuições de Engels (2012) quando relata que:

O desmoronamento do direito materno foi a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de procriação. Essa degradada condição da mulher [...] tem sido gradualmente retocada, dissimulada e, em certos lugares, até revestida de formas de maior suavidade, mas de maneira alguma suprimida (p. 77).

⁷ Programa Recomeçar da Subsecretaria Municipal de Políticas para as Mulheres – SEMU da Prefeitura Municipal de Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Podemos ver, a partir do excerto acima, que a condição subjetiva e objetiva da mulher foi sendo dirimida ou até mesmo esvaziada ao longo dos períodos históricos, principalmente nas sociedades ocidentais. Assim, com a nova forma de estrutura familiar descrita por Engels (2012), coloca-se que a mulher acaba por perder a sua participação nos espaços públicos, sendo-lhes atribuídas às colocações nos espaços privados de seus lares. Nesse sentido, a mulher converteu-se em primeira criada, passando a não tomar parte da produção social do capital: o trabalho doméstico da mulher passa a ser socialmente representado como inferior ao trabalho produtivo do homem que acaba por produzir mais-valia. Acrescenta-se que também lhe foram retiradas as suas liberdades sexuais: à mulher não era permitido o prazer e viver a sua própria sexualidade e as performances de seu corpo. Sob essa perspectiva, Engels (2012) sintetiza que:

[...] a emancipação da mulher e sua equiparação ao homem são e continuarão impossíveis, enquanto ela permanecer excluída do trabalho produtivo social e confinada ao trabalho doméstico, que é um trabalho privado. A emancipação da mulher só se torna possível quando ela pode participar em grande escala social, da produção, e quando o trabalho doméstico lhe toma apenas um tempo insignificante (p. 204).

Nessa perspectiva, Rocha (2023) teoriza que:

O sistema patriarcal, e demais mecanismos que regem a estrutura social, permitem que as formas de dominação e violência na sociedade sejam presentes em diversos aspectos do cotidiano, o que em muitas das vezes nem mesmo se percebe. Assim, indivíduos sofrem e reproduzem falas e ações que são consequências dessa estrutura patriarcal e da dominação masculina (p. 27).

Importante mencionar a conceituação de Saffioti (2004) sobre o patriarcado. A autora realizou estudos sistematizados e publicações teóricas importantes a respeito dos determinantes sociais e históricos envolvidos nos processos de subjugação do homem sobre a mulher. Assim, a estudiosa conceitua o patriarcado como “o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens” (p. 47). Sendo que esse regime de dominação-exploração é historicamente determinado, inclusive pelas representações sociais que homens e mulheres possuem a respeito das relações entre os gêneros em nossa sociedade. Declara-se que essas representações que determinado grupo ou

coletividade tem de determinado fenômeno social pode produzir, tanto novos conhecimentos e práticas sociais como também pode influenciar na perpetuação de tantos outros comportamentos e pensamentos que são considerados nocivos, tais como a violência de gênero contra as mulheres.

De acordo com Delphy (2009), o conceito sistematizado de patriarcado surgiu a partir da segunda onda feminista, nos anos de 1970, o qual disserta que esse sistema seria uma forma de organização social no qual os homens detêm o poder sobre todas as formas de controle na sociedade, inclusive sobre as mulheres, gerando uma cultura de dominação-opressão entre homens e mulheres.

Logo, o uso do termo patriarcado como sistema de dominação dos homens sobre as mulheres, auxilia na compreensão que essa atitude [a violência] vai muito além da esfera doméstica e familiar, ou seja, pode atingir todas as esferas de vida dos dois gêneros, a saber, a família, o trabalho, a comunidade, a religião, a política, a economia (Morgante; Nader, 2014).

Ainda nessa perspectiva, Lopes (2009) dispõe que a ideia de patriarcado pressupõe uma imposição do masculino sobre o feminino, “desencadeando a opressão de gênero” (p. 47) e que “referenda a ideologia da supremacia do macho, perpetuada por meio da tradição e da atribuição de papéis e condições a cada um dos sexos” (p. 48).

Scott (2019) acrescenta que “as teóricas do patriarcado concentraram sua atenção na subordinação das mulheres e encontraram a explicação na ‘necessidade’ de o macho dominar as mulheres” (p. 9). Entretanto, segundo a autora, podemos elencar discussões sobre as limitações conceituais desse tipo de pensamento, uma vez que ora a ideologia do patriarcado baseia-se nas discussões da fecundação e da reprodução da linhagem do homem e nas questões relativas à apropriação masculina da reprodução feminina ora tem-se a resposta desses questionamentos nas próprias discussões da sexualidade e das diferenças entre os gêneros: aqui, podemos depreender que os diferentes papéis sociais e biológicos entre os gêneros demandam posições subjetivas e performances diferenciadas na sociedade; no caso das sociedades dominadas pelo sistema patriarcal, a subjugação da mulher pelo homem, objetiva e subjetivamente.

McKinnon (1982) também cita as possíveis influências para a manutenção

do sistema do patriarcado quando disserta que a fonte das relações desiguais entre os sexos está relacionada à dicotomia de sexo (cunho biológico) e gênero (construído socialmente). Com isso, devemos entender, portanto, as determinações e implicações do patriarcado sobre as estruturas sociais brasileiras, que culminam em relações desiguais de vida e representatividade, com reflexos diretos e visíveis nos crescentes índices de notificações de violência de gênero contra as mulheres.

Além da compreensão da dominação patriarcal, importante se faz realizar maiores estudos e análises sobre as relações de gênero e poder. A respeito das relações de gênero, podemos nos embasar nos estudos feministas de gênero e nos estudos interseccionais, sendo que estes últimos levam em consideração os diversos marcadores sociais que atravessam as vivências e experiências de homens e mulheres.

Sobre as questões de poder envolvidas nas relações desiguais entre os gêneros, citamos Foucault (1988) em sua obra *Microfísica do Poder*, que elucida que é preciso ressignificar em quais termos compreendemos as relações entre os homens e mulheres. Para tanto, cita essa ressignificação em três eixos principais.

No primeiro eixo de análise, o autor concerne que é necessário que as relações entre os gêneros masculino e feminino devem ser dinâmicas e relacionadas à questão do poder. Ou seja, não devemos compreender essa problemática - o sistema do patriarcado - mais como um simples resultado da dominação de homens sobre as mulheres, em posições fixas, estáticas e polarizadas, mas sim de uma forma relacional (Foucault, 1988).

Em um segundo ponto, é preciso recusar toda a forma de redução da questão de gênero e da dominação da mulher pelo homem no patriarcado a determinações biológicas e naturalistas, ao passo que devemos ter em juízo que esses fenômenos são, sim, influenciados pelas determinações subjetivas, sociais, históricas, políticas, ou seja, essas relações acontecem de forma dinâmica e multideterminada (Foucault, 1988).

O terceiro eixo diz respeito ao entendimento das relações de gênero a partir de suas implicações nas questões de poder que são atravessadas nas relações sociais. Essas relações de poder diferenciadas irão determinar a forma como cada um desempenha os seus papéis sociais, como exemplo, podemos

citar as diferentes experiências de ser mulher, de ser homem e de vivenciar e atuar a violência. Nessas formas de se experienciar o ser homem e ser mulher na sociedade, é fundamental reconhecer como o corpo pode atuar ⁸quando pensamos nas disputas e propagação de poder.

Ainda no que se refere à questão do poder nas relações de gênero, Saffioti (2004), utilizando das concepções foucaultianas discorre sobre o poder “não como um objeto do qual se possa realizar uma definitiva apropriação, mas como algo que flui, que circula nas e pelas relações sociais” (p. 13). Sob essa perspectiva, podemos entender, portanto, que:

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. (...) O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (...) Efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder. Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu (Foucault, 1988, p. 183-184).

A fim de se aprofundar nas determinações múltiplas envolvidas nas questões do patriarcado e da subjugação da mulher, salienta-se a importância em entendermos sobre as categorias/grupos sociais que dominam as categorias/grupos sociais que são dominados. A esse respeito, coloca-se que a lógica da ordem patriarcal de gênero só é possível a partir da compreensão devida por meio do estudo e análise das relações entre as categorias homens e mulheres; essa visão nos proporciona adentrar nos interstícios das estruturas sociais, históricas e culturais envolvidas nas diferenças de papéis entre os

⁸ Referência a respeito das interrelações entre os conceitos de gênero e performatividade de gênero, em sua obra “Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade”, Butler (2003) disserta sobre o conceito da performance de gênero ao citar que: “Em outras palavras, atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado” (p. 194).

gêneros e de como o poder se perpetua entre os dominantes em detrimento aos dominados, aqui, entendendo-se as mulheres como essa parcela dos sujeitos que são subjugados em relação à sociedade machista.

Sobre as influências do patriarcado na família, cita-se as contribuições teóricas de Costa (1979). Em seu livro intitulado “Ordem Médica e Norma Familiar”, no qual analisa a construção histórica e social do modelo de família desde o Brasil Colônia e quais seriam os papéis atribuídos a homens e mulheres. Sob uma visão binária, há teorizações sobre o casamento enquanto contrato conjugal, no qual às mulheres, cabia a submissão aos seus maridos; o controle da sexualidade e da expressão de sentimentos entre o casal; a figura do *pater*/homem/marido como o representante maior do núcleo familiar e social. Assim, tudo o que fugia desse modelo de dominação-subordinação entre homens e mulheres, era considerado como o outro, o estranho, o excluído: as mulheres amantes, prostitutas, as mulheres “nervosas” e histéricas; os homens libertinos, celibatários e homossexuais.

Logo, podemos nos questionar: como funciona o sistema do patriarcado e em que formatos se sistematiza? Sobre a temática, Guillaumin, Tabet e Mathieu (2014) elencam dois pontos para se entender o patriarcado. O primeiro está relacionado a partir do entendimento de como são estabelecidas as relações de poder entre os gêneros; como exemplo tem-se o ato de força física e simbólica permanentes que corroboram a ideia de apropriação da categoria das mulheres pela dos homens. Há, portanto, uma apropriação concreta das primeiras, com a sua redução ao estado de objeto material; subjetivações por parte das mulheres são barradas pelos homens. Em referência a isto, os autores citam que:

É aceito por todos – ou quase todos – que as mulheres são exploradas, que sua força de trabalho, quando é vendida no mercado de trabalho, é muito menos remunerada que a dos homens, visto que, em média, os salários recebidos pelas mulheres representam só dois terços dos salários recebidos pelos homens. Todos compreendem – ou quase todos – que o trabalho doméstico efetuado por todas as mulheres, assalariadas ou não, é realizado sem salário. A exploração das mulheres é a base de toda reflexão sobre as relações entre classes de sexo, independentemente de sua orientação teórica (Guillaumin; Tabet; Mathieu, 2014, p. 32).

O outro aspecto relativo ao funcionamento do sistema patriarcal se dá por

um efeito ideológico, ao que Guillaumin, Tabet e Mathieu (2014) declaram que a partir do “discurso da natureza, veremos a forma ideológica assumida por essa relação, isto é, a afirmação de que as mulheres são ‘mais naturais’ que os homens” (p. 31). E por serem “mais naturais”, levantam-se hipóteses de que há uma gama de representações sociais que as colocam como mais relacionadas às funções de reprodução do que como representantes de habilidades sociais relacionadas ao poder, ao domínio da família e da vida pública.

Em obra de referência sobre a questão do patriarcado, intitulada “O poder do macho”, Saffioti (1987) realiza algumas reflexões a respeito das categorias macho e poder e como elas se interrelacionam. A autora cita que “o patriarcado, sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem, não constitui o único princípio estruturador da sociedade brasileira” (p. 16), uma vez que a sociedade não está dividida unicamente entre homens que dominam e mulheres que são subordinadas: há situações nas quais homens dominam mulheres, homens dominam homens e mulheres dominam mulheres; com isso, há de se pensar em outras formas que atravessam as relações desiguais de poder entre os gêneros.

Nessa lógica, a autora entende que as determinações da subjugação da mulher pelo homem perpassam não apenas pelo sistema do patriarcado, mas também pelo que ela conceitua como o poder do macho, que circunda vários aspectos das relações sociais entre os gêneros. De acordo com Saffioti (1987), o poder do macho:

[...] embora apresentando várias nuances, está presente nas classes dominantes e nas subalternas, nos contingentes populacionais brancos e não-brancos. Uma mulher que, em decorrência de sua riqueza, domina muitos homens e mulheres, sujeita-se ao julgo de um homem, seja seu pai ou seu companheiro. Assim, via de regra, a mulher é subordinada ao homem (p. 16).

Assim, podemos pensar em vários fatores que estão envolvidos na manutenção do poder do macho em nossa sociedade. É possível citar o próprio sistema econômico capitalista que, ainda hoje, demanda salários, ocupações e condições diferenciadas entre homens e mulheres; a constituição do núcleo familiar no qual os chefes de família são homens que comandam os demais

membros de seu núcleo familiar (embora, na atualidade, tenhamos novas realidades as quais mulheres lideram as suas famílias, na ausência dos homens); nas relações de poder estabelecidas entre os gêneros, sendo que, nos discursos coletivos, a palavra do homem ainda prevalece sobre os discursos das mulheres (aqui destacam-se os estudos feministas de gênero, a partir dos anos de 1960-1970, que vieram para propor relações igualitárias entre homens e mulheres).

O poder do macho também atravessa todas as classes sociais, as religiões, o campo político, as políticas públicas sociais, o sistema de ensino, enfim, o poder do homem sobre a mulher acontece de forma extremamente sistematizada e estrutural para que o sistema do patriarcado se mantenha e se perpetue em nossa sociedade.

Sobre as formas de dominação e subjugação as quais são recorrentemente utilizadas no sistema patriarcal, Guillaumin, Tabet e Mathieu (2014) caracterizam os meios da apropriação da classe das mulheres pela classe dos homens, a saber: a) apropriação pelo mercado de trabalho; b) pelo confinamento no espaço; c) pela demonstração de força; d) pela coação sexual.

No que tange ao mercado de trabalho, cita-se que o sistema do patriarcado não permite com que as mulheres possam vender a sua força de trabalho em troca do mínimo correspondente à sua própria existência. Os autores citam que as mulheres são constrangidas por este mercado que sempre privilegiou os homens. Nesse aspecto, importante mencionar que, ao longo da história, os postos de trabalho e os salários recebidos pelas mulheres sempre foram potencialmente inferiores aos dos homens.

Sobre o confinamento no espaço, tem-se que as mulheres, desde as suas primeiras experiências sociais na família e comunidade, são criadas e ensinadas para viver e interagir no espaço privado do domicílio, a partir de práticas relacionadas ao cuidado do lar, do marido, dos filhos e dos afazeres domésticos de forma geral; ao passo que ao homem/marido, historicamente falando, sempre houve a possibilidade para a ascensão no meio público, uma vez que são criados e ensinados a realizar práticas públicas de vida (Guillaumin, Tabet e Mathieu, 2014).

Desde cedo, aos homens é permitido o brincar com carrinhos, jogar bola, brincar de avião, de médico; profissões essas que transcendem, portanto, o

espaço privado do domicílio, espaços estes culturalmente destinados às mulheres. Mesmo tendo em vista que, atualmente, as disparidades nessas relações desiguais de vivências diminuíram, sabe-se que ainda são discretas as performances femininas de ascensão ao mercado de trabalho público, por exemplo.

A respeito da questão relativa às demonstrações de força, às mulheres são desferidas agressões físicas, psicológicas, morais, patrimoniais, dentre outras formas de demonstração de força. Por fim, quando se fala em coação sexual, entendem-se essas práticas a partir da objetificação da mulher, com atos de assédio, provocação, violência sexual, que possuem como objetivo “submeter e amedrontar a classe das mulheres, ao mesmo tempo em que é a expressão do direito deles [dos homens] de propriedade sobre esta mesma classe [as mulheres]” (Guillaumin; Tabet; Mathieu, 2014, p. 58).

Levando-se em consideração que o conceito de gênero também deve ser analisado de forma histórica e, com isso, em constantes mudanças e transformações, a mesma lógica deve ser direcionada ao patriarcado. A esse respeito, Saffioti (2004) disserta que:

Se na Roma antiga, o patriarca detinha poder de vida e morte sobre sua esposa e seus filhos, hoje tal poder não existe mais, no plano de *jure*. Entretanto, homens continuam matando suas parceiras, às vezes com requintes de crueldade, esquartejando-as, ateando-lhes fogo, nelas atirando e as deixando tetraplégicas, etc. O julgamento destes criminosos sobre, é óbvio, a influência do sexismo reinante na sociedade, que determina o levantamento de falsas acusações – devassa é a mais comum – contra a assassinada. A vítima é transformada rapidamente em ré. (p. 48)

Em contrapartida, a mesma autora relata algumas contribuições dos movimentos sociais feministas, no sentido das mudanças de paradigmas em relação ao olhar da sociedade sobre as questões de gênero e a respeito das reverberações jurídicas de atos violentos contra as mulheres, quando afirma que “graças a muitos protestos feministas, tal tese, sem fundamento jurídico ou de qualquer outra espécie, deixou de ser utilizada. O percentual de condenações, contudo, situa-se aquém do desejável” (p. 48).

Sobre os pesos e as medidas relacionadas às condutas dos homens autores de violência contra as mulheres e como são tratados por nossa

sociedade, que ainda continua sob a ótica patriarcal, Saffioti (2004) declara que “o bom comportamento na prisão pode reduzir o cumprimento da pena a um terço, até um sexto do estabelecido, o que não é admissível para quem deseja ver esta prática extirpada da sociedade ou, pelo menos, drasticamente reduzida” (p. 48).

Importante mencionar também que as próprias concepções histórico-científicas sobre o patriarcado possuem o seu enviesamento, seja a partir de concepções oriundas dos movimentos feministas ou mesmo por imagens do sistema patriarcal sustentado por escritos antropológicos (Sanday, 1993) que sustentam o monopólio masculino da representação histórica (Janssen-Jurreit, 1982), que é um dos pontos problematizados pelo viés crítico dos estudos feministas.

Tendo em vista a conjectura de nossa sociedade patriarcal e sua correlação com as situações de violência de gênero, devemos pensar em formas de combater as situações que levam à opressão e à violência contra a mulher.

3 Considerações Finais

As desigualdades nas relações entre homens e mulheres provocam uma série de fenômenos sociais, assim como consequências em suas subjetividades, que são alicerçadas em estruturas sociais e discursivas que envolvem poder e controle. Uma das resultantes é a violência de gênero, na qual às mulheres são imputadas ações sistemáticas contra a sua existência, integridade física e psicológica.

Cita-se aqui sobre as determinações de estruturas sociais que fazem com que as relações desiguais entre homens e mulheres se mantenham e reproduzam. Com isso, importante se faz compreender sobre o sistema ideológico do patriarcado que, histórico e culturalmente, dá a primazia do controle dos homens sobre as mulheres.

Sob um ponto de vista foucaultiano, o patriarcado pode ser compreendido a partir de três pontos. Primeiramente, frisa-se que as relações não equivalentes entre os gêneros masculino e feminino devem ser compreendidas a partir de suas dinâmicas relativas às questões de poder, que acontecem de forma relacional, histórico, social e politicamente determinadas.

Portanto, é preciso também recusar qualquer tipo de reducionismo quando se falar em questões de gênero, como pode ser exemplificado pelo binarismo entre homem e mulher, o que é esperado para um e para o outro, tornando as relações sociais e suas performances enrijecidas e sem movimento.

O último aspecto a ser considerado diz respeito ao aspecto relacional do gênero enquanto categoria analítica, social e política. Ou seja, faz-se necessário refletir sobre como se dão as relações entre os gêneros, levando-se em consideração que sempre um deles estará em função para o outro, e vice-versa, uma vez que viver em sociedade tem exatamente essa premissa, as relações de interdependência entre os pares.

Por fim, ao se considerar as consequências do sistema ideológico patriarcal tanto para homens quanto para as mulheres, identifica-se que resta às mulheres, as posições social e historicamente construídas no âmbito da subalternidade, seja na seara privada, relações intrafamiliares, mercado de trabalho, até às expressões da sexualidade e direitos reprodutivos, por exemplo. No entanto, ressalta-se que essas mulheres, que historicamente se encontraram em situações de subalternidade, passaram a buscar a sua emancipação, principalmente devido aos movimentos sociais de mulheres e à inserção dessas discussões nos campos científicos.

Com isso, para operacionalizar propostas interventivas que visem aos direitos e oportunidades mais igualitárias entre homens e mulheres, necessário é reconhecer e problematizar a estruturação de nossa sociedade - influenciada majoritariamente pelo sistema ideológico patriarcal – à luz das concepções analíticas de gênero ancoradas por uma visão crítica dos estudos feministas, que contribuem para desmistificar e desconstruir as relações pré-estabelecidas em sociedades machistas e androcentradas.

Referências

ALMEIDA, M. V. Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do sul e Portugal. **Anuário Antropológico**, n. 95, 1996.

BANDEIRA, L. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Estudos Feministas**, v. 16, n. 1. Florianópolis, jan./abr., 2008.

- BARBIERI, T. Sobre la categoría género. Uma introducción teórico-metodológica. In: RODRÍGUES, R. (org.). **Fin de siglo: genero y cambio civilizatório**. Santiago: Isis Internacional, 1992.
- BUTLER, J. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTRO, M. G.; LAVINAS, L. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- CORDEIRO, A. M.; OLIVEIRA, G.M.; RENTERÍA, J.M. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Rev. Col. Bras. Cir**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 428-431, 2007.
- COSSI, R. K. Stoller e a psicanálise: da identidade de gênero ao semblante lacaniano. **Estudos de Psicanálise**, n. 49, p. 31-11, jul., 2018.
- COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- COSTA, P. E. B.; SILVA, E, P. M.; MENDES, A, M. Interseccionalidade: conceito, origem e finalidade. **Anais do I Simpósio Internacional de Crítica Feminista e Autoria Feminina**, v. 1, n. 1, 2022.
- DAVIS, N. Z. Women's History in Transition: The European Case. **Feminist Studies**, v. 3, 1976.
- DELPHY, C. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA et al. (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**; tradução de Leandro Konder, 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- EVANS, S. **Personal Politics. The Roots of Women's Liberation in the Civil Rights Movement & The New Left**. New York: Vintage, 1986.
- FLAX, J. Postmodernism and gender relations in feminist theory. **Signs**, v. 12, n. 4. Chicago: The University of Chicago, 1987.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. ed. 7. São Paulo: Graal, 1988.
- FOUCAULT, M. **Um dialogo sobre el poder y otras conversaciones: alianzas materiales**. Buenos Aires: Alianza, 1990.
- GERGEN, K. J. A crítica feminista da ciência e o desafio da epistemologia social. In: GERGEN, M. M. (Ed.). **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento**. Rio de Janeiro/Rosa dos Tempos; Brasília/ EdunB, 1993. p. 48-69.
- GUILLAUMIN, C.; TABET, P.; MATHIEU, N. C. **O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas**. Recife: SOS Corpo, 2014.

- hooks, B. **O feminismo é para todo mundo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
- JANSSEN-JURREIT, Marie. **Sexism: The Male Monopoly on History and Thought**. Nova York: Farrar, Straus, and Giroux, 1982.
- LAURETIS, T. The technology of gender. In: LAURETIS, T. **Technologies of gender. Bloomington e Indianapolis**: Indiana University Press, 1987.
- LOPES, Z. A. Gênero enquanto categoria de análise. In: LOPES, Z. A. **Meninas para um lado, meninos para outro – um estudo sobre representações sociais de educadores de creche**. Dissertação de mestrado. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000.
- LOPES, Z. A. **Representações sociais acerca da violência de gênero: significados das experiências vividas por mulheres agredidas**. Tese de doutorado. Ribeirão Preto: USP – Dep. de Psicologia e Educação, 2009.
- MCKINNON, C. Feminist, Marxism, Method and the State: for Theory. **Signs**, v. 7, Spring, 1982.
- MATTOS, P. C. **Tipos de Revisão de Literatura**. 2015. Disponível em: <https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisão-de-literatura.pdf>
Acesso em: 24 ago. 2022.
- MEDRADO, B.; LYRA, J. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Rev. Estud. Fem.** v. 16, n. 3, dez., 2008.
- MORGANTE, M. M.; NADER, M. B. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. **Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH-RIO: saberes e práticas científicas**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399953465_ARQUIVO_textoANPUH.pdf Acesso em: 15 de out. de 2022.
- RIBEIRO, J. L. P. Revisão de investigação e evidência científica. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v.15 n.3, p. 671–682, 2014.
- ROCHA, J. L. A “Liberdade adiada”, “Foram as dores que o mataram” e “Um ilegítimo desejo”: as mulheres nos contos de Dina Salústio. **II Simpósio Internacional de Crítica Feminista e Autoria Feminina – Diversidade, Feminismos e Femininos Plurais**, v. 1, n. 2, 2023.
- RUBIN, G. El tráfico de mujeres: notas sobre la economía política del sexo. **Nueva Antropología**, v. 7, n. 30, p. 157-209, México D. F., 1986.
- SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, São Leopoldo, RS, ano 1, n. 1, p. 1–14, jul. 2009.
- SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, H. I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. O; BRUSCHINI, C. (orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SAFFIOTI, H. I. B.; ALMEIDA, S. S. **Violência de gênero – Poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SANDAY, P. R. **Female Power and Male Dominance**: On the Origins of Sexual Inequality. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 2, p. 35-50, 2004.

SCOTT, J. W. **Gender and the Politics of History**. Nova York: Columbia University Press, 1988.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, H. B. **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

STOLCKE, V. O enigma das interseções: classe, 'raça', sexo, sexualidade: a formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. **Revista Estudos Feministas**, v. 1, n. 14, p. 15-42, 2006.

VIEZZER, M. **O problema não está na mulher**. São Paulo: Cortez, 1989.

Gênero, Masculinidades e Violência de gênero

RESUMO

Trata-se de pesquisa bibliográfica sobre as interrelações entre gênero, masculinidades e violência de gênero. Tais ideias foram contempladas à luz da epistemologia crítica dos estudos feministas. Como método de pesquisa, utilizou-se a combinação entre a revisão sistemática de literatura e a revisão integrativa de literatura, sendo pesquisados artigos científicos em periódicos de Psicologia. Assim, após o dimensionamento dos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos, foram analisadas 39 publicações. Para a discussão dos achados foi utilizado o método de Análise de Conteúdo de Bardin. Os resultados encontrados demonstraram que o campo da Psicologia não vem publicando artigos sobre as temáticas objetivadas nesta pesquisa, o que pode contribuir para a escassez de intervenções propositivas da ciência psicológica no combate à violência de gênero contra as mulheres. Espera-se, com esse trabalho, que novos estudos sejam realizados pela Psicologia no que tange às relações interdeterminadas entre gênero, masculinidades e violência de gênero, a fim de se pensar práticas de combate às diversas formas de violência contra as mulheres e sobre relações mais igualitárias entre homens e mulheres.

Palavras-Chave: Gênero. Masculinidades. Violência de gênero. Psicologia.

1 Introdução

O presente artigo versa sobre uma pesquisa bibliográfica sobre as interrelações possíveis entre os conceitos de gênero, masculinidades e violência de gênero em periódicos do campo da Psicologia. Assim, cita-se que este trabalho surgiu da premissa dos contextos de violência de gênero contra as mulheres, assim como sobre as masculinidades envolvidas nesses atos. Visando a ações e intervenções sistematizadas em relação ao combate a esse tipo de violência, pergunta-se o que os periódicos de Psicologia têm publicado sobre essas temáticas.

Menciona-se que a base epistêmica que fundamentou a pesquisa partiu de teorizações acerca das epistemologias feministas e suas contribuições para uma crítica feminista. Ao se propor uma epistemologia feminista, de acordo com Sardenberg (2002), inaugurava-se não só uma práxis baseada na experiência feminina – nas vivências objetivas de vida das mulheres – mas também uma nova epistemologia baseada nessa mesma experiência. Uma epistemologia feminista crítica auxilia na compreensão e análises sobre como a categoria gênero influencia as experiências, práticas e pensamentos dos grupos sociais e

como as concepções de gênero difundidas na sociedade acabam por refletir as relações desiguais entre homens e mulheres.

De acordo com Ketzer (2021), a epistemologia feminista crítica investia “o papel do gênero nas diversas atividades epistêmicas. Na transmissão de conhecimento e/ou crença por testemunho, assim como na produção científica” (p. 4). Outra questão que merece ser levantada diz respeito ao caráter plural e não reducionista dos próprios métodos e teorias feministas críticos para se compreender as relações de gênero.

Ou seja, as epistemologias feministas críticas se propõem a pensar as questões de gênero a partir de um ponto de vista que vai além dos modelos tradicionais de fazer ciência. Essa linha de pensamento se propõe a realizar análises das condições e formas de estruturação das relações sociais de gênero que permitiram a construção e manutenção de modelos sociais profundamente desiguais, como podemos vislumbrar nas sociedades ocidentais, por exemplo.

A partir do ponto de partida de que a crítica feminista, por sua posição ontológica e epistemológica antipositivista, que realiza fortes críticas às pretensões objetivistas e reducionistas de verdade da ciência clássica, assim como do sujeito que é construído a partir das ideias androcêntricas iluministas e humanistas, é preciso pensar em práticas de análise e intervenção que busquem também o alinhamento aos aspectos decoloniais e interseccionais que atravessam e influenciam as relações de gênero.

A respeito dos estudos decoloniais, Quintero, Figueira e Elizalde (2019) trazem a importância de se compreender quatro conceitos fundamentais: colonialidade do saber, do ser, da natureza e do gênero. Assim, a colonialidade do saber “estaria representada pelo caráter eurocêntrico do conhecimento moderno e sua articulação às formas de dominação colonial/imperial” (p. 7). Nesse sentido, colonialidade e decolonialidade diz respeito “às formas de controle do conhecimento associadas à geopolítica global traçada pela colonialidade do poder” (p. 7), atravessando, portanto, os aspectos relativos à ontogênese do ser humano, suas relações sociais e determinações históricas, sociais e políticas envolvendo o gênero. Com isso, têm-se teorias críticas que levam em consideração essas dimensões e discussões para a compreensão das relações humanas e fenômenos psicossociais.

No que tange aos estudos interseccionais, podemos falar sobre as relações entre os marcadores sociais de diferença e desigualdade. Ou seja, produzido por feministas negras nas décadas de 1970 e 1980, o termo interseccionalidade surgiu para se refletir e operacionalizar o feminismo para além das questões relacionadas às relações desiguais de poder e opressão de gênero, mas sim incorporar a essas discussões outros fatores que atravessam tais relações sociais, tais como a raça, cor/etnia, classe social, religião, condição socioeconômica, dentre outros determinantes (Crenshaw, 1991).

2 Caracterização da Pesquisa

Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfico em periódicos de Psicologia. A reflexão norteadora deste artigo foi: a partir de uma visão crítica sobre as questões de gênero e os fenômenos psicossociais relacionados à violência de gênero, o que tem sido pesquisado acerca das correlações entre gênero, masculinidades e violência de gênero contra as mulheres nos Periódicos de Psicologia com maior relevância nacional e latino-americano sobre essa temática?

A fim de atingir os objetivos da pesquisa, foi realizada uma revisão sistemática de literatura. De acordo com Galvão, Pluye e Ricarte (2017), é um tipo de pesquisa que segue procedimentos específicos e tem como meta levantar e analisar dados de fontes bibliográficas, a fim de se compreender determinado fenômeno.

Entretanto, durante as buscas, notou-se a necessidade de ampliação para localização de dados, uma vez que poucas publicações foram achadas para se analisar, inicialmente. Aplicou-se então a revisão integrativa de literatura como alternativa para localização de estudos e delimitação dos termos. Essa abordagem buscou impulsionar o estudo de revisão mantendo o rigor metodológico das revisões sistemáticas, com a integração de pesquisas com diferentes métodos, ampliando as oportunidades de encontrar termos para a localização de literatura (Faria, 2019).

Com isso, para começar as buscas desta pesquisa, foram elencados os critérios de inclusão e exclusão para se iniciar o estudo. Cita-se que, a) foram escolhidos os periódicos Psicologia: Ciência e Profissão (Qualis A2) do Conselho

Federal de Psicologia – CFP, Psicologia e Sociedade (Qualis A2) da Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO e Revista Psicologia para América Latina (Qualis B3) da *Unión Latinoamericana de Entidades de Psicología* – ULAPSI; b) recorte temporal: produções entre os anos de 2016 a 2022; c) publicações em português, inglês ou espanhol; d) artigos que tivessem as palavras-chave ou temática envolvendo os descritores “gênero”, “masculinidades” e “violência de gênero”. Os critérios de exclusão iniciais compreenderam além das publicações que não se enquadraram nos critérios de inclusão, como também artigos duplicados.

Pontua-se que a combinação de termos na pesquisa com descritores de busca e palavras-chave com operadores AND, OR e NOT, não produziu os resultados quantitativos esperados. E mesmo com possibilidades de termos de busca, recuperou-se somente 17 publicações condizentes com a proposta.

De forma a ampliar os resultados da busca, estendeu-se então para a base do PEPSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia), uma vez que esse sistema disponibiliza a lista de periódicos indexados. Os títulos foram verificados na plataforma Sucupira para verificação de Qualis sendo a pesquisa de A1 até B3 com verificação do quadriênio de 2017-2020. Após essa ampliação do escopo da pesquisa, outros períodos contendo os temas e palavras-chave aqui pesquisados também foram selecionados, a saber:

Quadro 1 – Periódicos e Qualis

Periódico	Qualis
Revista Estudos de Psicologia	A1
Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia	A2
Psicologia em Revista	A2
Arquivos Brasileiros de Psicologia	A2
Revista Estudos Interdisciplinares em Psicologia	A3
Revista Contextos Clínicos	A4
Revista da SPAGESP	A4
Boletim – Academia Paulista de Psicologia	B1
Mental – Revista de Saúde Mental e Subjetividade do UNIPAC	B1
Revista Psicologia em Pesquisa	B1

Revista Psicologia Argumento	B1
Revista Psicologia Política	B1

Elaborado pelo autor

Assim, foi possível ampliar as buscas, a fim de abranger um maior número de artigos relevantes. Os termos em português foram: "gênero", "masculinidades" e "violência de gênero"; sendo usados os mesmos em inglês e espanhol.

A combinação inicial de descritores resultou na recuperação de 23 artigos, todos publicados em português e espanhol. No entanto, considerando a quantidade de artigos recuperados e os descritores utilizados, optou-se por realizar a busca de termos dentro dos artigos. Foi feito o comando (Ctrl+F) a fim de localizar principalmente o termo "masculinidades" (que foi escassamente encontrado nas palavras-chave das publicações), resultando na localização de mais 18 artigos recuperados, totalizando 41 artigos encontrados. Ao final, por conter 02 artigos duplicados, foram selecionados 39 artigos para a análise desta pesquisa.

3 Organização e análise dos dados

A organização, análise e discussão dos dados encontrados nas publicações, oriundas da revisão sistemática e integrativa de literatura, foram realizadas conforme as etapas descritas por Bardin (2011) para a análise de conteúdo.

A primeira etapa, denominada de pré-análise, consistiu na leitura dos artigos selecionados nos Periódicos de Psicologia. Foi realizada a observação e estudos dos dados (estudos em si) e dos metadados dos artigos (títulos, nomes dos/as autores/as, palavras-chave, nome do periódico onde o estudo foi publicado, local e ano da publicação). A seguir, são expostos alguns dos metadados encontrados, conforme descrição do Quadro 2.

Quadro 2. Ano, nº de artigos e Revistas

Ano	Nº de artigos	Revistas
-----	---------------	----------

2022	03	Revista da SPAGESP; Psicologia: Ciência e Profissão; Psicologia Argumento.
2021	12	Psicologia Política; Contextos Clínicos; Psicologia em Pesquisa; Psicologia em Revista; Arquivos Brasileiros de Psicologia; Psicologia & Sociedade; Psicologia Argumento.
2020	10	Contextos Clínicos; Estudos e Pesquisas em Psicologia; Psicologia & Sociedade; Psicologia: Ciência e Profissão; Psicologia para América Latina; Psicologia Política.
2019	05	Boletim - Academia Paulista de Psicologia; Contextos Clínicos; Psicologia & Sociedade; Psicologia Política.
2018	05	Estudos Interdisciplinares em Psicologia; Estudos de Psicologia; Estudos e Pesquisas em Psicologia; Mental.
2017	02	Estudos e Pesquisas em Psicologia; Psicologia & Sociedade.
2016	02	Boletim - Academia Paulista de Psicologia; Psicologia em Revista.

Elaborado pelo autor.

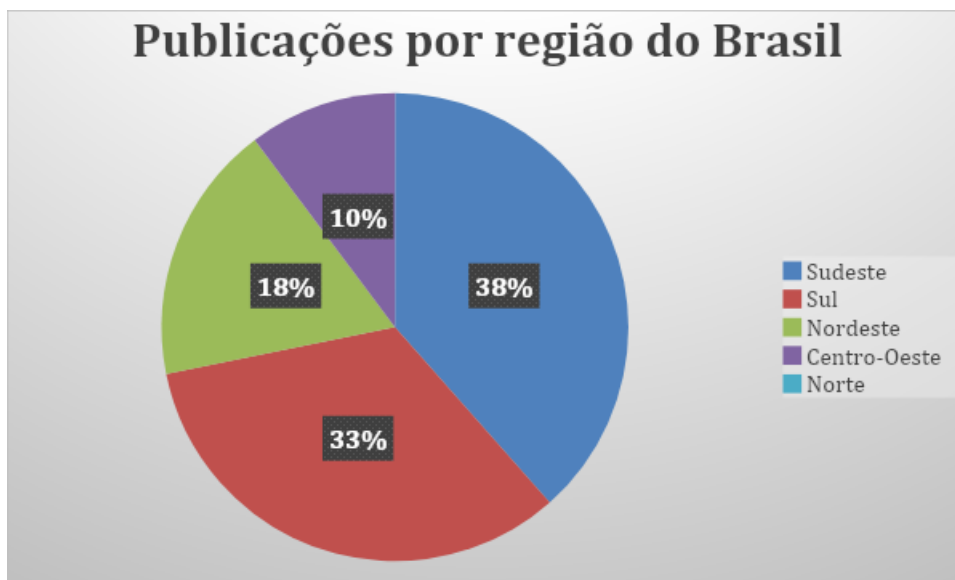
De acordo com a leitura dos títulos e palavras-chave das publicações, todos os estudos versam sobre o tema violência contra a mulher; no entanto, observou-se que há uma variação de combinações sobre os temas transversais envolvidos nos referidos textos: há interrelações entre violência contra as mulheres com outras temáticas, a saber, gênero, violência de gênero, homens, homens autores de violência, masculinidades, identidade, políticas públicas, religião, dentre outros.

Em relação ao de publicação, identificou-se que a maioria dos estudos foram publicados nos anos de 2020 e 2021. No entanto, os anos que tiveram menos publicações foram em 2016 (02 artigos) e 2017 (02 artigos), com nova queda em 2022 (03 artigos).

No que se refere à instituição e região do país dos 39 artigos analisados, identificaram-se 15 publicações (39%) na região Sudeste do Brasil. Na segunda

posição em número de publicações ficou a região Sul brasileira, com 13 artigos (33%). Em terceiro lugar, foram contadas 07 (18%) na região Nordeste. Correspondendo à região Centro-Oeste, temos 04 artigos (10%), conforme exposto no Gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1 – Publicações por região do Brasil



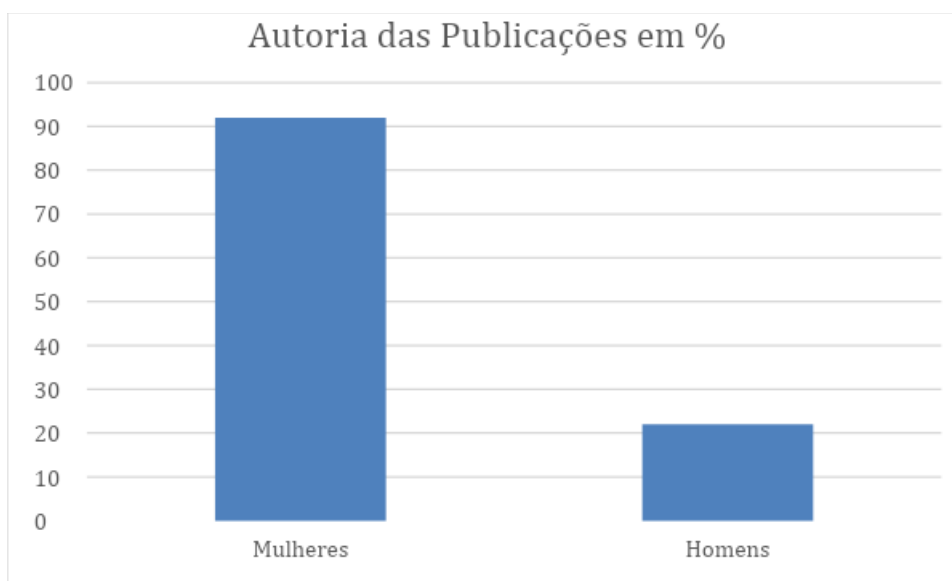
Elaborado pelo autor.

Aqui, problematizo o baixo número de estudos contidos nos periódicos de Psicologia na região Centro-Oeste e a ausência de publicações na região Norte. Mesmo o CFP tendo publicado 04 artigos sobre a temática da violência contra a mulher, violência de gênero contra as mulheres e masculinidades, não podemos afirmar que tal empreitada corresponda à região Centro-Oeste, mas sim a todo o Brasil, uma vez que a instituição referida representa a Psicologia à nível federal. Com isso, importante atentar para a necessidade de estudos e intervenções da Psicologia na região Centro-Oeste, uma vez que, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, houve um aumento de 10,8% nos casos de feminicídio no Brasil em relação à 2019, sendo que na região Centro-Oeste, esse crescimento correspondeu à 29,9%.

Ainda sobre as publicações por região, importante relativizar as análises devido alguns fatores. Aqui, cita-se que, nem sempre a região na qual o autor publicou o estudo é a sua região de origem; logo, ao se realizar essas análises, esses aspectos devem ser contemplados.

A respeito da autoria dos artigos analisados, pontua-se que, dos 114 autores e autoras, houve uma expressiva participação de autoras (80,70%), conforme pode ser observado no Gráfico 2:

Gráfico 2 – Autoria das publicações em %



Elaborado pelo autor

Diante a esses números, faz-se necessário questionar o porquê da maioria de estudos sobre violência de gênero contra a mulher e masculinidades ser de autoria feminina e por que os homens não vêm se apropriando dessas temáticas no campo da Psicologia; também podemos problematizar a identificação da autoria das publicações analisadas de acordo com a categoria “sexo”, tendo como ponto de partida os possíveis atributos biológicos que são sugeridos pelos nomes dos autores e das autoras; no entanto, realizar essas marcações binárias entre autor homem e autora mulher acaba por não deixar visível outras possibilidades de gênero nessas autorias. Sob esse viés, em artigo intitulado “Estudos de gênero na Psicologia (1980-2016): aproximações e distanciamentos”, Curado e Jacó-Vilela (2021) coadunam desse pensamento ao citar que:

[...] quando usamos somente o nome dos(as) autores(as) como forma de identificação do gênero, estamos legitimando o sexo biológico e a dicotomia feminino e masculino como as únicas possibilidades identitárias, o que impede o reconhecimento da autoria de outros gêneros, colocando-os em posição de anonimato (p. 9).

Em relação aos periódicos, frisa-se que os três que mais publicaram a respeito da temática da violência contra a mulher, gênero e masculinidades no intervalo dos anos de 2016 a 2022 foram Psicologia & Sociedade da ABRAPSO, Psicologia Política da Associação Brasileira de Psicologia Política e Psicologia: Ciência e Profissão do Conselho Federal de Psicologia – CFP. A lista com todos os periódicos estudados pode ser demonstrada no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Periódicos de Psicologia



Elaborado pelo autor.

Cita-se que a revista Psicologia & Sociedade publicou, portanto, 07 artigos. Esta revista tem relevância significativa para tratar desse assunto, uma vez que pertence à Associação Brasileira de Psicologia Social. Importante mencionar que essas publicações primam por posturas críticas e interdisciplinares, segundo o referido site, o que reforça ainda mais a relevância e importância desse periódico para tratar de teorias e práticas da Psicologia que visem à problematização do tema aqui estudado.

Sobre o periódico *Psicologia: Ciência e Profissão*, com 04 artigos encontrados, citamos a sua relevância para o campo da Psicologia por se tratar de uma revista do Conselho Federal de Psicologia – CFP; possui como missão contribuir para a difusão do conhecimento científico de todo o campo da Psicologia, visando subsidiar práticas de ensino, pesquisa, processos e intervenções profissionais em diferentes áreas. Sob esse aspecto, considera-se que o periódico citado também possui significativa potência para compartilhar pesquisas e propostas de intervenção para a prevenção da violência de gênero contra as mulheres.

Com isso, entramos na segunda etapa desta pesquisa, denominada de Exploração do Material encontrado, que consistiu em selecionar as unidades de registro (metadados) dos artigos e, com isso, a partir dos agrupamentos destas unidades com características semelhantes ou próximas, criou-se Categorias Temáticas, nomeadas de unidades de contexto. Ao mesmo tempo, realizou a última etapa da Análise de Conteúdo, que foi o Tratamento dos resultados, envolvendo a análise e discussão das publicações sob um ponto de vista da crítica feminista, conforme as categorias temáticas criadas.

A título de exposição, cita-se que os artigos, para serem melhor analisados, foram organizados em categorias temáticas. Após essa análise, identificou-se uma série de subtemas que serviram para criar essas Categorias (unidades de contexto), que foram organizadas conforme os agrupamentos de palavras-chave (unidades de registro), totalizando 05 categorias temáticas, que serão explanadas a seguir.

a) Violência contra as mulheres e Políticas Públicas

Essa categoria temática está relacionada com os artigos que versaram sobre as interrelações entre violência de gênero contra as mulheres e Políticas Públicas. A esse respeito, Bigliardi, Antunes e Wanderbroocke (2016), no artigo expõem que, embora a violência contra a mulher seja um problema alarmante, “até poucas décadas era tratada como uma problemática da vida privada e apenas recentemente passou a ser compreendida como um problema que demanda políticas efetivas para o seu enfrentamento” (p. 262). No entanto, para

que essas políticas sejam, de fato, eficazes, é necessário compreender as determinações históricas e sociais envolvidas nas relações de gênero e suas consequências.

Medeiros e Zanello (2018) sustentam que as políticas públicas que tratam da tríade violência-mulheres-saúde mental, a saber, - Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, Lei Maria da Penha, Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Conferências Nacionais de Saúde Mental e Lei da Reforma Psiquiátrica -, não vem tratando a contento dessas temáticas, bem como há hiatos consideráveis em relação às propostas de intervenção do Estado e da sociedade, nesse sentido.

No que se refere à Rede de Proteção à Mulher, a pesquisa de Belarmino et al. (2020) aponta para a necessidade do aprimoramento das políticas públicas já existentes, “tornando-as mais abrangentes e efetivas, fortalecendo, desse modo, o funcionamento em rede” (p. 1). Em relação à importância das políticas públicas para o enfrentamento da violência contra as mulheres e o seu empoderamento, Mendonça et al. (2021) defendem a relevância de políticas de acesso à renda e ao mercado formal de trabalho, para que essas mulheres desenvolvem a autonomia frente às suas adversidades de vivências e violações de seus direitos. Acrescentando-se reflexões a essa questão, Flores, Santos e Paiva (2021), em pesquisa sobre a Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres de um município gaúcho, concluíram que o trabalho em rede costuma ser desarticulado, não havendo uma articulação consistente entre as políticas de saúde, jurídicas, assistência social e segurança pública.

Com isso, quando se aborda relações desiguais de poder entre os gêneros, também estamos dissertando sobre as consequências do sistema patriarcal de gênero e suas reverberações. Sobre a temática, dos 10 artigos desta categoria, 05 trataram sobre essa questão de forma mais sistematizada (Bigliardi, Antunes, Wanderbroocke, 2016; Souza e Rezende, 2018; Santos; Romagnoli, 2017; Tanizaka et al., 2021; Flores; Santos; Paiva, 2021).

Bigliardi, Antunes e Wanderbroocke (2016) compreendem que dentre vários temas, a violência de gênero contra a mulher é um fenômeno complexo e multideterminado que é mantido socialmente por um sistema de crenças e de valores que caracterizam a ideologia do patriarcado; citam que na cultura do patriarcado, “a coexistência humana é determinada por um sistema que atribui

valor ao poder, à competitividade, às lutas, às guerras, aos relacionamentos hierarquizados ao controle” (p. 264). Acrescentam que a cultura do patriarcado se apropria do direito de uns (os homens) decidirem pela vida de outros (todos os/as demais, inclusive, as mulheres). Santos e Romagnoli (2017) coadunam dessa ideia, ao relacionarem o sistema de dominação-exploração sustentado pelo patriarcado à categoria social “homens”, que acaba por exigir que a sua capacidade de mando em relação às mulheres também seja mediada pela violência.

Tanizaka et al. (2021) postulam que o direito de as mulheres possuírem experiências sem violência é barrado pela convivência social do sistema patriarcal de gênero, uma vez que “[...] seu ‘ir e vir’ estará muitas vezes destinado à lascívia, luxo e descompensação psíquica de outrem” (p. 626), ao qual essa posição de outrem está relacionada aos próprios homens na sociedade. Flores, Santos e Paiva (2021) compreendem que “as raízes históricas da cultura patriarcal são reconhecidas como principais responsáveis pelos índices de violência de gênero na nossa sociedade” (p. 226).

Sobre a forma como as relações de gênero são tratadas nas publicações analisadas, cita-se que, de acordo com Bigliardi, Antunes e Wanderbroocke (2016) e Tanizaka et al. (2021), há o reconhecimento de que as raízes e perpetuação da violência contra as mulheres estão intimamente relacionadas à construção social e histórica das relações hierárquicas de poder e assimetria entre os gêneros. Além de pensar que esse tipo de violência seja consequência das relações desiguais de gênero, também acaba por acarretar “danos psicológicos, físicos, morais, patrimoniais e sexuais” (Medeiros; Zanello, 2018, p. 21) contra essas mulheres.

Oliveira e Moreira (2016), mesmo partindo de uma perspectiva da categoria analítica de gênero na busca de compreender os aspectos relacionais desse conceito, em sua pesquisa, chegou-se ao resultado de que a equipe da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher - DEAM compreende que a interrupção da violência sofrida depende da atitude das mulheres: de denunciar e sair da situação de violência; o que reforça o caráter de culpabilização e responsabilização dessas mulheres, ao invés de um sentido de proteção de seus direitos. Essas perspectivas acabam sendo essencialistas e reducionistas em relação ao fenômeno complexo que é a violência de gênero contra as mulheres.

No estudo de Belarmino *et al.* (2020) identificou-se que não houve uma perspectiva relacional e crítica de gênero em relação aos resultados da pesquisa, uma vez que “[...] percebeu-se a atuação profissional ainda marcada por estereótipos de gênero, práticas prescritivas e posturas moralistas, assentadas no dualismo vítima-agressor” (p. 1).

No que se refere às bases epistemológicas e conceituais dos artigos selecionados nesta categoria temática, observou-se que a maioria possui uma perspectiva crítica de gênero em relação ao fenômeno psicossocial da violência de gênero, o que contribui para a construção, implementação e execução de políticas públicas voltadas à prevenção dessas violências.

Sobre as contribuições da Psicologia para intervenções em situações de violência de gênero contra as mulheres, cita-se os estudos e práticas da Psicologia Social Comunitária, área voltada às questões sociais de grupos e coletividades, visando à transformação social. Portanto, coloca em questão a posição da Psicologia que privilegia as relações concretas de vida das pessoas, assim como leva em consideração as experiências e vivências nas relações de gênero. A esse respeito, Bigliardi, Antunes e Wanderbroocke (2016) explanam que “as práticas da psicologia e comunidade começaram a advogar, nitidamente, uma deselitização e aproximação da psicologia à realidade cotidiana concreta” (p. 278).

Ainda sobre a temática, Souza e Rezende (2018) defendem que a Psicologia pode contribuir para o empoderamento das mulheres, o que evoca uma transformação social, que vá contra a ordem vigente, caracterizada pelo machismo, pelo patriarcado e pela misoginia. Oliveira (2020) menciona o que preconiza o próprio Conselho Federal de Psicologia – CFP que, diante situações de violência contra a mulher, propõe práticas e intervenções relacionadas à “escuta qualificada e acolhimento, fortalecimento promoção da autoestima, superação da situação de violência e promoção de autonomia, superação da vitimização e fortalecimento das mulheres” (p. 489). No entanto, devemos pensar essa superação da vitimização das mulheres de uma forma crítica, principalmente ao levar em consideração às relações assimétricas de entre homens e mulheres, sendo necessária a participação e contribuição dos primeiros nessa empreitada, uma vez que o fenômeno da violência é relacional.

Belarmino *et al.* (2020) defendem a utilização de uma nova Psicologia, que deve estar implicada politicamente com grupos sociais e populações marginalizadas e em contextos de violações de direitos e vulnerabilidade social. Enquanto ciência e profissão, a Psicologia deve garantir os direitos das mulheres, assim como formas de repensar as relações de gênero, visando formas mais igualitárias de vivências. Nesse sentido, “cabe aos/as psicólogo/as, quando se trata da análise pormenorizada das queixas trazidas pelas mulheres vítimas de violência, dedicar-se ao máximo acolhimento e escuta cuidadora” (Tanizaka et al., 2021, p. 626); nesses casos, também deve-se problematizar a tradição epistemológica da Psicologia Clínica e convidar os/as profissionais psis a pensar novas abordagens nesse campo do conhecimento.

Outro elemento que deve ser considerado ao analisar as publicações aqui citadas diz respeito a quais perspectivas a violência de gênero contra as mulheres é tratada. Na pesquisa de Oliveira (2020), a questão é tratada sob o ponto de vista decolonial, que pode ser contemplado na citação:

[...] no que diz respeito às intervenções realizadas nas políticas públicas para as mulheres, conclui-se que a violência de gênero exige descolonizar e repensar práticas e modelos de intervenção hegemônicos, principalmente aqueles voltados para a individualidade (p. 481).

Complementando a perspectiva citada, Oliveira e Moreira (2016) partem de uma visão interseccional para se compreender e intervir em casos de violência de gênero. Nesse sentido, citam:

[...] além da discriminação de gênero, à qual de algum modo todas as mulheres estão sujeitas, outros fatores relacionados às suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são “diferenças que fazem diferença” na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação (p. 484).

As perspectivas as quais as masculinidades são representadas nos artigos também devem ser apontadas, a fim de compreendermos como essas pesquisas concebem essas formas de ser homem e como estas podem influenciar ou não a consecução da violência de gênero contra as mulheres.

Nesse âmbito, Bigliardi, Antunes e Wanderbroocke (2016) refletem que, historicamente, “os homens impõem às mulheres o que elas devem ser” (p. 268), a partir de performances (práticas, comportamentos e pensamentos) machistas, sustentados pelo sistema patriarcal de gênero. Ratificando essa perspectiva, podemos citar a obra “O poder do macho” de Saffioti (1987), na qual aborda que o poder estabelecido e concedido ao homem, ao macho, esteve e continua presente tanto nas classes dominantes quanto nas subalternas, entre brancos e não brancos, colonizados e decolonizados. Essa relação desigual entre o homem, o macho, e às mulheres, por exemplo, também está presente nos diversos formatos de relações sociais, tanto no âmbito público quanto privado. Importante mencionar que o poder do macho se manifesta principalmente por meio da violência, seja física ou simbólica.

Nesse mesmo sentido, Souza e Rezende (2018) mencionam que “a violência que surge da superioridade imposta dos homens sobre as mulheres e afeta toda a organização social, convencionou-se chamar violência de gênero, na qual a mulher sofre agressões pelo simples fato de ser mulher” (p. 22).

Realizando um contraponto, Santos e Romagnoli (2017) levantam as possibilidades de, tanto as masculinidades quanto as feminilidades, possam ser “remodeladas, refeitas, tensionadas, podendo enrijecer processos de assujeitamentos e alienação, ou provocando possibilidades de emancipação e autonomia” (p. 458-459), levando-se em consideração o caráter multidimensional e multideterminado de performances de gêneros.

b) Violência de gênero contra as mulheres, religiosidade e identidade

No que se refere às formas como a questão de gênero são tratadas nas publicações analisadas nesta categoria temática, declara-se que no estudo de Oliveira (2018) possui uma concepção individualizante e intrapsíquica, centrando os determinantes envolvidos na violência contra as mulheres ao campo das identificações projetivas freudianas e lacanianas.

Já na publicação de Flores, Santos e Oliveira (2021), as autoras apresentam uma visão crítica e multideterminada da categoria gênero:

Para além das questões políticas, há também a preocupação com as questões estruturais, geradoras das resistências culturais às

mudanças nas relações de gênero, que podem ser visualizadas pelos comportamentos relativos à intolerância, conformismo e negação (p. 70).

Criticam também a naturalização dos comportamentos agressivos de homens e a culpabilização das vítimas, que colaboram para que a violência de gênero contra as mulheres seja banalizada ou mal compreendida, dificultando, com isso, o planejamento de intervenções e participação ativa da sociedade nas mudanças de paradigmas em relação ao gênero (Flores; Santos; Oliveira, 2021). Corroborando essa perspectiva, Oliveira, Vieira e Romagnoli (2021) utilizam-se de um posicionamento crítico e relacional sobre a categoria gênero quando pensam na criação de grupos de mulheres para pensar sobre a violência de gênero.

Em acréscimo, temos a publicação de Dutra, Schweitzer e Silva (2020), que partem da concepção da violência de gênero sendo atravessadas pelos “pelos contextos socioculturais e político-econômicos marcados pela desigualdade entre homens e mulheres e outras injustiças” (p. 597).

Sobre as bases epistêmicas dos estudos aqui selecionados, pontua-se que o artigo de Oliveira (2018) faz uso da psicanálise de cunho freudiano e lacaniano, tendo uma possível tendência de individualizar o fenômeno da violência de gênero, como pode ser observado no trecho abaixo:

Nos resultados, levanto a hipótese de que a devastação inerente ao feminino, quando não elaborada, reflete não só na relação da filha com sua mãe como também nas relações amorosas dessa filha enquanto mulher, a qual com frequência se envolve com homens, repetindo o modelo de relação com a mãe: sem lugar no desejo do Outro, antes mãe e agora marido (p. 53).

Ao passo que Hoepers e Tomanik (2019) lançam mão do construcionismo social, que busca “compreender como as pessoas atuam no mundo, a partir dos sentidos que atravessam suas relações, bem como quais são as possibilidades de existência que esses sentidos constroem ou silenciam” (p. 7). Essa perspectiva realiza conexões expressivas com os pressupostos da epistemologia feminista pós-estruturalista a respeito da primazia da linguagem, discursos e sentidos atribuídos às vivências e experiências socialmente estabelecidas entre os gêneros. Cantares e Guzzo (2022) complementam tal

perspectiva ao utilizarem como suas bases teóricas autoras feministas para dialogar sobre a violência de gênero, tais como Joan Scott e Heleieth Saffioti.

Importante mencionar que essa categoria temática foi a que mais apresentou as possíveis contribuições da Psicologia para tratar sobre a violência de gênero contra a mulher e suas correlações com as masculinidades e demais fatores e elementos envolvidos nesses processos. Oliveira, Vieira e Romagnoli (2021) propõem a criação e execução de grupos de mulheres, sob um enfoque feminista, para discutir a violência de gênero, no entanto, a iniciativa desses grupos não é considerada uma ação privativa e direcionada apenas ao campo da Psicologia. Mas, ao que cabe ao âmbito das ciências psicológicas, acreditam que possa colaborar em:

[...] intervenções que promovam em suas práticas processos singulares que colaborem com a autonomia das(dos) usuárias(os) e não intervenções que de forma patologizante, prescritiva, tutelar e irresponsável, sirva à gerência da vida e das subjetividades em uma postura acrítica às imposições da lógica capitalista, naturalizando as desigualdades sociais e favorecendo à cisão entre social e político em sua prática (p. 61).

Campos, Tchalekian e Paiva (2020) tratam da importância da Psicologia no âmbito intersetorial da rede de proteção às mulheres, tanto na área da assistência social como na da saúde, por exemplo. Também mencionam sobre a criação de planos de atendimento, projetos terapêuticos singulares, treinamento e capacitação das equipes que atenderão as mulheres e suas famílias, bem como realização de visitas domiciliares por profissionais da Psicologia; atividades essas que permitem o reconhecimento e intervenção em casos de violência.

Cantares e Guzzo (2022) analisam a existência de diretrizes políticas da Psicologia no que diz respeito à violência de gênero. Citam que esse conjunto de normativas foram aprovadas nos Congressos Nacionais de Psicologia – CNP, entre os anos de 1994 e 2019 e que há uma transversalidade entre Psicologia, o tema violência de gênero contra as mulheres, direitos humanos e políticas públicas. No entanto, o artigo não apresenta, de forma prática, como a Psicologia pode intervir nessa seara.

Já Curia et al. (2020) versam que a Psicologia, enquanto ciência e profissão, compõe a rede de enfrentamento ao fenômeno da violência de gênero,

“não só atua em diferentes serviços de atendimento, como também na produção acadêmica e científica, fomentando novas pesquisas sobre a temática e políticas públicas de enfrentamento” (p. 1).

A respeito das perspectivas de violência de gênero contra as mulheres nas publicações encontradas, cita-se que, no estudo de Oliveira (2018), possui uma visão considerada reducionista do fenômeno, uma vez que encara a violência como consequência das identificações projetivas das mulheres que repetem, em suas vidas adultas, as relações simbólicas com seus pais, na infância.

Em seu estudo, Hoepers e Tomanik (2019), relacionam esse tipo de violência às outras formas tipificadas nas leis de proteção às mulheres. Demonstram as influências das recomendações do distanciamento/isolamento social necessários à prevenção da Covid-19 e o aumento de casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres, considerando-as ações governamentais individualizantes que não possuíam posicionamento mais abrangente em relação ao problema da violência de gênero.

Por fim, apresenta-se o artigo de Tílio (2021), o qual possui uma abordagem interseccional. Nesse sentido, os autores e as autoras deste estudo compreendem que “mesmo que o patriarcado legitime as diversas formas de violências contra as mulheres, algumas delas (especialmente as negras e as das classes empobrecidas) estão em situação de maior vulnerabilidade e riscos que outras” (p. 5).

Quanto às abordagens de masculinidades presentes nesta categoria temática, no âmbito das discussões sobre violência de gênero contra as mulheres, Tílio *et al.* (2021) apresentam a maioria das masculinidades como formas de ser homem pautadas em concepções androcêntricas e patriarcais. Corroborando essa ideia, Campos, Tchalekian e Paiva (2020) descrevem que:

[...] homens são socializados para usar a agressividade e a violência física como provas de masculinidade, enquanto são convocados a reprimir suas emoções publicamente e estimulados a uma postura destrutiva e, muitas vezes, autodestrutiva” (p. 4).

Sobre essas características associadas, menciona-se o conceito de “masculinidade tóxica”, ao qual Trevisan (2021) realiza uma crítica sobre os

marcadores sociais e culturais envolvidos em comportamentos considerados tóxicos por parte dos homens, refletindo quais são as influências do sistema capitalista moderno na manutenção e perpetuação dessas performances. Compreende que, a partir de uma perspectiva interseccional dos estudos de gênero e de outras áreas do conhecimento, haveria uma crise do que é ser homem; com isso, entende que há um movimento de desestabilização da ordem patriarcal das relações sociais, principalmente com a ascensão dos movimentos sociais pró-feministas.

Nesse contexto, destaca-se também o conceito de “virilidades inquietas e violentas”, ao que Virgili (2013) traz alguns exemplos de casos de violência contra a mulher e feminicídios que foram amplamente noticiados na mídia, a partir de 2003, e sobre as tentativas de relativização das causas desses atos violentos (ciúmes? Descontrole emocional – caráter passional? Conflitos conjugais?). Menciona, portanto, que poucos autores/as se debruçaram sobre as violências masculinas contra as mulheres no período anterior aos anos de 1980. Acrescenta-se também que o autor realiza discussões sobre as correlações entre violência e identidades masculinas, e como essas masculinidades são reproduzidas e perpetuadas na sociedade, dentre várias influências, tais como do sistema patriarcal. No entanto, há uma crescente crise nos modos de ser homem com base em características como a virilidade, por exemplo, devido às novas representações e modos de performar as masculinidades nos tempos atuais.

Essa categoria também envolveu os artigos com as palavras-chave “violência doméstica”, “religiosidade”, “mulheres imigrantes” e “Portugal”.

Neves et al. (2019) apontam que, frente a situações de violência doméstica de mulheres brasileiras que vivem em Portugal, a religiosidade pode ser um elemento importante para suportar essas vivências. Na pesquisa citada, entrevistou-se uma psicóloga do Brasil em Portugal, que relatou experiências e percepções sobre a influência da religiosidade em mulheres que sofreram violência doméstica naquele país estrangeiro. Assim, as autoras e autor concluem que “embora a religiosidade tenha papel relevante na saúde mental dos/as imigrantes, pode ser também influência negativa sobre o modo como as mulheres lidam com a violência em questão” (p. 11). Defendem também sobre a

importância de se estudar as interrelações entre violência doméstica e religiosidade sob o viés de gênero.

Diz que é preciso ter atenção às construções do feminino e do masculino em relação aos dogmas religiosos, sendo que a maioria deles são definidos “a partir de um modelo de organização da família patriarcal, com relação heterossexual, chefia masculina e submissão dos filhos e da mulher ao pai e ao marido” (Neves *et al.*, 2019, p. 14). Com isso, expõe-se como os aspectos e modelos religiosos podem estar intimamente ligados, em suas bases ideológicas, ao sistema patriarcal de gênero.

A respeito dos aspectos das masculinidades, o artigo menciona que, devido às construções sociais de feminilidade e masculinidade baseadas na ideologia patriarcal, as mulheres, pelo fato de serem mulheres, acabam por serem vítimas de violações e violências com maior predominância (Neves *et al.*, 2019).

Nesta categoria, também foram selecionados artigos com as palavras-chave “identidade”, “gênero”, “violência”, “mulheres”, “fascismo”, “violência de gênero”, “direitos humanos”. Menciona-se que Paulino-Pereira, Santos e Mendes (2017), a fim de discutir as correlações entre violência, gênero e identidades, utilizaram-se da teoria da Identidade de Antônio da Costa Ciampa, que objetiva propostas de emancipação do sujeito e uma cultura da não violência, o que vai em encontro da perspectiva crítica do feminismo, por exemplo.

Já Ceccon e Meneghel (2019) propõem o conceito de *fascismo de gênero*, “caracterizado por um regime de relações sociais cimentadas por assimetrias no exercício de poder que produzem exclusão, subjugação e exploração do feminino” (p. 449). Nesse artigo, as questões relativas à identidade são colocadas como interseccionais às questões de gênero, sendo um dos fatores que determinam tratamentos diferenciados e discriminações a mulheres, o que pode ter como consequências violências diversas. Complementando teoricamente a questão sobre identidade e gênero, cita-se as contribuições de Matos e Cypriano (2008), explanando, então que as identificações são complexamente emancipatórias e passíveis de mudanças, e em si, potencializadoras de processos de subjetivação.

c) Homens autores de violência; masculinidades

Quanto à correlação entre o conceito de masculinidades e patriarcado, Moura et al. (2020) expõem características de performances e tipos de relações sociais que engendram na construção social da representação de homem macho. Portanto, citam:

O modelo de masculinidade preconizado pela sociedade, influenciada pelo patriarcado, implica na construção de um homem que é educado desde criança a reprimir suas emoções, como a dor, o carinho, ou todas aquelas que aparentam fragilidade. [...] toda demonstração de coragem, dominação e força é exaltada, assim como a expressão da raiva (p. 190).

Em contraposição, levando-se em consideração o caráter relacional e histórico para a construção dos gêneros, Coelho e Costa (2022) dissertam que “os homens não nascem agressivos, nem tampouco com particularidades afetuosas, todas essas questões são difundidas nas relações dos homens com outros homens em sociedade” (p. 314), o que reforça a perspectiva relacional de gênero já citada.

Em seu estudo sobre homens autores de violência que participaram de encontros em grupos reflexivos, Vasconcelos e Cavalcante (2019) cita que, nesses programas, pautam-se diversas temáticas. Dentre elas, há a necessidade de debater sobre a construção social das masculinidades e feminilidades, assim como “a influência do patriarcado na construção social dos papéis de homens e mulheres, conflitos entre parceiros íntimos e nas relações interpessoais, entre outros” (p. 9).

Sobre como o gênero é abordado nas publicações encontradas, cita-se o estudo de Moura et al. (2020) que postulam que essa questão está relacionada aos marcadores relacionados aos aspectos de historicidade e experiências de vida que influenciam práticas consideradas violentas. Nessa direção, citam que “[...] a presença de histórico de maus-tratos na infância, percepção de reciprocidade de violência entre o casal, concordância com crenças legitimadoras de violência conjugal, expressão de raiva desadaptativa, bem como o uso de substâncias” (p. 174). Assim, reforça-se uma das ideias centrais dessa pesquisa, de que o gênero é sempre relacional, “e os padrões de

masculinidade são socialmente definidos em oposição a algum modelo (quer real ou imaginário) da feminilidade” (Connell; Messerschmidt, 2013, p. 265).

Sobre as bases conceituais dos estudos referentes a essa categoria temática, declara-se duas publicações dicotômicas em relação aos seus métodos e teorias. O artigo de Moura et al. (2020) descreve concepções consideradas, sob à ótica da crítica feminista, reducionistas (quando apontam correlações diretas entre homens violentos e uso de substâncias psicoativas) e essencialistas (ao afirmar que emoções específicas desencadeiam a violência, como a raiva, a hostilidade, etc.). No artigo, não fica claro na metodologia empregada e no decorrer do texto, a base epistemológica do estudo: apenas menciona a aplicação de escalas e inventários voltados ao campo da psicometria pura, que está baseado em aspectos de neutralidade e objetivismo científicos.

Por outro lado, no artigo de Pê et al. (2022) utilizam-se de um estudo descritivo e exploratório com enfoque construtivista-narrativista sob uma perspectiva de gênero, intimamente relacionado com as propostas da crítica e epistemologia feminista, que, conforme citam:

Esse enfoque busca compreender a construção da subjetividade individual e sua relação com os aspectos sociais e políticos, considerando o processo dialético entre o social e o individual, tendo como base os enfoques pró-feministas e as teorias de gênero (p. 91).

Pontua-se que, nessa categoria temática, dos artigos lidos, apenas 02 deixaram bem claro as possíveis contribuições da Psicologia para pensarmos a violência de gênero contra mulheres e às questões de gênero envolvidas nesse processo. Menciona-se, com isso, o artigo de Belarmino e Leite (2020) que, sob a abordagem denominada de Construcionismo Social, aponta que a Psicologia Social pode contribuir na questão da produção de sentidos a respeito de posições subjetivas concernentes a construções de gênero sobre o masculino e o feminino, por exemplo. Nesse âmbito, os autores colocam que a linguagem em uso “diz sobre as maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas, permitindo compreender o campo das ressignificações, das rupturas, portanto da heterogeneidade” (p. 3). Ou seja, sob essa perspectiva, é possível operar transformações sociais a partir das mudanças de sentidos que damos para determinado fenômeno psicossocial.

Vasconcelos e Cavalcante (2019) entendem que a Psicologia pode compor práticas e estratégias visando a ampliação das discussões e relações entre gênero e masculinidades para além da academia:

[...] de tal forma que promova mudanças nas relações sociais e mostre formas alternativas de se comportar diante de situações de conflitos, não só na relação homem e mulher, como também no modo de se relacionar com a comunidade em geral (p. 11).

Sobre as perspectivas de masculinidades representadas nas publicações desta categoria temática, insta citar que, a partir do entendimento de Connell (1995) de que a masculinidade é uma “[...] configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações sociais” (p. 188), Pê *et al.* (2022) compreendem que as masculinidades “são construídas e reconstruídas pela histórica da cultura, por isso são dependentes das relações de poder existentes nesse processo histórico” (p. 90). Essa postura corrobora os pressupostos da crítica feminista no que tange ao caráter relacional de gênero, às questões de poder envolvidas, bem como sobre a centralidade significativa dos processos relacionados à historicidade dessas relações sociais, que estará diretamente relacionada a como serão determinados os papéis sociais de gênero.

Já Oliveira e Scorsolini-Comin (2021) vão no mesmo sentido da maioria dos artigos aqui mencionados, sobre a representação de masculinidades relacionadas a características referentes ao sistema patriarcal de gênero e suas consequências, como o machismo, por exemplo.

Ainda sobre os estudos das masculinidades, Diniz, Welzer-Lang e Guinot (2021) as compreendem como construções sociais de gênero, ao afirmarem que “não podem ser entendidas enquanto entidades fixas que se encarnam nos corpos ou nos traços de personalidade” (p. 125), mas enquanto configurações práticas que se produzem nas próprias relações sociais. Conceituam também que:

O termo “masculinidades” (no plural) sugere uma visão de homem descolada dos determinantes biológicos ligados ao sexo e atribui-lhe uma conotação mais ampla que recusa a redução dos comportamentos e atitudes dos indivíduos do gênero masculino a única forma de ser homem. Em vez disso, busca-se explorar a pluralidade das identidades masculinas, inscrevendo no seio de uma mesma referência cultural na masculina hegemônica um leque de possibilidade do que seja ser um homem (p. 125).

Essa perspectiva também é compartilhada por Barral e Zanello (2021) em revisão de literatura intitulada “Estudos das masculinidades na psicologia brasileira: da invisibilidade da crítica à crítica da invisibilidade”.

d) Intervenções clínicas e tipos de violências

Nessa categoria, foram escolhidos os artigos com as palavras-chave “violência”, “homem autor de violência”, “intervenção cognitivo-comportamental”.

De acordo com Moura, Fermann e Corrêa (2019), as intervenções citadas “revelaram-se promissoras na redução de comportamentos violentos, bem como possíveis agentes reestruturadores de crenças estereotipadas de gênero” (p. 128). No entanto, sob a ótica da crítica feminista, o estudo possui caráter individualizante, principalmente ao se tratar de crenças próprias aos indivíduos específicos que participaram dessa pesquisa. Mesmo tratando-se de uma pesquisa de gênero, o artigo não demonstra claramente os aspectos relacionais, históricos e políticos da categoria gênero.

O artigo também não realiza reflexões sobre a ordem patriarcal e suas influências para as relações desiguais de gênero entre mulheres e homens, acabando por reduzir à violência de gênero a crenças e pensamentos considerados limitantes.

Nessa publicação, a questão da violência de gênero contra a mulher é tratada como violência doméstica contra a mulher, a partir das perspectivas das normativas legais sobre esse fenômeno psicossocial. Trazem como uma das propostas interventivas, nesse sentido, grupos reflexivos com homens autores de violência contra a mulher; no entanto, não observou, após a leitura e análise do texto, uma perspectiva crítica de gênero em relação à problemática.

A respeito da visão de masculinidades, apenas cita que atos violentos contra as mulheres acabam por reforçar os estereótipos da identidade e construção de masculinidades que visam ao controle e opressão em relação às mulheres.

Nessa categoria também foram tratados os vários tipos de violência perpetrados contra as mulheres por seus parceiros íntimos e demais pessoas de sua convivência doméstica e familiar, tais como a violência psicológica (Bastos;

Sá, 2021), violência conjugal com parceiros íntimos (Brum *et al.*, 2021); violência sexual (Costa, 2021); feminicídio (Sousa; Nunes; Barros, 2021); assédio sexual (González *et al.*, 2020).

O artigo que mais realiza reflexões a respeito da ordem patriarcal de gênero e suas consequências é o estudo de Brum *et al.* (2021). Com isso, citam que “os valores patriarcais e machistas são predominantes na sociedade, resultando em relações hierarquicamente desiguais entre homens e mulheres na esfera social” (p. 3), reconhecendo que esse sistema ideológico é um dos grandes responsáveis pelas relações desiguais estabelecidas entre os gêneros na maioria das sociedades ocidentais.

Sobre as formas com que a questão de gênero é tratada nas publicações analisadas, Bastos e Sá (2021) compreendem a violência praticada contra as mulheres como violência de gênero:

[...] pois se relaciona à condição histórica de subordinação do gênero feminino na sociedade, sendo uma das causas do grande número de agressões físicas, sexuais, psicológicas, morais e patrimoniais, manifestando desigualdade de poder entre os homens e mulheres, sobretudo nas relações domésticas (p. 633).

Todavia, o artigo não apresenta um aprofundamento nas questões relacionais de gênero e em relação às relações desiguais de poder entre os gêneros.

Já Brum *et al.* (2021) trazem uma perspectiva que leva em consideração as vivências, experiências e a historicidade nas relações de gênero que possuíram como resultados a violência. Realiza-se estudo que envolve questões relacionadas aos aspectos transgeracionais da violência de gênero contra as mulheres, que refletem as relações desiguais entre os gêneros.

Ainda nessa perspectiva, Costa (2021) discute as questões de gênero envolvidas na violência conjugal. Há uma perspectiva relacional de gênero, uma vez que entendem que essas violências acontecem devido às diferenças percebidas entre homens e mulheres, uma vez que tal diferença “ocorre justamente pelas relações de gênero atribuídas ao masculino e ao feminino, colocando o homem em posição de poder em relação à figura da mulher; esta, por sua vez, vista como frágil e vulnerável” (p. 23).

A respeito das bases teóricas e conceituais que fundamentaram as pesquisas desta categoria temática, o estudo de Bastos e Sá (2021) possui como

base a psicometria, com elaboração de escalas de violência, análises fatoriais exploratórias e *scores* de fatores envolvidos na violência. Após a análise da publicação, este subscritor observou que o estudo não possui uma perspectiva crítica em relação à categoria gênero, bem como acaba por reduzir um fenômeno tão complexo a *scores*, relacionados a emoções ditas negativas. Nessa direção, também podemos citar o artigo de Brasco e Antoni (2020) que se fundamenta na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, de cunho naturalizante das relações sociais e individuais.

Em contrapartida, Sousa, Nunes e Barros (2020) levam em consideração as perspectivas interseccionais para se compreender a morte de adolescentes e jovens mulheres vítimas de violência urbana, sendo a maioria destas, praticadas por homens.

Em relação às contribuições da Psicologia, nessas temáticas, declara-se que a maioria dos artigos desta categoria temática não apresenta, de forma clara, as contribuições dessa ciência para o enfrentamento da violência de gênero contra as mulheres. Em direção oposta, González *et al.* (2020) defendem que, para compreender o fenômeno da violência contra as mulheres, é preciso ir além de explicações reducionistas nas diversas áreas do conhecimento.

Sobre as perspectivas de violência de gênero adotadas, Bastos e Sá (2021) a compreendem como um problema social e cultural, no entanto, não se identificou uma visão crítica de relações sociais de gênero, nesse âmbito. Já Brum *et al.* (2021) estudam sobre a influência da transgeracionalidade da violência de gênero nas relações sociais. Apontam as determinações históricas, sociais, culturais e políticas nas relações desiguais de poder entre os gêneros, que trazem consequências negativas para as relações sociais e vivências de homens e mulheres.

Ainda sobre as questões de gênero na violência, Brasco e Antoni (2020) tratam a violência contra a mulher como uma questão de saúde pública que deve ser operacionalizada a partir de uma visão interdisciplinar. O caráter relacional do estudo fica explícito na citação:

[...] observam-se, com certa frequência, homens como perpetradores de violência – contra outros homens, contra eles próprios e contra as mulheres –, contudo ainda se faz necessário compreender como a socialização dos homens encoraja essa violência (p. 2).

A respeito dos estudos sobre masculinidades, Brasco e Antoni (2020) dissertam que, quando se estuda as relações entre pais e filhos e as influências do sistema patriarcal de gênero, essas relações “tendem a ser caracterizadas por atividades que envolvem brincadeiras que sirvam como forma de reprodução do estereótipo de masculinidade, tais como jogos de futebol, carrinhos, armas de guerra, etc.” (p. 11). Também defendem novas formas de construções da paternidade e, subsequentemente, novas formas de performar as masculinidades.

Aqui, cito algumas de minhas experiências como facilitador em grupos reflexivos para homens autores de violência contra as mulheres no que tange à forma como esse público chega nos primeiros encontros: resistentes, altamente questionadores, desafiadores, com crenças cristalizadas sobre o que é ser homem e mulher. O grande desafio é realmente tratar, a partir dos temas propostos para reflexão, do aprendizado e construção de novas formas de performar as suas masculinidades de formas mais pacíficas e menos violentas.

Menciona-se também o estudo de Neis e Falcke (2022) que acabam por relacionar as posições culturais de masculinidades e o patriarcalismo com as posições subjetivas e atitudinais de homens agressores. Assim, citam que homens tendem “a não reconhecer suas fragilidades emocionais, e possivelmente, devido aos marcadores de masculinidades, dificilmente reconhecerão que precisam de ajuda para lidar com eventos estressores” (p. 2562). Em pesquisa de revisão de literatura sobre as representações sociais de masculinidades nos estudos de gênero, Mendes e Lopes (2021) coadunam dessa perspectiva, ao identificarem que as representações sociais de masculinidades costumam estar relacionadas a:

O homem violento: [...] que se constitui em relação íntima com a violência, os estudos apontam que as violências de gênero são estruturadas pelas categorias: ignorância, opressão, desrespeito, agressão, intolerância, dominação e preconceito principalmente, evidenciando que estas categorias aplicam-se a todos os tipos de violência, sejam física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral (p. 161, grifo meu).

O homem tradicional: [...] que se constitui a partir da visão tradicional derivada do patriarcado, entendido como normas e práticas que colocam o homem em posição de poder, tendo o gênero masculino e a heterossexualidade como superiores em relação aos outros gêneros e as outras orientações sexuais, apontado pela força, coragem, atividade, virilidade, sexualidade, impetuosidade, além da liderança política, autoridade moral e privilégio social (p. 161, grifo meu).

e) Violência contra as mulheres e mídia/literatura

Para esta categoria, foram selecionados artigos com as palavras-chave “violência”, “gênero”, “mídia”, “anestesia relacional” e “intervenção”. Na pesquisa de Lermen e Cúnico (2018), as autoras, após as análises da pesquisa documental realizada, concluíram que as alterações nas legislações acerca da violência contra as mulheres não vêm sendo acompanhadas de mudanças reais nos paradigmas de gênero; “isto porque, de modo geral, a culpabilização das vítimas foi seguida da minimização da agressão praticada pelos homens, revelando o quanto as mulheres ainda são vistas como objetos e propriedades masculinas” (p. 78). Mesmo o estudo apresentando uma clara perspectiva relacional de gênero, ainda possui traços reducionistas quando propõe que ações estatais sejam melhor desenvolvidas para pensarmos as assimetrias de gênero, sem, portanto, colocar essa discussão sob um ponto de vista mais amplo que envolvam as relações sociais de gênero concretas e à própria ideologia do sistema patriarcal.

Já em relação à publicação de Guimarães e Diniz (2018), não foram observadas pontuações críticas feministas a respeito das interrelações entre gênero, violência de gênero contra as mulheres e masculinidades.

3 Considerações Finais

Este artigo buscou, a partir de uma pesquisa bibliográfica em periódicos de Psicologia, identificar e analisar as publicações que fizeram correlações entre gênero, violência de gênero contra as mulheres e masculinidades. Importante mencionar que houve certa dificuldade em encontrar artigos que relacionassem exatamente as três temáticas aqui investigadas, o que fez com que a metodologia de pesquisa fosse pensada e repensada ao longo desse processo.

Em relação aos achados bibliográficos, pontua-se que a maioria dos artigos apresentou teorizações correlatas entre gênero e violência contra às mulheres, porém, sob diversas perspectivas, mais ou menos críticas em relação

aos pressupostos da crítica feminista, principalmente devido a algumas publicações possuírem perspectivas teóricas diversas, tais como teorias cognitivistas, teoria da identidade, construtivismo social, psicanálise, dentre outras. Importante mencionar que a maioria dos artigos analisados também trata a questão da violência de gênero contra as mulheres sob uma perspectiva binária de homens *versus* mulheres. No entanto, um número considerável de estudos também versou sobre gênero a partir de uma perspectiva relacional e não essencialista, o que demonstra uma preocupação e atenção a processos críticos de compreensão dos fenômenos e questões que atravessam essa categoria de análise.

Menciona-se também que, ao longo das buscas pelos artigos nos periódicos de Psicologia, houve uma dificuldade em encontrar o termo “masculinidades” e/ou “masculinidade” nas palavras-chave das publicações; com isso, optou-se por pesquisar esses termos dentro dos artigos por meio do recurso (Ctrl + f). Ao final desse processo, foi possível encontrar artigos que correlacionassem as temáticas propostas por este pesquisador.

Dentre os periódicos selecionados, a maioria dos artigos foram encontrados nas revistas Psicologia: Ciência e Profissão, Psicologia & Sociedade e Psicologia Política, todos com relevância nacional e abrangente para os/as profissionais e estudantes de Psicologia, o que demonstra uma abertura importante, enquanto campo de pesquisas e de atuação, possa pensar e discutir mais sobre a temática da violência de gênero contra as mulheres e também sobre as masculinidades envolvidas nesses processos. Pontua-se que, mesmo contemplando literaturas em inglês e espanhol, foi localizado apenas um artigo em espanhol, publicado na revista Psicologia para América Latina da *Unión Latinoamericana de Entidades de Psicología – ULAPSI*. Foram levantadas algumas hipóteses sobre esses achados, que passaram intrinsecamente pela metodologia de pesquisa utilizada, a saber, as revisões sistemática e integrativa de literatura, bem como a falta de artigos que correlacionem os descritores “gênero”, “violência de gênero” e “masculinidades”, de forma conjunta, o que fez com que os resultados encontrados fossem limitados.

Poucos foram os artigos que realizaram uma discussão sistematizada e complexa acerca da violência de gênero contra as mulheres em seus aspectos críticos sobre a categoria gênero.

Assim, realiza-se uma crítica à Psicologia como ciência e prática que não vem publicando literaturas a respeito das relações imbricadas entre as categorias gênero, violência de gênero contra as mulheres e masculinidades. Compreende-se que a Psicologia possui métodos e técnicas para se pensar intervenções que visem ao combate à violência de gênero e à garantia de relações mais igualitárias entre homens e mulheres. Necessita-se que sejam realizadas novas pesquisas envolvidas com essa temática, colocando as questões de gênero para a compreensão das relações assimétricas entre as pessoas, promovendo, com isso, alternativas a essas problemáticas.

Referências

BARRAL, D. C.; ZANELLO, V. Estudos das masculinidades na psicologia brasileira: da invisibilidade da crítica à crítica da invisibilidade. **Psicologia Política**, v. 21, n. 52, 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BASTOS, L. F.; SÁ, L. G. C. O que os olhos não veem, o coração não sente? Desenvolvimento de um instrumento brasileiro para avaliar a violência psicológica contra a mulher. **Contextos Clínicos**, v. 14, n. 2, mai./ago., 2021.

BELARMINO, V. H.; LEITE, J. F. Produção de sentidos em um grupo reflexivo para homens autores de violência. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, 2020.

BELARMINO, V. H.; SANTOS, L. L. A.; SILVA, J. C. A.; DIMENSTEIN, M. Reflexões sobre práticas e cotidiano institucional na Rede de Proteção à Mulher. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, 2020.

BIGLIARDI, A. M.; ANTUNES, M. C.; WANDERBROOCKE, A. C. N. S. O impacto das políticas públicas no enfrentamento à violência contra a mulher: implicações para a Psicologia Social Comunitária. **Bol. Acad. Paulista de Psicologia**, v. 36, n. 91. São Paulo, 2016.

BRASCO, P. J.; ANTONI, C. Violências intrafamiliares experienciadas na infância em homens autores de violência conjugal. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, 2020.

BRUM, R. R.; PEREIRA, C. R. R.; RODRIGUES, T. P.; SANTOS, A. N. Transgeracionalidade e violência: um estudo com mulheres vítimas de relações conjugais violentas. **Psicologia em Pesquisa**, v. 15, 2021.

CAMPOS, B.; TCHALEKIAN, B.; PAIVA, V. Violência contra a mulher: vulnerabilidade programática em tempos de SARS-COV-2/Covid-19 em São Paulo. **Psicologia & Sociedade** v. 32, 2020.

CANTARES, T. S.; GUZZO, R. S. L. Violência contra mulheres: diretrizes políticas da Psicologia para o exercício profissional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, 2022.

CECCON, R.; MENEGHEL, S. N. Fascismo de gênero: controle, opressão e exclusão de mulheres. **Psicologia Política**, v. 19, n. 46, set-dez., 2019.

COELHO, T. H. J.; COSTA, M. T. A. Julieta Capuleto e a desmistificação do gênero feminino frágil. **Anais do I Simpósio Internacional de Crítica Feminista e Autoria Feminina**, v. 1, n. 1, 2022.

CONNELL, R. Políticas de Masculinidade. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, 1995.

CONNEL, R. W.; MESSERSCHIMDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, v. 1, n. 21, p. 241-282.

Florianópolis, 2013. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-023X2013000100014/24650> Acesso em: 22 de jun. 2023

COOPER, M. **Family values**: between neoliberalismo and the new social conservatism. Nova Iorque: Zone Books, 2017.

COSTA, V. F. “Trago junto comigo”: consequências da violência sexual. **Psicologia em Revista**, v. 27, n. 1. Belo Horizonte, abr., 2021.

CRENSHAW, K. Mapping the margins: intersectionality identity politics and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, 1991.

CURADO, J. C.; JACÓ-VILELA, A. M. Estudos de gênero na Psicologia (1980-2016): aproximações e distanciamentos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, 2021.

CURIA, B. G.; ZAMORRA, J. C.; LIGÓRIO, I. S.; GONÇALVES, V. D.; RUOSO, A.; HABIGZANG, L. Produções científicas brasileiras em Psicologia sobre violência contra mulher por parceiro íntimo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, 2020.

DINIZ, C. P. S.; WELZER-LANG, D.; GUINOT, S. Masculinidades e violência entre parceiros íntimos. **PsicolArgum.**, v. 39, n. 103, jan./mar., 2021.

DUTRA, L. H.; SCHVEITZER, M. C.; SILVA, C. R. C. Violência de gênero em estudos qualitativos: uma revisão narrativa. **Psicologia Política**, v. 20, n. 49, 2020.

FARIA, P. M. **Revisão Sistemática da Literatura**: Contributo para Um Novo Paradigma. [S.l.]: CG Publisher, 2019. 122 p. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=5Ea5DwAAQBAJ>>. Acesso em: 05 jul.2023. ISBN: 9898765275.

FLORES, L. B.; SANTOS, S. S.; OLIVEIRA, I., M. F. F. A violência, as mulheres e o Estado: dificuldades e estratégias. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 73, n. 2. Rio de Janeiro, 2021.

FLORES, L. B.; SANTOS, S. S.; PAIVA, I. L. Construindo “teias”: fragilidades e potencialidades para o enfrentamento da violência contra a mulher. **Psicologia Política**, v. 21, n. 50, 2021.

GALVAO, M. C. B.; PLUYE, P.; RICARTE, I. L. M. Métodos de pesquisa mistos e revisões de literatura mistas: conceitos, construção e critérios de avaliação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 8, n. 2, p. 4-24, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/121879>. Acesso em: Acesso em 28 jul. 2023.

GONZÁLEZ, H.; PERSINGOLA, L. G.; CAVAZZONI, A. Z.; BAGNOLI, L. Percepción del acoso sexual callejero en mujeres. **Revista Psicología para America Latina**, n. 34, nov., 2020.

GUIMARÃES, F. L.; DINIS, G. R. S. Impactos do livro de uma mulher vítima na vivência de violência conjugal de outras mulheres. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 18, n. 1. Rio de Janeiro, jan.-abr., 2018.

HOEPERS, A D.; TOMANIK, E. A. (Co)Construindo sentidos: o grupo como dispositivo de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres. **Psicologia & Sociedade**, v. 31, 2019.

KETZER, P. Epistemologia Feminista. **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia**, v. 7, n. 2, 2021.

LERMEN, H. S.; CÚNICO, S. D. Análise dos comentários de notícias sobre violência contra as mulheres. **Estudos de Psicologia**, v. 23, n. 1, 2018.

MATOS, M.; CYPRIANO, B. H. F. Críticas feministas, epistemologia e as teorias da justiça social: em busca de uma teoria crítico-emancipatória. **32º Encontro Anual da ANPOCS, GT 27: Para onde vai a Teoria Social contemporânea?**, Caxambu, 2008.

MEDEIROS, M. P.; ZANELLO, V. Relação entre a violência e a saúde mental das mulheres no Brasil: análise das políticas públicas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 18, n. 1. Rio de Janeiro, jan./abr., 2018.

MENDES, F. D. B.; LOPES, Z. A. As representações sociais de masculinidades nos estudos de gênero: uma análise qualitativa. In: MISSIAS-MOREIRA, R.; COLLARES-DA-ROCHA, J. C. C.; FREITAS, V. L. C.; ALMEIDA, I. B. S. (orgs.) **Representações Sociais na Contemporaneidade**, v. 5. São Jose dos Pinhais: Editora CRV, 2021.

MENDONÇA, B. S. P. S.; SILVA, J. L.; LYRA, J.; MOTA, M. L.; CAVALCANTI, S. A. U. Cuidado em liberdade e cidadania: o acesso à renda e a desinstitucionalização de mulheres. **Psicologia Política**, v. 21, n. 50, 2021.

MOURA, J. Q.; ENNES, J. V.; KUCERA, M. F.; BORDINI, T. C. P. M.; KRINDGES, C.; HABIGZANG, L. F. Homens autores de violência contra mulher: um estudo descritivo. **Contextos Clínicos**, v. 13, n. 1, jan./abr., 2020.

MOURA, J. Q.; FERMANN, I. L.; CORRÊA, A. S. Intervenções cognitivo-comportamentais com homens autores de violência contra a mulher: revisão integrativa da literatura. **Contextos Clínicos**, v. 12, n. 3, set./dez. 2019.

NEIS, L. F.; FALCKE, D. Violência conjugal e *coping*: a negação como estratégia de enfrentamento à violência por mulheres heterossexuais. **PsicolArgum.**, v. 40, n. 111, out./dez., 2022.

NEVES, B S.; FREITAS, M. H.; SANTOS, L. S.; NETO, F. Violência doméstica e religiosidade na vivência de mulheres brasileiras imigrantes: percepções da psicóloga de um Consulado-Geral do Brasil em Portugal. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, v. 39, n. 96. São Paulo, 2019.

OLIVEIRA, L. S. Mulheres em situações de violência e os sentidos de Liberdade: relato de experiência em uma Política Pública. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 2, 2020.

OLIVEIRA, M. P. O feminino e suas nuances: uma relação entre o conceito de devastação e a violência contra a mulher. **Mental**, v. 12, n. 22. Barbacena, Jan.-Jun., 2018.

OLIVEIRA, C. M.; MOREIRA, M. I. C. Os sentidos produzidos para a violência contra as mulheres a partir da perspectiva dos profissionais da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Betim-MG. **Psicologia em Revista**, v. 22, n. 3. Belo Horizonte, dez., 2016.

OLIVEIRA, J; SCORSOLINI-COMIN, F. Percepções sobre intervenções grupais com homens autores de violência contra as mulheres. **Psicologia & Sociedade**, v. 33, 2021.

OLIVARES-AISING, D.; MAYORGA ROJEL, A. J. Investigación postcualitativa: aportes críticos desde el postestructuralismo feminista. **Revista Estudios Feministas**, v. 31, n. 1, Florianópolis, 2023.

OLIVEIRA, L. S.; VIEIRA, K. D.; ROMAGNOLI, R. C. Os grupos de mulheres no enfrentamento à violência de gênero: direções éticas. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 73, n. 2. Rio de Janeiro, 2021.

PAULINO-PEREIRA, F. C.; SANTOS, L. G. A.; MENDES, S. C. C. Gênero e identidade: possibilidades e contribuições para uma cultura de não violência e equidade. **Psicologia & Sociedade**, n. 29, 2017.

PÊ, F. Z.; ALVES, R. S. F.; GUEDES, C. P.; SILVA, M. A.; BASTOS, M. B. Violência contra a mulher: experiência de profissionais facilitadores de um grupo reflexivo de homens. **Revista da SPAGESP**, v. 23, n. 1, 2022.

QUINTERO, P.; FIGUEIRA, P.; ELIZALDE, P. C. Uma breve história dos estudos decoloniais. **MASP Afterall**, 2019. Disponível em: <https://assets.masp.org.br/uploads/temp/temp-QE1LhobgtE4MbKZhc8Jv.pdf>
Acesso em: 13 jan.2024

SANTOS, A. P.; ROMAGNOLI, R. C. Entre embaraços, performances e resistências: a construção da queixa de violência doméstica de mulheres em

uma delegacia. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 17, n. 2. Rio de Janeiro, 2017.

SARDENBERG, C. M. B. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista? In: COSTA, A. Al. e SARDENBERG, C. M. B. (orgs.). **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador: NEIM/UFBA: REDOR, 2002.

SOUSA, I. S.; NUNES, L. F.; BARROS, J. P. P. Interseccionalidade, femi-genocídio e necropolítica: morte de mulheres nas dinâmicas da violência no Ceará. **Psicologia Política**, v. 20, n. 48, 2020.

SOUZA, T. M. C.; REZENDE, F. F. Violência contra mulher: concepções e práticas de profissionais de serviços públicos. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 9, n. 2. Londrina, ago., 2018.

TANIZAKA, H.; BOVENZO FILHO, C. E.; FURQUIM, G. T.; FRUGOLI, R.; BENINCASA, M. As dores do “amor”: uma revisão sistemática sobre a assistência à saúde de mulheres vítimas de Violência por Parceiro Íntimo (VPI). **PsicolArgum.**, v. 39, n. 105, jul./set., 2021.

TILIO, R.; MORÉ, I. A. A.; SAMPAIO, N. P.; RIBEIRO-LEANDRO, R. C.; COHEN, C. R.; LEONIDAS, C. Corpo feminino e violência de gênero: uma análise do documentário “chega de fiu fiu”. **Psicologia & Sociedade**, v. 33, 2021.

TREVISAN, J. S. **Seis balas num buraco só** – a crise do masculino. 2 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Objetiva, 2021.

VASCONCELOS, C. S. S.; CAVALCANTE, L. I. C. Caracterização, reincidência e percepção de homens autores de violência contra a mulher sobre grupos reflexivos. **Psicologia & Sociedade**, v. 31, 2019.

VIRGILI, F. Virilidades inquietas, virilidades violentas. In: CORBIN, A; COURTINE, J.; VIGARELLO, G. **História da virilidade**: a virilidade em crise? Séculos XX-XXI. Petrópolis: Vozes, 2013.

ARTIGO 3

Reflexões sobre estudos de gênero de masculinidades e grupos reflexivos

RESUMO

Refere-se a estudo teórico sobre as temáticas dos estudos de gênero sobre masculinidades e Grupos Reflexivos de homens autores de violência. Tais ideias foram contempladas à luz da epistemologia crítica dos estudos feministas, com contribuições pós-estruturalistas relevantes. Como método de pesquisa, utilizou-se a revisão narrativa de literatura, sendo pesquisados artigos científicos nas bases de dados Scielo e Periódicos CAPES. Os resultados encontrados trouxeram conceituações e dados recentes sobre a situação da violência contra as mulheres no Brasil; um breve levantamento sobre os estudos de gênero acerca das masculinidades e a respeito da implantação e operacionalização de grupos reflexivos voltados para homens autores de violência doméstica e familiar contra mulheres. Compreende-se que a reflexão crítica sobre as diversas performances de masculinidades e o funcionamento dos grupos reflexivos citados possam ser mecanismos importantes para o combate à violência de gênero contra as mulheres.

Palavras-Chave: Masculinidades. Lei Maria da Penha. Grupos Reflexivos.

1 Introdução

A violência é considerada um fenômeno complexo, multideterminado e polissêmico, ou seja, não se discute simplesmente apenas um nexo causal ao procurar entender e compreender seus atos (Minayo; Souza, 1998).

As consequências de atos violentos podem expressar como uma sociedade comporta-se, como lida com as suas conflitivas pessoais e coletivas, assim como evidenciar de que maneira se dão as relações de poder entre seus pares. Sobre esse tema, Minayo e Souza (1998) destacam que a violência consiste em “ações humanas de indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam a morte de outros seres humanos ou que afetam sua integridade física, moral, mental ou espiritual” (p. 514).

Cita-se que, dentre os diversos públicos que sofrem violência em nossa sociedade, as mulheres ganham destaque. De acordo com a Saffioti (2004), a violência contra a mulher é um fenômeno mais abrangente, que vai além do que conhecemos como violência doméstica. A violência contra a mulher embora aconteça, na maioria dos casos, nas residências das vítimas, também pode ocorrer fora dela, ao passo que a violência doméstica e familiar ocorre dentro do núcleo familiar ou nas relações íntimas de afeto da mulher.

No que tange aos instrumentos de coleta de indicadores sobre violência, menciona-se um documento importante para mapear os casos envolvendo mulheres. O Atlas da Violência que é um portal que reúne, organiza e disponibiliza informações sobre situações de violência no Brasil; também aglutina publicações científicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea sobre violência e segurança pública. Foi criado em 2016, sob a gestão do Ipea e colaboração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP. De acordo com as informações contidas no site do dispositivo, seu objetivo é “auxiliar pesquisadores, jornalistas e interessados em geral na temática da criminalidade e violência no país” (Atlas da Violência, 2022, p. 1). Ressalta-se que o Atlas da Violência vem sendo uma ferramenta relevante para o mapeamento da violência no Brasil, incluindo a de gênero, a doméstica e familiar contra mulheres.

Assim, a fim de problematizar com maior profundidade as relações complexas envolvendo a violência de gênero contra as mulheres, Gergen (1993) em seu artigo intitulado “A crítica feminista da Ciência e o Desafio da Epistemologia social”, propõe a realização de críticas, embasadas na epistemologia crítica dos estudos feministas, a respeito de alguns pontos, dentre eles, citam-se: as visões androcêntricas na sociedade e sobre a sexualidade; as concepções binárias dos fenômenos psicossociais; bem como em relação ao preconceito masculino na pesquisa das performances relacionadas à sexualidade e o denominado pela autora como ajustamento conjugal. Assim, propõe-se uma abordagem de gênero em sua dimensão relacional, levando-se em consideração os marcadores sociais interseccionais e concepções decoloniais envolvidas nos processos de emancipação humana.

Nesse íterim, este artigo propõe-se a realizar, por meio de uma Revisão Narrativa de Literatura (Bernardo; Nobre; Jatene, 2004), articulações entre as publicações a respeito dos estudos sobre as masculinidades, assim como artigos sobre grupos reflexivos de homens autores de violência doméstica contra mulheres. Cita-se que as análises dos conteúdos encontrados foram realizadas sob um ponto de vista crítico do feminismo.

Realizou-se uma revisão narrativa da literatura, selecionando artigos publicados em português entre 2000 e 2024 nas bases de dados Scielo e Periódicos CAPES. Para tanto, foram utilizados os descritores “Masculinidades”

AND “Grupos Reflexivos”, foram encontrados cerca de 60 artigos, levando-se em consideração alguns critérios de inclusão e exclusão. Como critérios de inclusão, mencionam-se: a) artigos que versassem sobre os três descritores pesquisados; b) publicações contidas no período mencionado acima (2000 a 2024); c) artigos completos e de livre acesso para a sua visualização; d) estudos publicados em língua portuguesa. Como critérios de exclusão foram apontam-se os artigos que não se enquadraram nos critérios de inclusão e as publicações duplicadas.

Após a aplicação dos critérios de exclusão, foram analisados livremente 34 artigos científicos. Após a leitura do material encontrado, de forma livre e fluida, a leitura foi expandida para outras bibliografias, contidas nas referências das publicações encontradas, que possuísem relação direta com a temática pretendida nesta pesquisa.

Logo, ao se realizar considerações sobre a violência de gênero contra a mulher e a violência doméstica e familiar contra a mulher, importante se faz realizar um levantamento de estudos sobre masculinidades, na tentativa de compreender como essas subjetividades se constroem em uma sociedade marcada e estruturada pelo patriarcado, tendo como uma de suas consequências, a violência de gênero de homens contra mulheres.

2 Estudos sobre masculinidades

Esta seção tem como objetivo apresentar a discussão sobre as dimensões das masculinidades com o entendimento que estudá-las é levar em consideração uma configuração prática em torno de posições subjetivas de homens nas próprias relações de gênero. O pressuposto da crítica feminista, nesse sentido, é compreender as relações historicamente determinadas de dominância de homens contra mulheres, bem como sobre as concepções binárias de gênero, que criam performances de masculinidades diversas em nossa sociedade.

Heilborn e Carrara (1998) proferem que os estudos de gênero sobre masculinidades ganharam impulso a partir da conceituação de gênero como categoria científica, principalmente a partir dos anos de 1990. Segundo os autores, inicialmente, só era possível aprofundar tais estudos por meio de

publicações anglo-saxônicas ou norte-americanas, os chamados *men's studies*.

De acordo com Giffin (2005), as discussões do masculino nos estudos de gênero surgiram no Brasil nas últimas três décadas, com enfoque nas questões e análises sobre sexualidade e saúde.

Importante citar uma das referências nos estudos de gênero sobre masculinidades, a saber, a socióloga e cientista social australiana Raewyn Connell (2005), que entende que esse conceito está relacionado com configurações de práticas sociais, de projetos de gênero que, por sua vez, se retroalimentam nas próprias relações sociais.

Em relação à dominação masculina na sociedade, citamos aqui as contribuições de Bourdieu (2002) que trata sobre essa temática, principalmente em sua dimensão simbólica nas relações sociais. Para ele, a dominação e opressão masculina contra as mulheres e contra às próprias masculinidades ditas subordinadas seria uma forma particular de violência simbólica.

Sobre essa temática, Bordinhão (2021) discorre que esse tipo de violência é considerada como um poder invisível que controla os pensamentos e comportamentos dos membros de uma sociedade, tendo força o bastante para moldar suas identidades, pela construção de valores, normas e regras de conduta que induzem as pessoas a se comportar de acordo com determinados critérios pré-estabelecidos. Assim, compreende-se que, tratando-se de violência contra mulheres, na maioria dos casos, a violência física é precedida por agressões verbais, humilhações e opressões que destroem a moral da mulher.

A esse tipo de desmoralização, Bordieu (1989) denomina de violência simbólica. Ou seja, trata-se de um tipo de coação pela via moral e/ou psicológica, que pode culminar em desfechos como a violência física ou a própria morte.

Segundo Beiras, Nascimento e Incrocci (2019), a partir dos anos 1990 ocorreu o crescimento do número de estudos sobre homens e masculinidades, incluindo a temática da participação dos homens nas questões de violência de gênero e violência doméstica e familiar contra a mulher; também foram inseridas discussões a respeito da dimensão relacional entre os gêneros nos diversos âmbitos.

Assim, os significados vinculados à categoria masculinidades e sobre o que é ser homem, são construídos social e historicamente. Os estudos de gênero a respeito das masculinidades contribuem para a compreensão das estruturas

sociais que foram construídas ao longo da história e que se constituíram a partir do conceito de patriarcado e do poder e dominação dos homens sobre as mulheres. A esse respeito, Bandeira (2008) realiza críticas aos hegemônicos eixos epistemológicos e conceituais que fundamentam o monopólio masculino sobre as representações históricas tanto no âmbito das ciências quanto das relações sociais, tendo como consequências, relações desiguais entre os gêneros, muitas delas que, inclusive, produzem violências.

Mendes (2021) compreende que devemos estudar as masculinidades, no plural, uma vez que são socialmente construídas e variam de pessoa para pessoa, de grupo social para outro grupo social. Sobre esse aspecto, Gomes (2008) cita que as masculinidades se inscrevem e passam a existir em um espaço simbólico bem delimitado, sendo que esse lugar será responsável por estruturar as identidades dos homens, com suas ações, comportamentos e emoções específicas.

Em sua obra “Saúde mental, gênero e dispositivos”, Zanello (2018), a partir de uma ótica crítica e pós-estruturalista dos estudos de gênero, disserta que as pesquisas sobre masculinidades iniciaram-se a partir de perspectivas essencialistas, naturalizantes e de um ponto de vista binário de gênero - influenciadas por determinações positivistas de ciência e subjetividades; ao passo que, apenas a partir dos anos 1990, esses estudos começaram a possuir um caráter crítico do ponto de vista epistemológico.

Acrescenta-se que Barral e Zanello (2021) realizaram uma pesquisa acerca dos estudos das masculinidades nos campos teóricos da psicologia brasileira, propondo a realização de críticas às invisibilidades deste conceito na teoria e prática. A partir da organização e análise das literaturas encontradas, identificaram-se três temas em torno do objeto “masculinidades”, a saber: “Saúde”, “Violência contra a mulher” e “Representações de masculinidades”.

Nos três temas citados, a assertiva de que os homens são invisíveis, ignorados ou desconsiderados foram observados de forma transversal àqueles primeiros. Levando-se em consideração os aspectos e efeitos políticos e epistemológicos, os autores citam que a invisibilidade masculina foi analisada “como enunciado organizador de certa fatia da produção discursiva da ciência psicológica brasileira, que tem utilizado ou referenciado os estudos das masculinidades” (Barral; Zanello, 2021, p. 672, grifo meu).

Como conclusões do estudo, observou-se que o aparecimento de um enunciado organizador do discurso - que envolve o estabelecimento de relações de poder e controle entre os sujeitos -, trouxe o entendimento de que não é dada suficiente atenção aos homens, o que suscita certa invisibilidade. Em relação à saúde, compreendem que:

parece haver um esforço político de tornar os serviços mais convidativos para os homens, sem que seja necessário a desconstrução crítica de masculinidades hegemônicas. Enquanto se ignora as raízes históricas e culturais que explicam a maior presença feminina nos serviços de saúde, se destaca e sublinha a incompatibilidade entre valores masculinos tradicionais e a organização destes serviços. Desta forma, a invisibilidade masculina na saúde se torna um efeito sem uma causa (Barral; Zanello, 2021, p. 684).

No que tange às representações de masculinidades:

foi identificado que, se por um lado parece haver pouco debate sobre as masculinidades, por outro lado, este, quando ocorre, tende a acontecer de forma generalizante, levando em consideração apenas a experiência do homem branco de classe média, ou mesmo reforçando para a população estereótipos tradicionais (p. 684).

Assim, as relações de masculinidades colocam em xeque tensões entre ser macho e ser masculino, há, portanto, uma constante insegurança nos homens a fim de sustentar uma posição subjetiva que vá na direção do que é esperado socialmente da figura do homem. Supressões de necessidades, sentimentos e formas de expressão são requeridas para esses objetivos.

Salienta-se que os estudos de gênero, na perspectiva das pesquisas sobre as masculinidades, perpassam as principais problemáticas do que é ser homem na sociedade, entre elas cita-se a violência. Kaufman (1987) disserta que a relação da tríade - homem contra as mulheres, contra outros homens, e contra si mesmo – reflete a violência cotidiana de uma sociedade de classes hierárquica, autoritária, sexista, classista, militarista, racista, impessoal e louca, canalizada através de um homem individual.

As determinações da violência, neste sentido, passam da explicação dada ao patriarcado, colocando uma significação das próprias relações sociais e formas instrumentais e impessoais que esses homens constroem em relação às

mulheres e a si próprios. Importante mencionar que essas relações perpassam os contextos sociais e suas implicações nas questões relativas à dominação e ao poder entre os gêneros. Essa perspectiva de gênero possibilita a realização de críticas a concepções essencialistas e reducionistas a respeito dos processos subjetivos do ser homem e da construção das masculinidades na sociedade.

De acordo com Cardoso (2018), as práticas discursivas constroem gênero e masculinidade ainda sob o ponto de vista binário entre homem e mulher. Sob essa perspectiva, a categoria masculinidade é representada a partir de corpos masculinos e violentos e o seu alvo, nessa lógica, são as mulheres.

Já Silveira (2009) traz a questão das masculinidades sob uma perspectiva relacional de gênero em suas análises. Cita que na lógica relacional de gênero, o foco das discussões volta-se para as relações dinâmicas que são estabelecidas e às performances de homens e mulheres.

Realizando uma pesquisa sobre os comportamentos agressivos de homens com dependência de álcool e outras drogas, Leandro (2009) disserta que as análises de seu trabalho apontaram que a prática de atos violentos por parte desses homens estava relacionada às próprias questões culturais, ou seja, ao modelo de socialização masculina baseada em características da violência, da força e dominação sobre os gêneros.

Levando em conta os estudos de matriz feminista sobre masculinidades, Oliveira (2018) analisa as relações de gênero e suas interseccionalidades. A partir da realização de uma revisão sistemática de literatura, apontaram-se discussões de gênero na construção das identidades masculinas sendo articuladas por diversas instâncias reguladoras sociais, que são instância base para a legitimação ou processos de rupturas da masculinidade dita hegemônica.

Segundo Moore (2015), ao dissertar sobre a tradição dos estudos feministas de gênero, declara que “a representação social de homem apresenta grande carga negativa, com termos como egoísta e violento, além de possuir elementos que o associam a violência, como força (física) e poder” (p. 12).

Uma das conceituações mais recorrentes na literatura sobre a temática em questão diz respeito às masculinidades hegemônicas. Sobre tal postulação, Connel e Msserschmidt (2013) apontam que a masculinidade hegemônica está relacionada a um padrão de práticas que permite aos homens a manutenção da dominação e opressão sobre as mulheres, estabelecendo, assim, a forma mais

adequada de ser homem.

Ketzer (2021) acrescenta que a perpetuação de um modelo hegemônico de ser homem “passa por um policiamento do comportamento de todos os homens e pela exclusão e descrédito das mulheres. Este policiamento ocorre através da repreensão dos comportamentos ‘femininos’ em homens e meninos” (p. 7); importante mencionar que essa diferença não se restringe apenas às mulheres, mas também às ditas masculinidades subordinadas, que são todas as formas de expressão de ser homem que não se adequam ao conceito de masculinidade hegemônica.

Em artigo de Kimmel (1998) intitulado “A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas”, o autor argumenta que uma representação de masculinidade significa, necessariamente, a existência de outras representações. Cita que “à medida que o ideal hegemônico de masculinidade se estabelece, este é criado por oposição a um feixe de ‘outros’, cuja masculinidade foi problematizada e desvalorizada” (p. 103). Assim, as masculinidades hegemônicas e subalternas “emergem em mútua e desigual interação, em uma ordem social e econômica com uma demarcação prévia distorcida de gênero (*gendered*)” (p. 103).

Ressalta-se que, de acordo com Santos et al. (2023), a noção de masculinidade hegemônica irá variar de acordo com o contexto social que se situa; nesse sentido, podemos citar diversas formas de masculinidades, tais como as “[...] negras, brancas, proletárias, de classe média, entre diversas outras versões de masculinidades alternativas” (p. 3). Como a questão da hegemonia de um tipo único de masculinidade é considerada um ideal a ser alcançado, podemos depreender que é impossível alcançar tal posição subjetiva, uma vez que não existe um único jeito de ser e existir (Connell, 2005).

Sobre as formas das masculinidades ditas hegemônicas, Ceotto (2013) comenta que “a história das relações de gênero, baseada em um modelo patriarcal, favorecia a construção de um tipo de masculinidade hegemônica, representada pelo homem forte, viril, heterossexual e dominador (p. 12).

As produções analisadas entram no consenso de que as representações sociais das masculinidades hegemônicas são consideradas fatores relacionados à perpetuação da violência de gênero, de acordo com estudo denominado “Masculinidades e violência de gênero: um estudo sobre violências e

metamorfoses na perspectiva da Psicologia Crítica” de Batista (2018).

Silva (2014) argumenta que a relação entre as masculinidades e a violência de gênero ainda é pouco refletida e problematizada na literatura e nas práticas sociais, fazendo com que a violência contra a mulher, por exemplo, ainda se perpetue em nossa sociedade. Diante disso, essas situações de violência de gênero permanecem naturalizadas, fazendo com que sejam limitadas as discussões dos aspectos envolvidos nessas dinâmicas.

A esse respeito, Bernabé (2018) realiza um levantamento bibliográfico com base nos estudos feministas críticos que pensam não mais uma única masculinidade, hegemônica, mas sim masculinidades, no plural. Ou seja, contraria-se uma noção única de masculinidade, naturalizada, ao passo que essas performances são diversas, dinâmicas e compostas por vários atributos e características.

Ainda sobre a categoria masculinidades em seus diversos contextos, elencam-se aqui, à título de exposição, os conceitos de machocracia, dominação masculina e os estereótipos sobre os estudos das masculinidades nordestinas do Brasil. Em seu artigo intitulado “Machocracia, Negacionismo histórico e Violência no Brasil contemporâneo”, o autor Aguinaldo Gomes (2019) conceitua a machocracia como o “regime político em que seres humanos do gênero masculino dominam a cena política e transformam o machismo, a misoginia, a lgbtfobia e o repúdio às diferenças” (p. 147); sob essa perspectiva, todas as formas que diferem do ideal do macho, devem ser eliminadas ou não merecem ser vividas.

No que concerne à figura da representação de masculinidade a partir da figura do nordestino no Brasil, na obra “Nordestino: a invenção do falo” de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2013), o autor propõe a discussão sobre a história do gênero masculino e as suas relações com o conceito de falo, a partir do recorte temporal de 1929 a 1949. Descreve e conceitua as performances das masculinidades que, agrupadas, nesse sentido, caracterizaria a figura do Macho.

Mesmo com os estudos das masculinidades sendo razoavelmente recentes no campo dos Estudos de Gênero, há correntes dos feminismos que já começaram a pensar em identidades feministas de sujeitos homens. Nesse âmbito, os feminismos convidam o gênero masculino para possíveis diálogos e construções de novas formas de ser homem, performances essas pautadas em

relações mais igualitárias entre os gêneros.

Nesse sentido, hooks (2019) disserta que operar masculinidades feministas é fazer com que homens pensem e repensem as suas masculinidades, assim como as consequências destas para as suas relações em sociedade. Sob a perspectiva crítica do feminismo, é importante destacar que o machismo, a violência, a falta de comportamentos de autocuidados em saúde e a aversão ao outro diferente não são elementos da natureza dos homens, mas sim construções sociais, que sofrem influências diretas do sistema de produção capitalista e ideológico (o patriarcado) de nossa sociedade ocidental.

Em relação a essa temática e a respeito do questionamento se os homens podem ser feministas, Freitas, Felix e Carvalho (2018) apontam sobre a importância da articulação entre homens para estudarem e refletirem as próprias masculinidades e as questões de gênero no geral, a partir de um ponto de vista que leve em consideração os fatores que influenciam as relações sociais, aqui citando a importância da visão interseccional para apontar e compreender esses determinantes sociais. As autoras, ao concordarem com a participação dos homens nas abordagens feministas, expressam a sua opinião:

[...] argumenta-se que o feminismo, como movimento que luta pelo enfrentamento das desigualdades de gênero, deve, também incorporar os homens, seja porque o machismo traz efeitos negativos para toda a sociedade, incluindo os próprios homens, seja porque só poderia ser efetivamente erradicado com a participação deles (p. 864).

Sobre as discussões de uma identidade feminista, Velasco-Martinez (2016) defende que qualquer tipo de identidade social advém do sentimento de pertença a algum coletivo, que compartilha ideias, pensamentos e comportamentos, valores, dentre outras características. Por conseguinte, tanto para as mulheres quanto para os homens seria possível compartilhar uma identidade coletiva feminista. Nessa perspectiva, mesmo historicamente o feminismo sendo operacionalizado por mulheres, hooks (2019) discursa que o feminismo deve ser uma abordagem ideológica, científica, social e política para todos e todas.

A seguir, serão apresentadas sobre os marcos legais e sociais de combate à violência de gênero contra as mulheres, com especial destaque à promulgação da conhecida Lei Maria da Penha e de sua previsão de implantação

e operacionalização de grupos reflexivos de homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres.

3 Grupos reflexivos de homens autores de violência

A violência de gênero contra a mulher é um fenômeno que necessita de estudos e intervenções sistemáticas a fim de tentar dirimir a cultura de agressões perpetradas às mulheres por homens.

Nesse sentido, importante se faz conhecer os marcos legais envolvidos no combate sistemático à violência doméstica e familiar contra mulheres. Para início de conversa, cita-se aqui a definição de violência contra a mulher dada pela Conferência de Direitos Humanos 1993, conceituando esse tipo de agressão como “todo ato de violência de gênero que resulte em, ou possa resultar em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico da mulher, incluindo a ameaça de tais atos, a coerção ou a privação arbitrária da liberdade, tanto na vida pública como na vida privada” (Conferência dos Direitos Humanos, 1993, p. 3).

Ao consultar o relatório do estudo “Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil – 3ª edição do Fórum Brasileiro de Segurança Pública” (2021), tem-se que 1 em cada 4 mulheres brasileiras acima dos 16 anos (24,4% da população de mulheres), afirmaram ter sofrido algum tipo de violência durante a pandemia de Covid-19 – período entre 2020 e 2021.

A abertura aos direitos e proteção das mulheres a partir da Constituição Federal do Brasil de 1988, representou um marco para a consolidação dos direitos individuais e coletivos, civis e sociais, fazendo com que a cidadania fosse ampliada a todos e todas cidadãos e cidadãs.

Alguns artigos da Constituição Brasileira são evidenciados por estarem em consonância com as reivindicações dos movimentos e pautas históricas das mulheres e dos movimentos feministas, a saber: o artigo 5º que trata “da igualdade dos direitos e deveres entre homens e mulheres” (Brasil, 1988, p. 1); no artigo 226, que cita sobre a igualdade entre homens e mulheres nas relações familiares; no artigo 8º há uma menção sobre a violência, a saber: “o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações” (p. 1).

Para tanto, houve uma massiva participação das mulheres na Assembleia Constituinte de 1987/88; aconteceu a eleição de um número considerável de mulheres para o Congresso em relação a outrora, que contribuíram mais ainda na efetivação da Constituinte. Essa participação sistemática de mulheres deveu-se ao sucesso dos movimentos sociais de mulheres que se organizaram, principalmente a partir dos anos de 1970, especialmente a partir da decretação da Década Internacional da Mulher (1975-1985). De acordo com Oliveira (2020), a articulação política e social de mulheres na Assembleia Constituinte ficou conhecida como *Lobby* do batom; esse movimento foi uma combinação de aspectos da democracia representativa, pela bancada feminina na instituição, e pela democracia participativa, com a inserção dos movimentos sociais e feministas no Parlamento Nacional.

Com a aprovação do Novo Código Civil de 2003 e com a criação de leis específicas a respeito da violência doméstica e familiar contra a mulher, a sociedade brasileira passou a ter uma maior sistematização legal no que tange à luta contra a violência de gênero.

Até o surgimento das delegacias da mulher, o trabalho policial de enfrentamento à violência não tinha como critério levar em consideração à identidade da vítima, ou seja, não havia uma percepção e uma atenção especial a respeito das questões de gênero. Cita-se que em 6 de agosto de 1985 foi criada a primeira delegacia especializada para o atendimento à mulher, a partir do Decreto 23.789/1985 no município de São Paulo/São Paulo (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1985).

Diante à temática exposta aqui, salienta-se que um dos dispositivos legais mais importantes ao combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres denomina-se Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340/2006 (Brasil, 2006).

Esta lei tipifica as formas de violências contra as mulheres, caracterizadas por física, psicológica, sexual, patrimonial, institucional e moral. Com isso, deixa em evidência que atos violentos contra as mulheres não se resumem apenas às formas físicas, mas também ações que visem ao dano psicológico, abusos e atos sexuais, retenção do salário ou bens patrimoniais por parte do parceiro(a) e verbalizações e condutas que agredam à integridade moral da vítima (Brasil, 2006).

A Lei Maria da Penha estabelece, portanto, mecanismos para coibir a

violência doméstica e familiar contra a mulher. Também segue o preconizado em tratados internacionais ratificados pela Constituição Federal - CF; dispõe sobre a criação e o funcionamento dos Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, criando estratégias para estabelecer medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar (Brasil, 2006).

A Lei nº 11.340/2006 também prevê a criação, implantação e desenvolvimento de políticas públicas que visem serviços de atendimentos especializados à mulher, tais como instituições que ofertem programas e projetos relacionados à segurança pública, justiça, saúde, assistência social, educação e habitação.

Visando mudanças nos contextos de violência familiar e doméstica contra as mulheres, diversas iniciativas têm sido utilizadas com o intuito de uma possível recuperação dos homens agressores e, em casos de sentenças proferidas e ingresso no sistema penal, práticas restaurativas no âmbito judicial inserem-se com foco na ressocialização destes sujeitos.

De acordo com Nothhaft e Beiras (2019), de um ponto de vista nacional e internacional, tem sido crescente a compreensão de que, para prevenir as situações de violência de gênero, é preciso trabalhar e envolver os homens e atuar nas possíveis raízes do problema, vide à ideologia do sistema patriarcal que fortalece as relações desiguais de poder e controle entre homens e mulheres.

Sob essa ótica, os/as estudiosos/as da área citam sobre a importância de práticas reflexivas e restaurativas com homens autores de violência. Com essas ações, é possível prevenir violências, repensar comportamentos, refletir sobre os papéis sociais atribuídos aos gêneros na sociedade e sobre as relações entre homens e mulheres que possam reforçar e perpetuar situações de violência; assim, entende-se que só é possível termos mudanças relacionadas à violência de gênero se conseguirmos alterações nas percepções que os autores de violência têm sobre todo esse contexto. (Saffioti, 2004)

A respeito das possibilidades de responsabilização do homem ou de práticas condenativas frente às práticas de violência doméstica e familiar contra as mulheres por parte dos homens autores de violência, citamos aqui as contribuições de Saffioti (2004), que reflete sobre a importância, nesses casos,

de haver uma combinação entre o caráter de punição ao criminoso, cuja função seria coibir os comportamentos antissociais; e a mediação do Estado, a partir de práticas restaurativas com o intuito de ressocialização e reeducação desses homens. A mesma autora defende também a importância dessas práticas ao ressaltar que não é possível mudanças radicais nos comportamentos violentos quando se trabalha exclusivamente com a vítima, ou seja, a mulher; é preciso, com isso, que o trabalho unicamente com as mulheres em situação de violência, possa potencializar a sua vitimização e tornar o homem ainda mais violento, a partir do reforço social das atitudes agressivas dos homens.

A autora também sugere que esses momentos de ressocialização e reeducação dos homens devem ser realizados no formato de grupos operativos, tanto com homens quanto com mulheres. Aos homens, busca-se o repensar e reeducar frente à cultura patriarcal de gênero e em relação aos comportamentos machistas; às mulheres, o acompanhamento e auxílio para que elas consigam se empoderar e sair do ciclo da violência na qual foram inseridas ao longo de suas vidas. É proposto que esses grupos reflexivos sejam conduzidos por equipe multidisciplinar, com profissionais que tenham o domínio teórico e prático a respeito de temas envolvendo às questões de gênero e violência.

Visando trabalhar as questões relativas à responsabilização e socioeducação de homens autores de violência, citamos a criação e execução de grupos reflexivos. Prates e Alvarenga (2014) alegam que esses dispositivos se constituem em espaços privilegiados de intervenção grupal e têm como objetivos modificar padrões naturalizados de comportamentos relacionados ao gênero, desconstruir e ressignificar a ideologia patriarcal, assim como desenvolver processos de socialização baseados na igualdade entre os gêneros e no desenvolvimento de novas formas de masculinidades.

Os grupos reflexivos e interventivos voltados para homens autores de violência possuem respaldo na própria Lei Maria da Penha a partir de seus artigos 35 e 45 que preveem centros de educação e de reabilitação para os agressores e programas de recuperação e reeducação (Brasil, 2006).

Informa-se que o primeiro programa de intervenção com homens autores de violência denominado Emerge foi desenvolvido e criado em Boston/Estados Unidos, em 1977; este grupo surgiu a partir dos estudos e dos movimentos sociais de mulheres contra a violência de gênero; nessa época, também temos

os primeiros programas e serviços de apoio à mulher em terras norte-americanas (Nothaft e Beiras, 2019).

Os mesmos autores citam que até o final da década de 1980 foram criadas outras iniciativas sobre o assunto em questão, com destaque ao *Domestic Abuse Intervention Project - DAIP* (Projeto para Intervenção no Abuso Doméstico) em Minnesota, Estados Unidos.

Ao longo dos anos, esses tipos de programas foram expandindo-se pelo mundo. No entanto, só tivemos essas iniciativas no Brasil a partir dos anos de 1990, ainda muito discretas, como pode ser observado no excerto a seguir:

As intervenções precursoras no Brasil começaram a ser executadas nos anos 1990. Entre elas temos a da organização não governamental paulista, Pró-Mulher, Família e Cidadania, que desenvolvia mediação familiar nos casos julgados no âmbito da Lei 9099/95, e em 1993 passou a desenvolver grupos de reflexão com mulheres em situação de violência e homens envolvidos nas denúncias, e a do Instituto Noos, que inicialmente não tinha relação com a violência doméstica, e sim com os discursos de homens em terapia, dando origem a grupos de reflexão sobre masculinidades (Nothaft e Beiras, 2019, p. 2-3).

Mencionam-se outras ações importantes no Brasil, a saber: o Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica – NAFAVD, em 2003 no Distrito Federal; o Programa de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Intrafamiliar – PPVCDI, com as intervenções iniciadas em Blumenau/SC no ano de 2004; o Instituto Albam, organização da sociedade civil – OSC em Belo Horizonte/MG no ano de 2005 (Aguiar, 2009).

Mauricio et al. (2022) citam a experiência do Projeto de Extensão Agora - Grupos Reflexivos com homens autores de violência. O projeto é realizado no município de Florianópolis/SC em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e o Tribunal de Justiça de Santa Catarina – SC. A equipe multidisciplinar responsável pela condução do projeto é composta por profissionais do Direito, Serviço Social e Psicologia.

Em Porto Velho/RO, temos outro exemplo de grupo reflexivo para homens autores de violência. Sendo criado em 2009 pelo Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Porto Velho/RO, a iniciativa intitulada Projeto Abraço vem contribuindo para a redução da reincidência desses homens no sistema de justiça no que tange à prática da violência de gênero.

De acordo com Ferro e Jacarandá (2022), o Projeto Abraço vem contribuindo para substituir as penas na justiça pela inserção no programa de

grupos reflexivos. O serviço é considerado pelos órgãos públicos daquela região como referência para o enfrentamento da violência de gênero, sendo um projeto que possa servir como base para outras iniciativas em torno do país.

Ainda a respeito dos grupos reflexivos para homens autores de violência doméstica e familiar, Veras, Costa e Castro (2014) descrevem algumas sugestões de temáticas que podem ser conduzidas ao longo dos encontros, a saber: introdução às discussões de gênero, informações sobre as diversas formas de violência contra as mulheres, noções de comunicação não-violenta e resolução de conflitos e cultura da paz, identificação e intervenção de comportamentos agressivos, com formas de prevenção; história da Lei Maria da Penha, pontuações sobre os direitos humanos, uso e abuso de álcool e outras drogas, saúde do homem, sexualidade, configurações de família, paternidade e parentalidade, dentre outras temáticas.

Em pesquisa de revisão sistemática de literatura de Nothaft e Beiras (2019) intitulada “O que sabemos sobre intervenções com autores de violência doméstica e familiar?”, os autores elencam os discursos dos homens com base em publicações científicas que trabalharam com entrevistas de homens autores de violência doméstica e familiar e com observações de grupos reflexivos, citando os principais achados, dentre eles: 1) A consideração de que a Lei Maria da Penha é injusta, “uma benesse para as mulheres”; 2) a dificuldade de reconhecer seu ato enquanto violência ou minimizá-lo; 3) a dificuldade em reconhecer como violência atos que diferissem da agressão física extrema – nesse sentido, violência psicológica se encontra longe de ser aceita enquanto violência; 4) a tentativa de justificar a violência, muitas vezes conjugada com desqualificação da denúncia da mulher.

Sobre as dificuldades de implementação (ou políticas), Nothaft e Beiras (2019) expõe: 1) a carência de recursos financeiros; 2) falta de coordenação com a rede de enfrentamento à violência e de institucionalização das políticas; 3) falta de capacitação e supervisões dos profissionais; 4) alta rotatividade e desistência dos participantes nos grupos não compulsórios.

Beiras, Martins e Hugill (2020) realizaram uma pesquisa exaustiva intitulada “Mapeamento Nacional das Iniciativas, Programas ou Grupos para Homens Autores de Violência contra Mulheres”; nesse estudo foram listados 312 iniciativas, serviços, programas ou projeto relacionados à execução de grupos

reflexivos com homens autores de violência doméstica e familiar contra mulheres no período de julho a outubro de 2020.

Atualmente, o Tribunal Estadual de Justiça de Mato Grosso do Sul - MS, em consonância ao art. 45⁹, da Lei Maria da Penha, dispõe do Programa Dialogando Igualdades, que trata de grupos reflexivos com os homens agressores, sendo conduzidos por equipe técnica, normalmente composta por psicólogos/as, assistentes sociais e pedagogos/as. As reuniões com os homens participantes ocorrem após a sentença proferida pelo Juizado especializado (TJMS, 2020).

Em pesquisa realizada entre os anos de 2019 e 2020 no Programa Dialogando Igualdades, o TJ MS (2020) verificou a percepção dos homens acerca dos tipos de violência. Assim, constatou-se que “durante a prática na coordenação dos grupos, observaram-se as dificuldades de os homens compreenderem outros tipos de violência, além da física” (p. 12).

O principal objetivo desses grupos reflexivos centra-se na responsabilização do homem que praticou a violência doméstica contra a mulher, por meio da atividade em grupo, que possui caráter reflexivo, psicoeducativo e de comparecimento obrigatório.

Acrescenta-se que, de acordo com o Diário Oficial do município de Campo Grande/MS, a Lei nº 6.061, de 31 de julho de 2018, implementa o Programa Recomeçar, que trata sobre a reflexão, conscientização e responsabilização dos autores de violência doméstica e grupos reflexivos de homens no município de Campo Grande; esse programa institui os grupos reflexivos de homens agressores a partir da coordenação de equipe multiprofissional das diversas secretarias do município citado, a fim de garantir os direitos fundamentais à mulher.

Como facilitador do Programa Recomeçar, venho realizando um trabalho que vem atingindo os objetivos propostos em relação à reflexão e ao enfrentamento à violência de gênero contra as mulheres. Mesmo, em um momento inicial, tendo os homens participantes dos grupos apresentando comportamentos altamente resistentes e opositivo-desafiadores, observo que,

⁹ O art. 45 da Lei Maria da Penha possibilita ao juiz de direito determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação, como medida protetiva de urgência e como parte da execução de pena, em caso de condenação criminal (Brasil, 2006).

conforme os encontros vão acontecendo, essas posturas acabam transformando-se. Ao final dos encontros totais realizados por nós, aqueles homens que se apresentaram resistentes no início, relatam as suas histórias, experiências e o que aprenderam ao longo das discussões nos grupos reflexivos, comprometendo-se a performar suas masculinidades de formas menos violentas.

Com isso, observa-se que há uma quantidade significativa de grupos reflexivos com homens autores de violência contra mulheres no Brasil. No entanto, deve-se ter um olhar crítico para essas iniciativas, levando-se em conta alguns fatores, tais como o número preconizado pelas normas jurídicas, assim como na própria qualidade e efetividade desses grupos; aspectos esses que devem ser sistematicamente analisados.

Assim, a partir dos dados relatados, observamos a importância dessas intervenções a fim de combater à violência contra a mulher. Destaca-se também a necessidade de um trabalho multidisciplinar que tenha como embasamento os estudos relacionais de gênero, abrangendo, portanto, o público-alvo dos grupos reflexivos e convidando-os a repensar as suas atividades nos meios sociais nos quais circulam.

Considerações finais

Ao pontuar sobre a violência de gênero contra as mulheres, faz-se necessário refletir sobre as determinações histórico-sociais envolvidas em uma estrutura patriarcal que, por ter em suas bases relações desiguais entre homens e mulheres, produz consequências danosas para as vivências e subjetividades dos grupos dominados, aqui representadas pelas mulheres. Nesse sentido, a partir de uma visão crítica dos estudos feministas, concepções totalitaristas, reducionistas e androcêntricas em relação às questões envolvendo as desigualdades de gênero, podem ser problematizadas, a fim de se pensar alternativas visando ao combate das violências contra as mulheres.

Para tanto, deve-se compreender qual é a participação dos homens nesses processos. Nesse sentido, importante se faz estudar sobre as performances de masculinidades, que são produto das construções sociais em

uma sociedade demarcada pelo sistema ideológico patriarcal e pela legitimação do controle do homem sobre as mulheres, de uma forma geral.

Por fim, cita-se a importância da criação de leis e movimentos sociais que visem ao combate à violência de gênero contra as mulheres. Como exemplo, temos a Lei Maria da Penha que, dentre as suas diretrizes, prevê a implantação e operacionalização de Grupos Reflexivos de homens autores de violência contra as mulheres.

Esses grupos reflexivos, a partir de um trabalho multidisciplinar, convidam os homens a repensar e refletir sobre as dimensões relacionais de gênero, e trazendo à baila comportamentos de responsabilização e combate à violência contra as mulheres.

Referências

AGUIAR, L. H. M. **Follow-up de uma intervenção com homens autores de violência conjugal**. Dissertação. Brasília: Universidade de Brasília, Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura, 2009.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **Nordestino**: a invenção do falo. Uma história do gênero masculino (1920-1940). 2 ed. São Paulo: Intermeios, 2013.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Decreto n. 23.789, de 9 de Agosto de 1985**. Organiza a Secretaria de Descentralização e Participação e dá providências. São Paulo: Secretaria Geral Parlamentar, Departamento de Documentação e Informação, 1985.

ATLAS DA VIOLÊNCIA. **Sobre o Atlas da Violência**. Atlas da Violência [site]. 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/quem/3/sobre#:~:text=O%20Atlas%20da%20Viol%C3%Aancia%20%C3%A9,sobre%20viol%C3%Aancia%20e%20seguran%C3%A7a%20p%C3%BAblica>. Acesso em: 20 de nov. de 2022.

BANDEIRA, L. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Estudos Feministas**, v. 16, n. 1. Florianópolis, jan./abr., 2008.

BARRAL, D. C.; ZANELLO, V. Estudos das masculinidades na psicologia brasileira: da invisibilidade da crítica à crítica da invisibilidade. **Psicologia Política**, v. 21, n. 52, pp. 672-688, 2021.

BATISTA, K. S. A. **Masculinidades e violência de gênero**: um estudo sobre violências e metamorfoses na perspectiva da Psicologia Social Crítica. Dissertação. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2018.

BEIRAS, A.; MARTINS, D. F.; HUGILL, M. S. G. **Mapeamento Nacional das Iniciativas, Programas ou Grupos para Homens Autores de Violência contra Mulheres**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2020.

BEIRAS, A.; NASCIMENTO, M.; INCROCCI, C. Programas de atenção a homens autores de violência contra as mulheres: um panorama das intervenções no Brasil. **Saude Soc.**, v. 28, n. 1, p. 262-274, São Paulo, 2019.

BERNABÉ, M. F. **“Ninguém nasce homem: Torna-se homem”**: a produção dos gêneros e a precarização da vida – Problematizando as masculinidades em jovens em cumprimento de medida socioeducativa. Dissertação. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, 2018.

BERNARDO, W. M.; NOBRE, M. R. C.; JATENE, F. B. A prática clínica baseada em evidências. Parte II: buscando as evidências em fontes de informações. **Rev Assoc Med Bras**, v. 50, n. 1, 2004.

BORDINHÃO, P. **Violência simbólica contra mulher**: um mal silencioso. Jusbrasil, 2021. Disponível em: [https://www.jusbrasil.com.br/artigos/violencia-simbolica-contra-mulher-um-mal-silencioso/1307855194#:~:text=Bourdieu%20\(1989\)%20chama%20de%20viol%C3%Aancia,por%20via%20moral%20ou%20psicol%C3%B3gica](https://www.jusbrasil.com.br/artigos/violencia-simbolica-contra-mulher-um-mal-silencioso/1307855194#:~:text=Bourdieu%20(1989)%20chama%20de%20viol%C3%Aancia,por%20via%20moral%20ou%20psicol%C3%B3gica). Acesso em: 07 març 2024.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**/Pierre Bourdieu; tradução Maria Helena. Kuhner, 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.099, de 26 de Setembro de 1995**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1995.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Brasília, 2006. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm> Acesso em: 05.12.2021

CARDOSO, D. T. **Através do Espelho: Gênero e Masculinidades nas práticas discursivas das equipes de referência do CREAS**. Dissertação. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2018.

CEOTTO, E. C. **De John Wayne a David Beckham – ressignificações das masculinidades**: um estudo em Representações Sociais. Tese de Doutorado. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2013.

CONFERÊNCIA DOS DIREITOS HUMANOS. **Report of the World Conference on Human Rights** (documento A/CONF.127/24), 1993.

CONNEL, R. W.; MESSERSCHIMDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, v. 1, n. 21, p. 241-282.

Florianópolis, 2013. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-023X2013000100014/24650> Acesso em: 22 de jun. 2023

CONNELL, R. Masculinities. Berkeley: **University of California Press**, 2005.

FERRO, A. K.; JACARANDÁ, R. A experiência do Projeto Abraço – uma iniciativa pioneira no âmbito do Poder Judiciário Brasileiro. In: In: BEIRAS, A.; MARTINS, D. F. W.; SOMMARIVA, S. S.; HUGILL, M. S. G. **Grupos para homens autores de violência contra as mulheres no Brasil: experiências e práticas**. Florianópolis: Academia Judicial, 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e Invisível: A vitimização de mulheres no Brasil**. ed. 3, São Paulo, 2021.

FREITAS, M. J. T.; FELIX, J.; CARVALHO, M. E. P. Homens podem ser feministas? O pioneirismo dos estudos de masculinidades no Nordeste do Brasil. **R. Educ. Públ.**, v. 27, n. 66, p. 861-881. Cuiabá, set./dez., 2018

GERGEN, K. J. A crítica feminista da ciência e o desafio da epistemologia social. In: GERGEN, M. M. (Ed.). **O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento**. Rio de Janeiro/Rosa dos Tempos; Brasília/ EdunB, 1993. p. 48-69.

GIFFIN, K. A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histórico. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 1, p. 47-57, 2005.

GOMES, A. R. Machocracia, Negacionismo Histórico e Violência no Brasil Contemporâneo. **Revista Ñanduty**, v. 7, n. 10, p. 146-158, 2019.

GOMES, A. R. **Sexualidade masculina, Gênero e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

HEILBORN, M. L.; CARRARA, S. Em Cena, os Homens... **Revista Estudos Feministas**, v. 6, n. 2. Florianópolis, jan., 1998. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/120113>>. Acesso em: 20 jun. 2023

HOLTZWORTH-MUNROE, A.; BATES, L.; SMUTZLER, N.; SANDIN, E. A brief review of the research on husband violence: Part I: Maritally violent versus nonviolent men. **Agression and Violent Behavior**, v. 2, Issue 1, Spring, 1977.

hooks, B. Masculinidade feminista. In: HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo** – políticas arrebatadoras. 8 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

KAUFMAN, M. The construction of masculinity and the triad of men's violence, p. 1-29. In: KAUFMAN, M. (org.). **Beyond patriarchy: essays by me non**

pleasure, power, and change. Oxford University Press, Toronto-Nova York, 1987.

KETZER, P. Epistemologia Feminista. **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia**, v. 7, n. 2, 2021.

KIMMEL, M. S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, ano 4, n. 9. Porto Alegre, 1998. <https://doi.org/10.1590/S0104-71831998000200007>

LEANDRO, E. L. **De agressor a dependente: a produção de sentidos sobre violência de gênero em Centros de Atenção Psicossocial – álcool e outras drogas**. Dissertação. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2009.

MAURICIO, A. C.; NERY, G. V.; NOVAES, R. C. P.; SCOTT, J. B.; BEIRAS, A. Metodologia de grupos reflexivos para homens autores de violência e a judicialização da vida: o caso do Projeto Ágora. In: In: BEIRAS, A.; MARTINS, D. F. W.; SOMMARIVA, S. S.; HUGILL, M. S. G. **Grupos para homens autores de violência contra as mulheres no Brasil: experiências e práticas**. Florianópolis: Academia Judicial, 2022.

MENDES, F. D. B. **Representações Sociais de Masculinidade para homens privados de liberdade e as implicações nos processos de constituição identitária**. Dissertação de Mestrado. Campo Grande: Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Ciências Humanas, Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2021.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. In: **História, ciências, saúde** – Manguinhos, IV (3): 513-531, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/S9RRyMW6Ms56S9CzkdGKvmK/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 15 de maio de 2022.

MOORE, R. A. **Gênero e violência: vulnerabilidade masculina**. Dissertação. Brasília: Universidade de Brasília – UnB, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, 2015.

NOTHAFT, R. J.; BEIRAS, A. O que sabemos sobre intervenções com autores de violência doméstica e familiar? **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 3. Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/NhwDZmdztnb8WYrFsWXXFr8S/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 01 de dez. de 2022.

OLIVEIRA, F. F. **Entrelaçando masculinidades e juventudes no Portal de Periódicos CAPES entre 2000 e 2017**. Dissertação. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PPSI, 2018.

OLIVEIRA, J. T. O lobby das meninas: a mulher na constituinte de 1987/1987. **Arquivo Nacional – Que República é essa? Portal Estudos do Brasil Republicano**, 2020.

PRATES, P. L.; ALVARENGA, A. T. Grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher: sobre a experiência na cidade de São Paulo. In: BLAY, E. A. (org.). **Feminismo e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, M. A.; LIMA-SANTOS, A. V. S.; ARAÚJO, J. S.; OLIVEIRA, W. A. Construção das masculinidades rurais em *Grande Sertão: veredas*. **Revista Estudos Feministas**, v. 31, n. 1. Florianópolis, 2023.

SILVA, C. A. **Masculinidades e violências em narrativas de vida de jovens em conflito com a lei**. Dissertação. Assis: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2014.

SILVEIRA, P. S. **Conjugalidade e afetividade nas narrativas de homens denunciados por violência conjugal**. Dissertação. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2009.

TJ MS. Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. **Dialogando Igualdades**. Relatório 2019-2020. Campo Grande: Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica, 2020.

VELASCO-MARTINEZ, A. **“No soy feminista, pero...”**: Mitos y creencias de la juventud universitaria sobre el feminismo. 451 f. Tesis Doctoral – Universitat de Barcelona, Facultad de Educación, Programa de Doctorado “Educación y Sociedad”, 2016.

VERAS, É. V. C. O.; COSTA, J.; CASTRO, M. I. Programa de agressores como parte da resposta coordenada da comunidade – a experiência do grupo reflexivo de homens no Ministério Público do Rio Grande do Norte. **Fides: Revista de Filosofia do Direito, do Estado e da Sociedade**, v. 5, n. 1, p. 65-85. Natal, 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/revista?codigo=15488> Acesso: 02 de dez. de 2022.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. 1 ed. Curitiba: Appris, 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho versou sobre a problemática da violência de gênero contra as mulheres, fenômeno considerado multideterminado e que pode ser atravessado por diversos fatores, necessitando, portanto, de uma gama de teorias e práticas que se comprometam a pensar resoluções para essas questões. No entanto, para se operar os conceitos e determinantes envolvidos nesses processos, faz-se necessário delinear intervenções com base em perspectivas que sejam críticas em relação aos aspectos relacionais de gênero e poder que estão imbricados nessas discussões.

Para tanto, utilizou-se, nesta pesquisa de mestrado, o aporte epistemológico feminista, com base na abordagem da Crítica Feminista, a fim de traçar correspondências teóricas e análises que não possuam concepções essencialistas, não-críticas e reducionistas dos fenômenos relacionados ao gênero e à violência de gênero contra as mulheres. Com isso, foi possível delinear análises sob um viés crítico da epistemologia feminista, que posiciona o gênero enquanto uma categoria que necessita ser refletida em suas várias dimensões (não-binárias, relacionais, decoloniais, interseccionais etc.), levando em consideração também a historicidade e dinamicidade das relações sociais entre os gêneros.

A fim de compreender as determinações envolvidas nas situações de violência de gênero, importante se faz realizar reflexões a respeito das conceituações sobre o sistema ideológico patriarcal, bem como sobre o gênero enquanto categoria científica e analítica sobre as relações sociais e suas performances do ser masculino ou feminino.

No que se refere às representações de masculinidades, a maioria das publicações analisadas as retratam sob o ponto de vista das masculinidades consideradas hegemônicas (androcêntrica, homem, branco, eurocentrado, heteronormativo) e violentas (relacionadas a comportamentos hostis, agressivos, homens machos, virilidade, fúria, masculinidades consideradas tóxicas, falta de controle emocional, uso de substâncias psicoativas etc.). Os artigos que tangenciaram as propostas de masculinidades que se identificam com os ideários feministas foram os que abordaram a participação de homens autores de violência contra as mulheres em grupos reflexivos; nesses grupos,

dentre os objetivos previstos, destacam-se os que tratam sobre repensar as próprias masculinidades, para que sejam performadas em relações de gênero mais igualitárias e horizontais.

Nesse sentido, discute-se a importância sobre discutir e debater a respeito das violências nos diversos âmbitos sociais, principalmente no campo da educação (escolar e demais espaços sociais), a fim de se operacionalizar e construir subjetividades que sejam mais igualitárias e menos violentas.

Sobre os grupos reflexivos apresentados principalmente no terceiro artigo, lança-se uma reflexão, uma vez que se sabe que há uma rede efetiva de proteção aos homens violentos – vide à criação dos grupos reflexivos mencionados -, mas, ao mesmo tempo, não se observa a mesma intencionalidade para as mulheres, uma vez que são crescentes os números de notificações de violência contra este público, com grandes índices de feminicídio, por exemplo.

Importante mencionar as minhas contribuições e experiências como facilitador em grupo reflexivo de homens autores de violência, ao observar que há o respeito às prerrogativas dos estudos de gênero atuais. Destaca-se que há a obrigatoriedade da presença de facilitadores homens e mulheres (sempre no mesmo quantitativo), o que corrobora a perspectiva relacional e equidade de gênero nas ações e intervenções de combate às violências contra as mulheres.

Acerca das contribuições específicas da Psicologia no âmbito da violência de gênero contra as mulheres e em relação às masculinidades envolvidas nesses processos, a maioria dos artigos lidos não deixa claro quais as intervenções específicas que a ciência psicológica pode oferecer à sociedade. Não houve grandes conceituações e discussões repensando as práticas, métodos e técnicas da Psicologia para o enfrentamento da violência de gênero contra as mulheres. No entanto, alguns artigos trazem as contribuições que essa área possui para fomentar discussões para a elaboração e planejamento de políticas públicas que visem ao enfrentamento da violência de gênero contra as mulheres.

No que se refere aos resultados da pesquisa apresentada pelo artigo 2, aponta-se que as dificuldades em encontrar artigos publicados nos periódicos da Psicologia sobre o tema proposto nesta pesquisa, o que revela que essa área do conhecimento não vem pesquisando (sob o ponto de vista desta pesquisa

documental) em grandes quantidades as correlações entre gênero, violência de gênero contra as mulheres e masculinidades em comparação a tantas outras temáticas caras à Psicologia, como às clínicas, educacionais, psicologia do trabalho, psicologia de grupos, por exemplo.

Importante mencionar que, em nenhum dos artigos analisados, foi mencionada, por exemplo, ações interventivas mais concretas a respeito das contribuições da Psicologia para o combate à violência de gênero; ao contrário de um número consistente de reflexões teóricas sobre as temáticas envolvendo gênero, violência de gênero contra as mulheres e masculinidades.

Outro apontamento relevante diz respeito a nenhuma menção sobre normativas do CFP, tais como a Resolução n. 08/2020 que Estabelece normas de exercício profissional da Psicologia em relação às violências de gênero. Sobre a citada resolução, Cavalcanti, Carvalho e Bicalho (2019) postulam que esses tipos de documentos trazem respostas no sentido urgente de impedir que a “psicologia continue a ser instrumento de opressão e naturalização de discriminações e discursos de ódio” (p. 248).

Faz-se necessário realizar uma autorreflexão dentro do próprio campo psicológico sobre o histórico e prática desta ciência que, por muito tempo, foi responsável pela perpetuação das violências, como em períodos de regimes nazistas e ditatoriais do início do século XX.

A partir desta pesquisa, compreende-se a importância e necessidade da Psicologia em operacionalizar mais estudos e pesquisas que produzam como consequências práticas interventivas no nível individual e coletivo, levando-se em consideração às relações de gênero estabelecidas a partir de marcadores históricos e sociais que são atravessados por um sistema patriarcal de gênero que produz relações desiguais entre as pessoas. Deve-se pensar também em espaços que reflitam e discutam essas temáticas, seja na formação de profissionais da Psicologia seja no aprimoramento do exercício profissional para que, com isso, possamos, de fato, produzir sensibilizações e transformação em nossa sociedade, visando relações sociais mais igualitárias e menos violentas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA SENADO. **DataSenado aponta que 3 a cada 10 brasileiras já sofreram violência doméstica**, 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/11/21/datasenado-aponta-que-3-a-cada-10-brasileiras-ja-sofreram-violencia-domestica> Acesso em: 12 dez. 2023
- AGUILAR BARRIGA, N. Una aproximación teórica a las olas del feminismo: la cuarta ola. **Femeris: Revista Multidisciplinar de Estudios de Género**, v. 5, n. 2, p. 121-146, 2020.
- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade – feminismos plurais**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.
- ALVAREZ, S. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, n. 43. Campinas, 2014.
- ANDERSON, E. Feminist Epistemology: Na Interpretation and Defense. **Hypatia**, v. 10, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1527-2001.1995.tb00737.x>
- AUGUSTO, C. A.; SOUZA, J. P.; DELLAGNELO, E. H. L.; CARIO, S. A. F. Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). **RESR**, Piracicaba, v. 51, n. 4, p. 745-764, out./dez., 2014.
- BANDEIRA, L. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Estudos Feministas**, v. 16, n. 1. Florianópolis, jan./abr., 2008.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. **Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011.
- CASTRO, P. R. As lutas feministas e sua articulação pelas mídias digitais: percepções críticas. **Rev. Katálisis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 459-469, set./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p459>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802020000300459&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 12 abr. 2024.
- CAVALCANTI, C.; CARVALHO, M. W. V.; BICALHO, P. P. G. A estranha liberdade de odiar: uma análise do processo de Ação Civil Pública contra a resolução 01/2018 do Conselho Federal de Psicologia. **Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 10, p. 231-249, nov. 2018-abr. 2019. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/download/27943/17153>. Acesso em: 20 jun. 2023.
- COLLINS, P. H. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica**. São Paulo: Boitempo, 2022.

- COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Tradução: Rane Souza, Boitempo, 2021.
- CONCEIÇÃO, A. C. L.; ARAS, L. M. B. Por uma ciência e epistemologia(s) feminista: avanços, dilemas e desafios. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, n. 29 e 30, ano 11, jan. a jun., 2014.
- COSTA, V. F. “Trago junto comigo”: consequências da violência sexual. **Psicologia em Revista**, v. 27, n. 1. Belo Horizonte, abr., 2021.
- COSTA, P. E. B.; SILVA, E. P. M.; MENDES, A. M. Interseccionalidade: conceito, origem e finalidade. **Anais do I Simpósio Internacional de Crítica Feminista e Autoria Feminina**, v. 1, n. 1, 2022.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Org.). **O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- DUARTE, C. L. Feminismo e literatura no Brasil. **Estud. av.**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172, set./dez. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300010>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300010. Acesso em: 10 abr. 2024.
- ERCOLE, F. F.; MELO, L. S.; ALCOFORADO, C. L. G. C. **Revisão integrativa versus revisão sistemática**. Reme.org.br, 18 mar. 2014. DOI: 10.5935/1415-2762.20140001. Disponível em: <https://www.reme.org.br/artigo/detalhes/904>. Acesso em: 05 jul.2023.
- FACCHINI, R.; FRANÇA, I. L. Apresentação Dossiê Feminismos Jovens. **Cadernos Pagu**. n. 36, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/Unicamp, jan./jun., 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n36/n36a2.pdf> Acesso em: 22/07/2023.
- FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- FRICKER, M.; GRIMSHAW, J. Feminismo e Filosofia. In: BUNNIN, N.; TSUI-JAMES, E. P. **Compêndio de Filosofia**, 3 ed. Tradução: Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 2010.
- GALVAO, M. C. B.; PLUYE, P.; RICARTE, I. L. M. Métodos de pesquisa mistos e revisões de literatura mistas: conceitos, construção e critérios de avaliação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 8, n. 2, p. 4-24, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/121879>. Acesso em: 28 jul. 2023.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 80, p. 115-147. Coimbra, 2008.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41. Campinas, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>
Acesso em: 20 de maio de 2023

HARDING, S. **Ciência y feminismo**. Madrid: Ediciones Morata, 1996.

HOLLANDA, H. B.; ARAÚJO, L. N. **Ensaístas brasileiras**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

hooks, B. **O feminismo é para todo mundo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

LUGONES, M. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, n. 9, p. 73-101. Bogotá, 2008. Disponível em: <http://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>. Acesso em: 21 de jun. 2023.

MARCELLO, F. A. O conceito de dispositivo em Foucault: mídia e produção agonística de sujeitos-maternos. **Educação & Realidade**, 29 (1), pp. 199-213, 2004.

MARTINEZ, F. Feminismos em movimento no ciberespaço. **Cadernos Pagu**, n. 56. Campinas, 2019.

MEDRADO, B.; LYRA, J. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Rev. Estud. Fem.** v. 16, n. 3, dez., 2008.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, 2017.

MIGNOLO, W. D. **Histórias locais/projetos globais**. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira, ed. 1. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. In: **História, ciências, saúde** – Manguinhos, IV (3): 513-531, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/S9RRyMW6Ms56S9CzkdGKvmK/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 15 de maio de 2022.

MIRANDA, C. M. Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil e no Canadá. Interfaces Brasil/Canadá: **Revista Brasileira de Estudos Canadenses**, Canoas, v. 15, n. 1, p. 347-385, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/interfaces/article/view/6721>. Acesso em: 12 març. 2024.

MOREIRA, A. P. A.; VIEIRA, S. S. P. A decolonização do pensamento da diáspora negra em “Nada digo de ti, que em ti não veja”, de Eliana Alves Cruz. **Anais do II Simpósio Internacional de Crítica Feminista e Autoria Feminina** – Diversidade, Feminismos e Femininos Plurais, v. 1, n. 2, 2023.

NATANSHON, G.; ROVETTO, F. (Orgs.). **Internet e Feminismos**: olhares sobre violências sexistas desde América Latina. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2019.

OLIVARES-AISING, D.; MAYORGA ROJEL, A. J. Investigación postcualitativa: aportes críticos desde el postestructuralismo feminista. **Revista Estudos Feministas**, v. 31, n. 1, Florianópolis, 2023.

OMS – Organização Mundial da Saúde. World Health Organization. **Preventing intimate partner and sexual violence against women: taking action and generating evidence**. Geneva: World Health Organization, 2010.

PRADO FILHO, K.; TETI, M. M. A Cartografia como método para as Ciências Humanas e Sociais. **Barbarói**, n. 38. Santa Cruz do Sul, jan./jun., 2013.

RIBEIRO, J. L. P. Revisão de investigação e evidência científica. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v.15 n.3, p. 671–682, 2014.

ROUCH, H. Présentation. In: FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D.; ROUCH, H.; ZAIDMAN, C. **Sciences et genre. L’activité Scientifique des femmes État-Unis, Grande Bretagne**, France: Université Paris VII, 2003.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SARDÀ, A. M. “Em torno al androcentrismo em la historia”. **Cuadernos inacabados**. El arquetipo viril protagonista de la história. Exercícios de lecturas no androcentrica. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1991. p. 17-52.

SARDENBERG, C. M. B. Estudos Feministas: um esboço crítico. In: AMARAL, C. (org.). **Teoria e Práxis dos Enfoques de Gênero**. Fortaleza: REDOR, NEGIF, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/6880/1/Estudos%20Feministas.%20Esboço%20Crítico.pdf> Acesso em: 20 de jun. 2023.

SILVA, J. S. Panorama da crítica feminista: tendências e perspectivas. **Patrimônio e Memória**, v. 4, n. 1, p. 84-103. Assis: UNESP-FCLAS – CEDAP, 2009.

SILVA, E. R. Feminismo radical – pensamento e movimento. **Revista Travessias – Educação, Cultura, Linguagem e Arte**, v. 2, n. 3, p. 1-14, 2008. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3107>. Acesso em: 02 fev. 2021.

SMITH, B. All of Who I Am in the Same Place: Combahee River Collective. **Womanist teory and Research**, v. 2, 1999.

STOLCKE, V. O enigma das interseções: classe, 'raça', sexo, sexualidade: a formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. **Revista Estudos Feministas**, v. 1, n. 14, p. 15-42, 2006.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. 1 ed. Curitiba: Appris, 2018.